UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

HENOCH GABRIEL MANDELBAUM

O lugar do Brasil na América: a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro

Versão Corrigida

São Paulo

2022

HENOCH GABRIEL MANDELBAUM

O lugar do Brasil na América: a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M271l

Mandelbaum, Henoch Gabriel
O lugar do Brasil na América: a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro / Henoch Gabriel Mandelbaum; orientador Bernardo Ricupero - São Paulo, 2022.
121 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Pan-Americanismo. 2. Terceira Conferência Internacional Americana. 3. Barão do Rio Branco. 4. Joaquim Nabuco. 5. Manuel de Oliveira Lima. I. Ricupero, Bernardo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Henoch Gabriel Mandelbaum

Data da defesa: 22 / 02 / 2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Bernardo Ricupero

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22 / 04 / 2022

_____ _____

(Assinatura do (a) orientador (a)

MANDELBAUM, H. G. **O lugar do Brasil na América:** a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha família

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível devido ao apoio de muitas pessoas. Desse modo, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Ricupero, por ter acreditado nesta pesquisa e por ter me apoiado desde meu ingresso na Universidade de São Paulo. Suas indicações foram essenciais para o aprimoramento e para a conclusão desta dissertação. Sou profundamente grato por tudo.

Aos Profs. Drs. Christian Edward Cyril Lynch e Elizeu Santiago Tavares de Sousa, pelo interesse na pesquisa e pelas recomendações fundamentais para o seu desenvolvimento.

Aos colegas, professores e funcionários do Departamento de Ciência Política (DCP/USP) e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP), pelo cuidado para comigo.

Aos colegas e professores do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (GPPPB), do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), e do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI), pelas discussões instigantes.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, que gentilmente me acolheram durante o período de pesquisa ao acervo, em janeiro de 2020.

Ao Paulo Rodrigo Silva de Campos, ao Leonardo Belinelli e ao Rafael Marino, que grandemente me ajudaram durante o mestrado e cujas observações foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao João Paulo Nicolini Gabriel e ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho, com quem mantenho parcerias de pesquisa há muitos anos.

Ao Prof. Dr. Seth Jacobowitz, cujas recomendações foram enriquecedoras para o trabalho.

Aos Profs. Drs. Pedro Feliú Ribeiro e Vinícius Guilherme Rodrigues Vieira, pelas indicações importantes para o aprimoramento da pesquisa.

Ao Henrique Raia, ao Régis Trentim da Costa e ao Ricardo Yuji Nakashima, pelos diálogos sempre inspiradores.

À Rita de Cássia de Mendonça Lopes, por todo o suporte durante a pesquisa e o trabalho de campo no Rio de Janeiro.

Ao meu irmão, David Mandelbaum, pelas conversas instigantes e pelo encorajamento para a consecução do trabalho.

Aos meus familiares pelo apoio durante a realização do mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Cada um de nós é só o raio estético que há no interior do seu pensamento, e, enquanto não se conhece a natureza desse raio, não se tem ideia do que o homem realmente é.”

(NABUCO, 1998, p. 60).

RESUMO

MANDELBAUM, H. G. **O lugar do Brasil na América:** a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A pesquisa objetiva analisar a questão do pan-americanismo no pensamento político brasileiro, na ocasião da Terceira Conferência Internacional Americana de 1906. Por meio de levantamento bibliográfico, selecionamos os pensadores mais influentes no debate acerca da Conferência – José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867- 1928). Como metodologia, aplicou-se, de forma flexível, o método da Sociologia do Conhecimento, que enfatiza o conceito de *estilos de pensamento*, aliado ao Contextualismo Linguístico da Escola de Cambridge. De forma conjunta ao estudo da política externa brasileira para as Américas na passagem do Império para a Primeira República, o método permitiu perscrutar a trajetória de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima enquanto intelectuais e diplomatas, averiguando suas posições quanto às relações do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA) e a América Latina, e principalmente em relação ao pan-americanismo. Identificou-se que os posicionamentos de Rio Branco se inserem em um estilo de pensamento *saquarema*, enquanto Nabuco está localizado em um estilo de pensamento *luzia nuançado*, dotado de elementos conservadores. Por sua vez, Oliveira Lima, cujo pensamento passou por muitas transformações, é um intelectual multifacetado, que não permite ser facilmente classificado. Da mesma forma, o posicionamento dos diplomatas em relação ao pan-americanismo propalado pelos EUA varia de acordo com esses *estilos de pensamento*, de modo que Rio Branco o defende de forma cautelosa a fim de proteger o Brasil de investidas de nações com interesses antagônicos, enquanto Nabuco o faz de forma ideológica, advogando por um alinhamento total aos EUA. Já Oliveira Lima defende um *pan-americanismo latinizado* inspirado em Simón Bolívar (1783-1830), que evitaria que o Brasil assumisse posição subalterna em relação a Washington. Na Terceira Conferência Internacional Americana, sediada no Rio de Janeiro, realizam-se os objetivos dos EUA de se evitar a adoção continental da Doutrina Drago, bem como uma reação interamericana contra o pan-americanismo. O

sucesso dos EUA era benéfico para o Brasil, que conseguiu selar a “aliança não-escrita” que existia entre ambas as nações, promovendo a aceitação do monroísmo pelos delegados latino-americanos. Por fim, realizou-se o mapeamento da opinião pública brasileira da época acerca da Conferência por meio da análise de jornais de grande circulação e de diferentes matizes políticos: o conservador *O Paiz*, e os liberais a *Gazeta do Povo* e *O Estado de S. Paulo*. Essa análise revelou que todos os jornais pesquisados, bem como a maioria dos atores sociais importantes e da população em geral defendiam a Terceira Conferência como forma de elevar o prestígio do Brasil no exterior, e a aproximação entre o Brasil e os EUA, pois estes eram admirados pela sua pujança material, constituindo como um “modelo de desenvolvimento” para o país, o que era reforçado pela presença do Secretário de Estado Elihu Root (1845-1937) no Brasil. O cenário favorável aos posicionamentos de Rio Branco e Nabuco em relação ao pan-americanismo consolidou-o como mola-mestra da política externa brasileira na Primeira República, permitindo repensar o lugar do Brasil na América.

Palavras-chave: Pan-americanismo. Terceira Conferência Internacional Americana. Barão do Rio Branco. Joaquim Nabuco. Manuel de Oliveira Lima.

ABSTRACT

MANDELBAUM, H. G. **The place of Brazil in the Americas:** the question of Pan-Americanism at the Third International Conference of American States of 1906 and its reflections on Brazilian political thought. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The present research aims to analyze the question of Pan-Americanism in Brazilian political thought, on the occasion of the Third International American Conference of 1906. Through a bibliographical survey, we selected the most influential thinkers in the debate about the Conference – José Maria da Silva Paranhos Júnior, Baron of Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910), and Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). As a methodology, the Sociology of Knowledge, which emphasizes the concept of styles of thought, was flexibly applied, allied to the Linguistic Contextualism of the Cambridge School. Together with the study of Brazilian foreign policy for the Americas in the transition from the Empire to the First Republic, the method allowed us to scrutinize the trajectory of Rio Branco, Nabuco, and Oliveira Lima as intellectuals and diplomats, investigating their positions on Brazil's relations with the United States of America (USA) and Latin America, and especially with respect to Pan-Americanism. It was identified that the positions of Rio Branco are part of a *Saquarema* style of thought. At the same time, Nabuco is located in a nuanced *Luzia* style of thought, endowed with Conservative elements. In turn, Oliveira Lima's thought went through many transformations, which makes him a multifaceted intellectual who defies easy classification. Likewise, the position of these diplomats concerning the Pan-Americanism propagated by the USA varies according to these styles of thought, so that Rio Branco defends it cautiously in order to protect Brazil from onslaughts by nations with antagonistic interests, while Nabuco does it ideologically, advocating total alignment with the USA. For his part, Oliveira Lima defends a Latinized Pan-Americanism inspired by Simón Bolívar (1783-1830), which would prevent Brazil from assuming a subordinate position to Washington. In the Third International American Conference, held in Rio de Janeiro, the aims of the USA were realized by avoiding the continental adoption of the

Drago Doctrine, as well as an inter-American reaction against Pan-Americanism. The American success was beneficial to Brazil, which managed to seal an “unwritten alliance” between both nations, promoting the acceptance of Monroeism by the Latin American delegates. Finally, a mapping of Brazilian public opinion about the Conference was carried out through analysis of well-read newspapers of different political hues: the Conservative *O Paiz* and the Liberal *Gazeta do Povo* and *O Estado de S. Paulo*. This analysis revealed that all the newspapers surveyed, as well as the majority of important social actors and people, defended the Third Conference as a way to raise the prestige of Brazil abroad, as well as the rapprochement between Brazil and the USA. The latter was admired for its material strength, constituting a “model of development” for the country, which was reinforced by the presence of the Secretary of State Elihu Root (1845-1937) in Brazil. The favorable scenario for the positions of Rio Branco and Nabuco about the Pan-Americanism consolidated it as the Brazilian foreign policy’s mainspring in the First Republic, enabling a reassessment of the place of Brazil in the Americas.

Keywords: Pan-Americanism. Third International American Conference. Baron of Rio Branco. Joaquim Nabuco. Manuel de Oliveira Lima.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 A TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA DE 1906 E O DEBATE ACERCA DO PAN-AMERICANISMO ENTRE RIO BRANCO, NABUCO E OLIVEIRA LIMA 25

3 O GUARDIÃO DA HERANÇA SAQUAREMA: AS RAÍZES CONSERVADORAS DO PAN-AMERICANISMO DO BARÃO DO RIO BRANCO. 37

4 UM LUZIA NUANÇADO: AS ORIGENS LIBERAIS DO PAN-AMERICANISMO DE JOAQUIM NABUCO 50

5 UM INTELECTUAL MULTIFACETADO: O PAN-AMERICANISMO LATINIZADO DE OLIVEIRA LIMA 64

6 A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA ACERCA DA TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA: *O PAIZ*, A *GAZETA DE NOTÍCIAS* E O *ESTADO DE S. PAULO* 79

6.1 IMPRENSA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1910) 79

6.2 O PAIZ (1884-1934) 85

6.3 GAZETA DE NOTÍCIAS (1875-1942) 91

6.4 O ESTADO DE S. PAULO (1875) 95

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

REFERÊNCIAS 108

1 INTRODUÇÃO

O último quartel do século XIX foi um período de profundas transformações para os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil. Enquanto a nação norte-americana expandiu suas fronteiras em direção ao Pacífico e ao Caribe e buscou ampliar suas áreas de influência e investimentos na América Latina, o Brasil reorientou o pêndulo de sua política externa de Londres para o Washington, efeito do novo cenário geopolítico do continente e dos valores e princípios do regime republicano recém-instalado.

O pan-americanismo postulava a "ideia de Hemisfério Ocidental", segundo a qual, as nações americanas compartilhavam os mesmos valores, sentimentos e destino, ligadas pela proximidade geográfica, pela história comum de resistência ao colonialismo, pela adoção de formas republicanas de governo e pela solidariedade política. Em virtude disso, o Novo Mundo constituiria um conjunto efetivamente separado da Europa, moralmente "superior", onde a paz e o respeito ao direito internacional teriam alcançado um nível sem paralelo em outras regiões. O pan-americanismo também propagava a visão da união das repúblicas americanas sob a égide dos Estados Unidos e torna-se a grande diretriz da política externa estadunidense ao final dos anos 1880 e início dos 1890, corporificado na Doutrina Monroe (1823) e posteriormente no Corolário Roosevelt (1904) (BORGES, 2007; GARCIA, 2018).

As origens do conceito de pan-americanismo[1] remontam à mensagem de 2 de dezembro de 1823, do Presidente James Monroe (1817-1825), lida ao Congresso durante o discurso anual do Estado da União. Nela, Monroe anuncia a oposição estadunidense à colonização e à intervenção europeia no continente americano. A mensagem era uma resposta às ameaças de intervenção europeia na América Hispânica, às pretensões russas na costa noroeste do continente e ao interesse britânico de defender as nações americanas recém-independentes de investidas da Santa Aliança, o que conferiria vantagem aos britânicos na disputa por esses mercados (LIMA, 1899; SEXTON, 2011).

[1] Também é possível identificar formas anteriores de pan-americanismo entre líderes latino-americanos, com destaque para Simón Bolívar (1783-1830), que faz a primeira menção a um projeto anfictiônico americano a partir de 1821, após a fundação da Grã-Colômbia, sob inspiração da anfictionia ateniense, da Antiguidade. Na ocasião, Bolívar rascunhou um tratado bilateral confederativo a circular pelos governos da região. A iniciativa terminou com a criação de quatro tratados de "união, liga, e confederação perpétua" entre a Grã-Colômbia (atuais Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela), o Peru, o Chile, o México, e a Federação Centro-Americana (atuais Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua), acordos retomados no Congresso do Panamá (1826). A este seguiram-se os congressos de Lima (1847/1848), Santiago (1856), Washington (1856) e Lima (1864/1865), pioneiros no projeto de integração americana. Cf. REZA, 2015; RICUPERO, 2021, no prelo.

A mensagem de Monroe se torna uma diretriz da política externa estadunidense em relação às nações do continente, ficando conhecida como "Doutrina Monroe". Contudo, a Doutrina, que possuía inicialmente um caráter meramente defensivo, passa a ser utilizada para justificar o imperialismo norte-americano no final do século XIX e no início do XX[2]. Além disso, diversos fatores deixaram os EUA receosos acerca da estabilidade do continente: o programa de expansão naval alemão e sua grande presença comercial no Caribe e na América do Sul; o bombardeio naval anglo-italiano-alemão na Venezuela, em 1903, como forma de forçar Caracas a quitar suas dívidas com esses países; e a ameaça de intervenções europeias na República Dominicana a fim de retaliar o tratamento diferenciado que os consórcios estadunidenses gozavam na ilha (SEXTON, 2011). A instrumentalização da Doutrina Monroe foi cristalizada na mensagem do presidente Theodore Roosevelt ao Congresso em dezembro de 1904, que declara que,

> a transgressão crônica ou uma impotência que resulte em um afrouxamento generalizado dos laços da sociedade civilizada pode, na América, como em outros lugares, no limite, requerer a intervenção de alguma nação civilizada e, no Hemisfério Ocidental, a aderência dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, relutantemente, em casos flagrantes de transgressão ou de impotência, a exercerem o poder de uma polícia internacional (ROOSEVELT, 1904, p. 33, *tradução nossa*).

Esse postulado de política externa ficou conhecido como o "Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe". Esta política seria popularizada como diplomacia do *big stick*, na qual os EUA deveriam carregar um "grande porrete" para manter a ordem na sua vizinhança, ou seja, era uma ação unilateral de Washington, em que decide se a ação daquele país coloca em risco a paz e a segurança no continente americano, ou não (RICUPERO, 2018; TEIXEIRA, 2014). Roosevelt[3] justificava tal política por comparar a ordem legal estadunidense à ordem legal internacional. Assim, da mesma forma que o sistema federativo dos EUA concedia poderes aos estados e aos governos locais para manter a lei e a ordem, a saúde, a moral e o bem-estar da população, a potência "civilizada" também seria dotada do direito de intervir legalmente nos

---

[2] O Secretário de Estado dos EUA, James G. Blaine (1830-1893), também tentou em 1881, em meio à Guerra do Pacífico (1879-1883), que ocorreu entre o Chile, a Bolívia e o Peru, promover um frustrado encontro interamericano. Cf. RICUPERO, 2021, no prelo.

[3] Devido ao fato de Roosevelt ter servido como Comissário de Polícia de Nova York entre 1895 e 1897, considerava intolerável a inexistência de uma autoridade supranacional que exercesse poder de polícia no plano internacional nos casos de "falência" de estados nacionais, e assim, passa a reclamar às grandes potências o direito de intervenção militar. Cf. HOLMES, 2007.

países de seu entorno geográfico como forma de lidar com a natureza anárquica do sistema internacional (HOLMES, 2007).

Ao mesmo tempo, o Itamaraty, especialmente durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) e a atuação de Joaquim Nabuco enquanto diplomata, rompe com a velha tradição do Império de voltar sua política externa para a Europa e decide abraçar a causa do pan-americanismo, como forma de buscar protagonismo para o Brasil nesse contexto de reconfiguração de forças no hemisfério. Contudo, essa mudança de diretriz na política externa brasileira não foi pacífica dentro do Ministério, e Rio Branco e Nabuco encontraram no diplomata Manuel de Oliveira Lima o seu grande opositor (BORGES, 2007; SANTOS, 2018).

Nesse contexto, as Conferências Pan-Americanas, fomentadas pelos EUA, estavam ocorrendo no continente, cujo propósito era convocar as nações americanas para a discussão acerca de ações que fortalecessem o intercâmbio comercial no hemisfério, como os projetos de criação de uma união pan-americana de comércio, questões ligadas às comunicações portuárias, questões de pesos e medidas, de direitos de invenção, de moeda comum e de arbitramento. Destaca-se o fato de que o moderno pan-americanismo surge na ocasião da I Conferência Internacional de Estados Americanos (1889/1890), realizada em Washington, durante a presidência de Grover Cleveland (1885-1889) e a atuação de James G. Blaine como Secretário de Estado. Durante os preparativos para o encontro, o *Evening Post*, de Nova York, criara o termo “pan-americanismo”, que remete a movimentos como o “pan-eslavismo”, o “pan-helenismo”, o “pan-germanismo”, o pan-latinismo”, e o “pan-arabismo”. Contudo, diferentemente dessas outras iniciativas, o Pan-americanismo não se baseia numa etnicidade, língua, cultura ou religião comum, apresentando fundamento geográfico e, em certa medida, político, relativo à adoção da forma republicana pelos países das Américas (RICUPERO, 2021, no prelo; SEXTON, 2011). Foram nove conferências no total, sendo concluídas em Bogotá, em 1948, quando se deu a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DULCI, 2008).

No plano doméstico, o Brasil vivera uma década de instabilidade governamental a partir da Proclamação da República, em 1889: fragmentação política do Congresso, anarquia estadual provocada por intervenções federais e desobediência militar permanente. Nesse cenário, somava-se a contínua redução da receita de exportações e o crescimento da dívida externa, que possuíam o potencial de levar o país ao colapso financeiro. Alcança-se a estabilização política e financeira apenas a partir da presidência de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Ao

assumir a presidência, coube a Campos Sales "sanear" as finanças, estabelecendo que o país se comprometeria com o *Funding Loan* (LESSA, 1988; CARDOSO *et al.*, 2006). [4]

Assim, Campos Sales implanta políticas de deflação, equilíbrio orçamentário e de restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas. À proporção em que se emitiam os títulos da dívida retirava-se dinheiro do meio circulante. Ao mesmo tempo, como foram proporcionados recursos externos ao governo federal, este dependia menos das flutuações cambiais e, por fim, cortou-se drasticamente o gasto público, tanto o de consumo (que em 1902 estava 44% mais baixo do que em 97/98) como o destinado ao investimento público, que em 1902 reduzira-se à terceira parte dos níveis já baixos de 1898. Inicialmente, as reformas geraram uma crise econômica de significativas proporções, levando à quebra de quase de metade do sistema bancário, a desemprego, estagnação econômica, e greves no Rio de Janeiro e em São Paulo (CARDOSO *et al.*, 2006).

O grande beneficiário das reformas foi a finança internacional, representada principalmente pelo banco britânico *London & River Plate Bank*, intermediário do acordo do Brasil com os credores externos. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim intimamente os seus interesses e suas atividades com a vida econômica administrativa brasileira. O Brasil se torna um largo e seguro campo para a inversão de capitais, que terão melhor acolhida e as portas abertas para as mais vantajosas aplicações. E isto permitirá não somente alcançar o equilíbrio das contas externas do país, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tornando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão dos padrões da vida nacional. Ocorrerá a instalação de grandes e modernos portos, o crescimento da rede ferroviária e a inauguração das primeiras usinas de geração de energia elétrica (PRADO JÚNIOR, 1981).

Campos Sales realiza a estabilização política por meio de sua *Política dos Estados*. Essa política priorizava um dos cenários da República, o dos estados da Federação, em que dominavam e se digladiavam as oligarquias regionais, onde predomina a relação pessoal e a política do favor, que, por sua vez, ajudavam a perpetuar as práticas coronelísticas. Na contraface do primado atribuído ao cenário dos estados, Campos Sales considerava a capital

---

[4] O *Funding Loan* foi um acordo firmado pelo governo de Prudente José de Morais Barros (1894-1898) com os credores estrangeiros, que consistia em uma consolidação da dívida externa brasileira. Cf. LESSA, 1988; CARDOSO *et al.*, 2006.

federal como uma cidade que deveria ser despolitizada e a suas multidões contidas (LESSA, 1988; NEVES, 2018).

Desse modo, a *Política dos Estados* garantia ao governo federal o apoio necessário - traduzido acima de tudo no fornecimento de uma base eleitoral - enquanto este oferecia em troca as verbas necessárias para a manutenção do prestígio da situação nos estados e municípios. Na base do sistema estava a figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e dos currais eleitorais, cujo poder substituía e representava o Estado, distribuindo como favor e benesses, a seu bel-prazer, o que seria de direito dos cidadãos (NEVES, 2018).

Assim, na Primeira República, o termo *coronelismo* se incorpora ao vocabulário corrente, para designar as particularidades da política do interior, principalmente nos municípios rurais ou predominantemente rurais. Porém, o coronelismo assentava-se sobre duas fraquezas: a fraqueza dos coronéis para além de suas localidades, causada, principalmente, pelo fortalecimento do poder dos estados em detrimento da autonomia municipal[5] e pela decadência econômica dos donos de terra durante o período; e da fraqueza da população humilde, em sua maioria, sem acesso à educação, que vivia em uma relação de dependência dos potentados locais, de modo que estes exerciam ampla jurisdição sobre aqueles, proferindo arbitramentos e exercendo funções policiais. Nesse quadro, um efeito secundário do coronelismo era o fato de as eleições constituírem um ritual vazio, pois o eleitorado rural tendia a obedecer à orientação política dos coronéis, e a participação eleitoral era mínima. Além disso, a fraude eleitoral se tornou comum durante a Primeira República, por meio do *bico de pena*, praticada pelas mesas eleitorais, que consistia na inclusão de votos de eleitores ausentes, falecidos, e mesmo fictícios, bem como a *degola*, obra das câmaras legislativas, isto é, a cassação de diplomas de candidatos que haviam escapado das ordálias preliminares (CARVALHO, 1997; LEAL, 2012).

O efeito da *Política dos Estados* foi a consolidação das oligarquias paulista e mineira no topo da hierarquia das oligarquias regionais. A oligarquia de São Paulo baseava seu poder na riqueza dos cafezais e da incipiente indústria cafeeira paulista, enquanto a de Minas Gerais encontrou seu prestígio no maior contingente eleitoral do país. Além disso, a eficiência da *Política dos Estados* na estabilização do país fará com que os presidentes, até 1930, busquem no federalismo a mola mestra do funcionamento da República brasileira, permitindo, por um lado, um grau de autonomia consagrado institucionalmente para as oligarquias regionais e suas

[5] Como Leal (2012) aponta: “Sem receita suficiente, atadas as mãos por processos variados de tutela, cerceadas por vezes na composição do seu próprio governo, as comunas só podiam realizar qualquer coisa de proveitoso quando tivessem o amparo do alto” (p. 239). Cf. CARVALHO, 1997; LEAL, 2012.

lutas intestinas e, por outro, uma base para a política de contraprestação de favores políticos que os colocará em consonância com o governo federal (LESSA, 1988; NEVES, 2018).

No governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro foi higienizado por Oswaldo Cruz e modernizado pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906). A República desejava divulgar para o mundo o resultado de sua consolidação, por meio de inegável progresso material, com a construção de portos, grandes edifícios e *boulevards*, como o da Avenida Central, de 2 quilômetros de extensão, que passou a permitir o tráfego de automóveis. Também se destaca a realização de obras de saneamento, hidráulicas, de drenagem e pavimentação. A introdução de cabos de energia e bondes elétricos também era um sinal de progresso. O escritor João do Rio comentou sobre as transformações da capital federal: "De súbito, da noite para o dia, compreendeu-se que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris" (apud NEVES, 2018, p. 43-4) (ANDRADE, 1978; DULCI, 2008)[6]. Deve-se notar que essa transformação urbana também configurava um violento processo de gentrificação, pois causou a expulsão dos pobres, em sua maioria afro-brasileiros, para os subúrbios e morros da cidade, o que levaria ao desenvolvimento de uma nova habitação popular: a favela (NEVES, 2018; RICUPERO, 2021, no prelo).

Nesse contexto, ocorre, no Rio de Janeiro, a Terceira Conferência Internacional de Estados Americanos, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906, constituindo um palco importante de debates entre os pensadores brasileiros em torno da questão da aceitação do pan-americanismo pelo Brasil. Nela, Rio Branco e Joaquim Nabuco não medem esforços para defender a causa do pan-americanismo, assegurando a simpatia dos EUA ao Brasil, ao fomentar a intensificação dos laços comerciais entre as nações do continente pela defesa da solução pacífica de controvérsias e pela harmonização das leis comerciais. Enquanto isso, Oliveira Lima lança uma campanha feroz contra o pan-americanismo na imprensa. Todos os países do continente participaram da Conferência, com exceção do Haiti, do Canadá e da Venezuela. A realização do evento no Brasil foi fruto da política de aproximação com os EUA gerida por Rio Branco e Nabuco. A cidade fora escolhida para sediar o evento pelo próprio Secretário de Estado americano, Elihu Root (1845-1937), confiante no "americanismo do Brasil". Por sugestão do Barão, para evitar ciúmes de nossos vizinhos sul-americanos, Root incluiria em sua

[6] A inspiração para a remodelagem urbana da capital brasileira foi a de Paris do III Império e a de Buenos Aires, durante a presidência de Julio Roca (1898-1904). Cf. RICUPERO, 2021, no prelo.

viagem também visitas a Montevidéu, Buenos Aires e Santiago (DULCI, 2008; FORSTER, 2011).

O objetivo geral da pesquisa é investigar a questão do pan-americanismo no pensamento político brasileiro, na ocasião da Terceira Conferência Internacional Americana de 1906. Essa Conferência, sediada na renovada capital federal, configurou como uma grande oportunidade de o Brasil mostrar para a comunidade internacional a estabilidade e opulência da nova República, fruto do modelo político de Campos Sales, aspirando fazer parte do conjunto de nações consideradas "civilizadas" à época[7]. O governo brasileiro também desejava divulgar as realizações da política externa do Barão do Rio Branco, entre as quais, se destacam a pacificação das questões fronteiriças do Brasil com seus vizinhos e sua adoção do monroísmo propalado pelo governo estadunidense. Esse evento internacional também teve significativa importância para os Estados Unidos, no qual, buscaram apoio para a sua liderança continental, o que se observa pelo fato de ser a primeira vez na qual Washington envia um secretário de Estado para o exterior (BUENO, 2012; BURNS, 1964).

No plano bilateral, uma relação de maior proximidade entre os dois gigantes americanos já vinha se desenhando desde 1905, quando as representações diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro são elevadas à categoria de embaixadas. A Conferência do Rio é a consumação do que Bradford Burns (1966) chama de "aliança não-escrita" entre o Brasil e os EUA, na qual, o país seria indispensável para a harmonia do continente, atuando como intermediário entre os interesses do governo estadunidense e de seus vizinhos sul-americanos. O evento internacional, sob os auspícios de Rio Branco e Nabuco, consolidou o movimento pan-americano e deu-lhe permanência, o que aumentou a recepção dos Estados Unidos pelo resto do hemisfério e atenuou as suspeitas e ressentimentos dos países hispano-americanos à nova potência do continente (BURNS, 1966; CARDOSO *et al.*, 2006).

---

[7] Na passagem do século XIX para o XX, os países "civilizados" eram definidos por meio de critérios quantitativos que podiam ser medidos objetivamente como a capacidade tecnológica ou militar. Porém, essas diferenças quantitativas entre os países do "centro" e da "periferia" traduziam-se no plano das representações sociais num juízo de valor (inferioridade no plano da existência e da cultura). Nesta concepção, os europeus e norte-americanos seriam "adiantados", "desenvolvidos" e "civilizados", ao passo que os ibero-americanos eram "atrasados", "subdesenvolvidos", "bárbaros" ou "semibárbaros". O conceito de civilização também possuía um pronunciado componente racial, informado principalmente por autores como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903). Por exemplo, Oliveira Lima, em sua *História da Civilização* (1919), considera que o mundo era composto por três raças: a branca apresentaria "o espetáculo de um progresso contínuo e compreensivo"; a amarela, longamente estacionária, dava sinais de querer se adiantar; já a negra se mostrava "ainda hoje refratária a uma civilização regular e progressiva" (1967, p. 24-25). Cf. LIMA, 1967; LYNCH, 2013.

O próprio debate em torno do pan-americanismo, que ocorre ao longo do evento, é muito significativo, pois, suscita a produção de diversas obras em torno do tema por parte de intelectuais e diplomatas que estavam pensando o lugar do Brasil na América. Entre elas, podemos citar o artigo que Rio Branco publica sob o pseudônimo de J. Penn, *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo* (1906), os artigos de Oliveira Lima reunidos no livro *Pan-americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)* (1907), as conferências pronunciadas por Nabuco durante a sua passagem pelos EUA, que foram transcritas no livro *Discursos e Conferências nos Estados Unidos* (1911).

Neste trabalho, a reconstrução da Terceira Conferência é realizada por meio do estudo do material coletado no *Arquivo Histórico do Itamaraty* (AHI), no Rio de Janeiro, onde o autor realizou pesquisa de campo em janeiro de 2020. O material ali colhido reúne documentos relacionadas à preparação do evento e às convenções e resoluções da Conferência. Este material é complementado por obras que reúnem as cartas e artigos na imprensa de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima, biografias, assim como por trabalhos de pesquisadores que analisaram o evento.

Já os objetivos específicos da pesquisa são: a) acompanhar a atuação de Rio Branco e Nabuco durante a Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e o debate que se desenvolveu com Oliveira Lima em torno da questão do pan-americanismo; b) identificar os *estilos de pensamento* ao qual Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima pertencem, a partir de sua atuação e formulações durante a Terceira Conferência Internacional Americana; c) mapear a trajetória intelectual e diplomática dos três atores-autores, com referência, especificamente, às suas posições em relação ao pan-americanismo; d) analisar a opinião pública da época acerca da Conferência por meio de levantamento de jornais importantes de diferentes matizes políticos que cobriram o evento.

A fim de localizarmos as raízes do pensamento do Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima em torno da questão do pan-americanismo, utilizamos, de forma flexível, o método da Sociologia do Conhecimento, exposto nas obras do sociólogo húngaro, Karl Mannheim (1893-1947). A principal tese da Sociologia do Conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto não se desvelarem suas origens sociais, pois o indivíduo "fala a linguagem de seu grupo; [e] pensa do modo que seu grupo pensa" (MANNHEIM: 1968, p. 23). Ao mesmo tempo, os grupos e classes sociais são "portadores" de *estilos de pensamento*, que crescem, se desenvolvem, fundem e desaparecem e, assim, a chave para a compreensão das mudanças nas ideias deve ser

encontrada na transformação das circunstâncias sociais. Da mesma forma que a História da Arte desenvolveu um método para classificar os principais *estilos* de arte para que fosse possível datar precisamente uma obra artística pela simples análise de seus elementos formais, atribuindo-a a determinado artista e à determinada escola, a Sociologia do Conhecimento também busca classificar o pensamento humano em diferentes *estilos*, distinguíveis pelos diferentes modos como utilizam diferentes padrões e categorias de pensamento, tornando possível situar um texto ao *estilo* de uma determinada época (MANNHEIM, 1953).

Desse modo, procuramos identificar os *estilos de pensamento* aos quais pertencem as ideias de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima, realizando, concomitantemente, uma análise da biografia e de obras produzidas por esses diplomatas. Esses personagens podem ser considerados como "autores-atores", pois eram homens de letras que pensavam o lugar do Brasil entre as nações do continente e que, ao mesmo tempo, ocupavam posições privilegiadas na execução da política externa do país (RICUPERO, 2018).

Aliado a essa metodologia, também utilizamos, de forma nuançada, a metodologia da Escola de Cambridge, do campo da História Intelectual, cujos principais propaladores foram os historiadores britânicos Quentin Skinner (1940-), John Pocock (1924-) e John Dunn (1940-). Em 1969, Skinner desenvolveu sua metodologia a partir de sua insatisfação com as formas marxistas e liberais de análise da política europeia na Idade Moderna, que ficaria conhecida como Contextualismo Linguístico. Esta metodologia fundamenta-se em três eixos principais: a interpretação de textos históricos, a pesquisa da formação ideológica e de sua mudança e a análise da relação da ideologia com a ação política que ela representa (SILVA, 2009; TULLY, 1988).

Para Skinner, os conceitos ou as "ideias" não se esgotam uma vez (re)conhecido o seu significado. É necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os "textos" no seu campo específico de "ação" ou de atividade intelectual. Em sua teorização, Skinner destaca o caráter performático da linguagem, querendo assim frisar o fato de que quando se executa uma ação, se fala algo. Assim, se deve estar atento ao fato de que os que fazem uso da linguagem não se limitam a enunciar verbalmente ou por escrito. Na realidade, eles discutem, interpelam ou respondem a outros "atos de fala" (*speech-acts*), e o fazem manipulando o vocabulário normativo existente para legitimar novos cursos de ação (FALCON, 1997; SKINNER, 1988).

A partir disto, decorre a importância da contextualização no trato das “ideias” que se observa nos trabalhos dos teóricos de Cambridge, que consideram que o contexto intelectual é parte constitutiva do contexto histórico, defendendo que a História é um empreendimento humano e, portanto, compreendê-la é compreender a ação humana. O pensamento político é abordado como uma ação linguística contextualizada pois ocorre em um contexto que simultaneamente “restringe e capacita a ação dos indivíduos”, daí a necessidade de reconstituição do contexto linguístico ser considerada como um desdobramento lógico de seu ponto de partida teórico-metodológico. Desse modo, é essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos, o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político (HENRICH, 2016; SILVA, 2010; SKINNER, 1996).

Esses conceitos auxiliam na compreensão das obras produzidas pelos autores-atores, no que concerne ao significado de suas afirmações no quadro conceitual daquele estilo de pensamento e na aferição de suas intenções ao exprimir suas opiniões e suas visões acerca dos acontecimentos históricos e políticos. Tal metodologia permite que percebamos quando os autores estão manipulando os conceitos de seu momento histórico para servir aos seus interesses e para justificar suas posições políticas. Eles muitas vezes buscavam controlar, ou pelo menos, influenciar os instrumentos de disseminação ideológica, como os órgãos governamentais e a imprensa, para propalar a manutenção ou a mudança do consenso em torno das ideologias (SILVA, 2009).

A forma como pretendemos articular as perspectivas de Mannheim e Skinner, ocorrerá por meio da identificação dos *estilos de pensamento* dos autores, compreendendo-os como três personagens que atuam no aparelho de Estado, fortemente identificados com ele. Neste ponto, a metodologia aqui utilizada diferencia-se um pouco daquela de Mannheim, pois não procuramos discutir diretamente a relação entre *estilos de pensamento* e grupos sociais, mas a relação de um certo estilo de pensamento com autores-atores situados na burocracia estatal. Observa-se também que esses três diplomatas são provenientes de um contexto intelectual comum. Isso ocorre pois, como membros da elite político-burocrática, eles podem ser pensados como parte de uma certa “ilha de letrados”, na acepção de José Murilo de Carvalho (2008), já que aproximadamente 85% (1870) da população livre do Brasil Império não era alfabetizada.

Percebe-se assim que o elemento distintivo da elite do período era a educação. Entre 1871 e 1889, 95,4% dos ministros do Império possuíam nível superior, enquanto o mesmo era válido

para 80,7% dos senadores não-ministros, e o nível educacional dos deputados gerais era semelhante ao dos senadores. No âmbito educacional, seus membros também apresentavam grande homogeneidade: até 1840, a maioria deles era formada na Universidade de Coimbra (66,6%), porém, após esse período, o número de formados em São Paulo e em Olinda passa a ser dominante (98,4%) (1871-1889) (CARVALHO, 2008).

Isso está refletido no fato de que esses pensadores pertenciam à Academia Brasileira de Letras (ABL) (1897), que congregava literatos como eles: Afonso Celso Júnior, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Martins Júnior, Pedro Lessa e Lauro Müller. Grande parte dessas figuras eram professores do ensino superior e diplomatas, pois esses eram os púlpitos da vida intelectual do regime republicano. Podemos abordá-los como pessoas que possuíam "lugares linguísticos comuns", como ocorre na própria disputa em torno do termo "pan-americanismo" (ALONSO, 2002; SKINNER, 1988).

No quadro da atuação desses burocratas no Brasil oitocentista, estavam em vigor dois discursos do pensamento social e político brasileiro: o *saquarema*, como foram alcunhados os conservadores, que defendiam o fortalecimento do poder central e do Poder Moderador, bem como o controle centralizado da magistratura e da polícia; e o *luzia*, relativo aos liberais, que pregavam a monarquia federativa, Justiça eletiva, separação da polícia e da Justiça, opondo-se ao Poder Moderador e ao Senado vitalício, dominado pelos conservadores. Tais discursos, que correspondem aos estilos de pensamento conservador e liberal, respectivamente, estavam, por sua vez, fortemente identificados com os Partidos Conservador e Liberal no Segundo Reinado (1840-1889). Como aponta Lynch (2011), a longa duração desses discursos no Império permite que sejam aplicados, anacronicamente, a diferentes períodos, como é o caso do termo *luzia* ao pensamento do "novo" Partido Liberal nos anos 1860 (CARVALHO, 2008; LYNCH, 2011).

Pretende-se assim explorar se a atuação e as formulações do Barão do Rio Branco na Terceira Conferência Internacional Americana expressam um estilo de pensamento *saquarema*, as de Nabuco um estilo de pensamento *luzia*, ao passo que consideramos mais difícil enquadrar Oliveira Lima em um dos dois estilos de pensamento devido ao fato de ter sido educado fora do Brasil e às grandes transformações de seu pensamento ao longo de sua vida.

Também realizaremos uma análise da opinião pública da época acerca da Conferência por meio de levantamento dos jornais de maior circulação no período que cobriram o evento. Para tanto, selecionamos três jornais de grande tiragem e de diferentes matizes políticos: *O Paiz*

(1884-1934), a *Gazeta de Notícias* (1875-1942)[8], e *O Estado de S. Paulo* (1875) (FONSECA, 2008; LEAL; SAUL; BASTOS, 2009). A consulta desses jornais ocorrerá por meio da hemeroteca digital da *Biblioteca Nacional* (BN) e do *Acervo Digital do Estado de S. Paulo*, que permitem a leitura de edições passadas.

Desse modo, podemos fazer um diagnóstico da cobertura da Conferência Internacional Americana de 1906 por parte da imprensa noticiosa. O estudo desse material cumpre três objetivos: 1) analisar o posicionamento dos jornais pesquisados frente à adesão ao pan-americanismo pelo Itamaraty e da dissidência por parte de Manuel de Oliveira Lima; 2) mapear a recepção por parte de pessoas de diferentes classes sociais e de figuras de destaque, como parlamentares, militares, e homens de letras, em relação aos três diplomatas e ao apoio brasileiro ao monroísmo; e 3) averiguar como Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima utilizavam-se dos veículos de imprensa para defender seus posicionamentos e influenciar a opinião pública.

[8] A *Gazeta de Notícias* voltou a ser impressa a partir de 2009, sendo este considerado o início da segunda fase do jornal. Cf. LEAL, 2009.

2 A TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA DE 1906 E O DEBATE ACERCA DO PAN-AMERICANISMO ENTRE RIO BRANCO, NABUCO E OLIVEIRA LIMA

Nesta seção, analisaremos a preparação e o desenvolvimento da Terceira Conferência Internacional Americana, por meio de pesquisa em fontes primárias, bem como o debate em torno da questão do pan-americanismo que se desenvolve entre Rio Branco, Nabuco, e Oliveira Lima.

Em 6 de dezembro de 1905, na sessão da Junta Diretora da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas foram nomeados os diplomatas dos países que formariam a comissão encarregada de formular o programa da Terceira Conferência Internacional Americana. Foram selecionados Elihu Root, pelos EUA; Joaquim Bernardo Calvo, pela Costa Rica; Joaquim D. Casasús, pelo México; Joaquim Walker Martinez, pelo Chile; Epifanio Portela, pela Argentina; Gonzalo de Quesada, por Cuba; e Joaquim Nabuco, pelo Brasil, que foi assessorado por Rio Branco[9]. Os trabalhos da comissão se estenderam até março de 1906 e elaboraram um programa que abordava uma grande variedade de temas: arbitramento; dívidas públicas; codificação do Direito Internacional Público e Privado; naturalização, desenvolvimento das relações comerciais entre as nações do continente; leis aduaneiras e consulares; privilégios e marcas de fábrica; polícia sanitária e quarentena; ferrovia pan-americana; propriedade literária; exercício de profissões liberais; futuras conferências; e organização da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas[10] (DULCI, 2008).

O local selecionado para abrigar a Conferência foi o pavilhão brasileiro da Feira Internacional de Saint Louis, de 1904. O Secretário de Estado norte-americano foi convidado pessoalmente por Nabuco para comparecer à Conferência. A viagem de Root[11] ao Rio de

---

[9] Códice: 309/2/3. Relatório 1906-1907. Terceira Conferência Internacional Americana.

[10] Códice: 303/2/1. Relatório 1906-1907. Projeto do programa da 3ª Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, em 1906.

[11] Elihu Root ocupava uma posição intermediária entre intervencionistas e anti-imperialistas, porém sua abordagem possuía uma orientação predominantemente legalista. Jurista de formação, atuou como promotor do Distrito Sul de Nova York entre 1883 e 1885, e posteriormente foi apontado para o cargo de Secretário da Guerra em 1889, pelo Presidente William McKinley (1897-1901). Durante esse período, redigiu os artigos da chamada Emenda Platt, que concedia aos EUA a prerrogativa de intervir em assuntos domésticos de Cuba. A Emenda se tornou parte da Constituição de Cuba de 1902, apesar de forte resistência da população da ilha. Root afirmava que se inspirara na ocupação britânica no Egito, que se haviam se retirado do país, mas "mantiveram o controle moral". Em 1905, Root foi apontado como Secretário de Estado por Roosevelt e permaneceu no cargo até 1909. Nesta

Janeiro representou uma vitória política para o Brasil, principalmente frente aos países da América do Sul (DULCI, 2008). Conforme o próprio Nabuco observou em carta ao Barão do Rio Branco[12], escrita a 19 de dezembro de 1905: "a presença dele [Root] é que é o acontecimento, não a dos delegados" (NABUCO, 1949d, p. 238).

Contudo, a Conferência de 1906 não começou a partir de uma "tábula rasa", mas os países participantes chegaram ao país já com suas próprias expectativas, agendas e estratégias. Do ponto de vista do Brasil, os objetivos de três países lhe eram dotados de maior importância: os dos EUA, país do qual pretendiam se aproximar para assegurar sua preeminência na América do Sul e para defender-se do intervencionismo europeu no continente, além de figurarem como o principal mercado do café[13] brasileiro; os da Argentina, cujas relações bilaterais eram tumultuadas, pois Buenos Aires observava com preocupação as aspirações geopolíticas regionais do Brasil, que contavam com a simpatia estadunidense, além de estar alarmada pela abertura da embaixada americana no Rio de Janeiro, em 1905; e os do Chile, com o qual buscava-se estreitar os laços diplomáticos para conter a Argentina e sua eventual capacidade de influenciar os países lindeiros que ainda tinham pendências com o Brasil, como a Bolívia e o Peru (BUENO, 2012; BURNS, 1966; CERVO; BUENO, 2015; HENRICH, 2017; LYNCH, 2014).

Root e os representantes estadunidenses haviam se dirigido para o Brasil com instruções de Washington relembrando que,

> a verdadeira função da conferência é lidar com temas de interesse comum que não sejam realmente objetos de controvérsia, mas a comparação de pontos de vista e a discussão amigável podem suavizar as diferenças em relação aos detalhes, desenvolver o acordo mútuo, e levar à cooperação por meio de linhas comuns para o alcance dos objetivos desejados (DEPARTMENT OF STATE, 1906, p. 1-2, *tradução nossa*).

---

função, Root procurou revestir a Doutrina Monroe de uma linguagem legalista, na qual reconhecia que embora não fizesse parte do Direito Internacional em sentido estrito, a aquiescência das nações europeias à Doutrina lhe conferia um "status quase legal". Cf. BEMIS, 1963; HOLMES, 2007; MIMAKI, 2021; SCARFI, 2016.

[12] Rio Branco e Nabuco eram dois ex-monarquistas que ainda conservavam referências intelectuais europeias, mas ao servir ao regime republicano, passam a propalar uma certa identidade americana. Para eles, a diplomacia ofereceria uma oportunidade singular para empreender uma política supostamente neutra que, durante o Império, teria assumido um caráter suprapartidário. Neste sentido, o Barão convida os senadores da oposição Rui Barbosa (1849-1923) e Joaquim Murtinho (1848-1911) para fazerem parte da delegação brasileira durante a Terceira Conferência, mas que acabam declinando o convite. Cf. RICUPERO, 2021, no prelo.

[13] Entre 1901 e 1910, o café representava 52,7% da receita das exportações brasileiras e os Estados Unidos compravam metade da produção anual brasileira, aproximadamente 6.100.000 sacas. Cf. ARIAS NETO, 2018; BUENO, 2012.

As instruções para a delegação estadunidense também indicam que o governo Roosevelt[14] não guardava grandes expectativas em relação aos resultados da Terceira Conferência, mas que esperava que ela fosse uma etapa para a futura pacificação das relações entre as nações do continente:

> Não se espera que [a Terceira Conferência] alcance resultados espetaculares; mas que lide com muitos temas que, não sendo objeto de controvérsia, atraiam pouca atenção do público, mas, que, tomados em conjunto, são de grande importância para o desenvolvimento das relações amigáveis entre as nações; [...] Todo o progresso em direção ao reino completo da justiça e da paz entre as nações é realizado por um longo e paciente esforço e por muitas etapas sucessivas; e espera-se confiantemente que esta conferência marque algum avanço substancial para todos os Estados americanos neste processo de desenvolver a civilização cristã (DEPARTMENT OF STATE, 1906, p. 2, *tradução nossa*).

Por sua vez, a Argentina participa da Conferência com o objetivo de evitar que a aliança brasileiro-estadunidense prejudicasse a sua capacidade de liderança na América do Sul e ampliasse a influência da potência do Norte, o que era agravado pelo quadro das relações já instáveis entre Buenos Aires e essas duas nações. Além disso, o país também não possuía grandes expectativas em relação ao evento, pois aplicava uma "política de desdém" em relação às Conferências Internacionais Americanas, devido a sua oposição ao monroísmo e à proximidade de suas relações com a Europa e, especialmente, com o Reino Unido. Contudo, as instruções do presidente Figueroa Alcorta (1906-1910) para a delegação argentina eram muito parecidas com as de Roosevelt para os seus delegados: deveriam evitar temas que pudessem gerar controvérsias. Também pediu que os diplomatas prestassem atenção especial nas falas dos representantes dos EUA, Brasil e Chile (MORGENFELD, 2009).

No caso do Chile, sua delegação procura atuar na Conferência de forma propositiva. Os representantes chilenos haviam recebido instruções de seu governo para que fomentassem no evento a "sincera cordialidade com todas as nações participantes" (apud MARTÍNEZ, 2012, p. 210, *tradução nossa*) e deveriam "evitar as questões que pudessem dividi-las" (apud Idem, ibidem), aderindo de forma eficaz "a todos os propósitos que significassem um progresso para os interesses comuns da América do Norte, Central e do Sul" (apud Idem, ibidem).

---

[14] Roosevelt chegara a confessar para Root: "A impressão de que Washington tem pretensões à dominância hemisférica continua a ser uma séria barreira ao bom entendimento, ao intercâmbio amigável, à introdução de capital estadunidense e ao comércio americano" (apud HOLMES, 2007, p. 193, *tradução nossa*). Assim, a missão de Root na Terceira Conferência era a de acabar com essa impressão entre os países latino-americanos. Cf. HOLMES, 2007.

Além disso, a Conferência se iniciou em um ambiente de desconfiança entre os países latino-americanos devido ao anúncio de Roosevelt acerca de seu Corolário da Doutrina Monroe, em 1904. Assim, a estratégia dos EUA e do Brasil durante o evento foi a de não trazer a questão do pan-americanismo à pauta das discussões, como forma de evitar a formação de um bloco opositor liderado pela Argentina, e, ao mesmo tempo, procurar dissipar os temores dos países latino-americanos por meio de discursos que condenavam o imperialismo e defendiam a harmonia entre as nações do continente. Joaquim Nabuco, eleito presidente da Conferência pelos países membros, Rio Branco, enquanto presidente honorário, e Root, como vice, fizeram discursos nesse sentido (BURNS, 1966; MORGENFELD, 2009; HENRICH, 2017; SANTOS, 2018).

Na sessão solene da Conferência, no dia 23 de julho, Joaquim Nabuco, em tom oficial, procurou fortalecer a ideia de que o continente americano era uma zona de paz devido ao esforço conjunto da comunidade de nações, em oposição ao continente europeu, marcado pelo conflito:

> A reunião periódica deste Corpo, composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma um sistema político diverso dos da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta. Trabalhando, entretanto por uma civilização comum e por fazer do espaço que ocupamos no globo uma vasta zona neutra de paz, nós trabalhamos para o benefício do mundo todo. Desse modo oferecemos às populações, à riqueza, ao gênio da Europa um campo de ação muito mais vasto, e mais seguro em nosso hemisfério, do que se formássemos um continente desunido ou pertencêssemos aos campos beligerantes em que o Velho Mundo se possa ainda dividir (apud LOBO, 1939, p. 72).

Por sua vez, o discurso de Rio Branco é igualmente cuidadoso, dando provas de que o Brasil buscava estabelecer uma aliança com os EUA baseada na igualdade e não na submissão. Também reconheceu a relevância crescente do papel de Washington no mundo, sem ignorar as relações que as nações do continente mantinham com as da Europa[15] (HENRICH, 2017):

> Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população 10, 20 vezes maior nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso (PARANHOS JÚNIOR, 2012, p. 139).

[15] Rio Branco não descartou as relações entre o Brasil e os países europeus porque sabia que parte da opinião nacional ainda era ligada à ideia dos laços tradicionais com essas nações. Cf. MANZUR, 1999.

Na sessão do dia 31 de julho, Root[16] também procurou ser enfático que os EUA condenavam o imperialismo e que Washington agiria de acordo nas suas relações com as nações do hemisfério e, assim, não haveria razão para que não confiassem nas intenções estadunidenses, pois a sua liderança seria protetora e benevolente:

> Nós não desejamos vitórias, senão aquelas da paz. Não desejamos território, senão o nosso, e nenhuma soberania, senão a nossa. Consideramos que a independência e os direitos dos menores e mais fracos membros da família de nações merecem tanto respeito quanto os do maior dos impérios, e consideramos que a observância daquele respeito seja a principal garantia para o fraco contra a opressão do forte. [...] Desejamos aumentar a nossa prosperidade e aumentar em riqueza e sabedoria de espírito, mas a nossa própria concepção do verdadeiro caminho para realizar isso não é derrubar os outros e lucrar com a sua ruína, mas ajudar a todos os amigos para [que tenham] uma prosperidade e crescimento comuns, então todos podermos nos tornar maiores e mais fortes juntos (ROOT, 1906, p. 9-10 *tradução nossa*).

A sessão transcorreu de forma impecável e teve êxito em dissipar as apreensões dos delegados latino-americanos em torno da diplomacia do *big stick* de Roosevelt. Além disso, os EUA haviam indicado o interesse de celebrar um acordo com a Colômbia, país com o qual as relações estavam estremecidas desde 1903, quando Washington havia fornecido apoio naval ao movimento de independência do Panamá, o que também expressou a boa vontade estadunidense para os delegados latino-americanos. Encerrando-a, Rio Branco propusera que o palácio em que se realizava fosse batizado de Monroe[17], o que a assembleia aprovou sob aplausos (ANDRADE, 1976; BURNS, 1966).

Contudo, a questão do Pan-americanismo estava especialmente atrelada a duas questões centrais da agenda da Conferência: a arbitragem internacional compulsória e a cobrança de dívidas públicas por outras nações. Em relação à arbitragem, acabou ocorrendo a formação de blocos a favor e contra o recurso a esta forma de solução de controvérsias, o que gerou intenso

---

[16] A principal intenção desse discurso de Root era desfazer o temor entre as repúblicas americanas causado pela afirmação do ex-Secretário de Estado Richard Olney (1895-1897), que afirmara que os EUA deveriam exercer "soberania tácita" sobre o continente. Cf. HOLMES, 2007.

[17] Durante a Feira Mundial de St. Louis de 1904, o presidente Roosevelt chegou a visitar o pavilhão brasileiro, de modo que o jornal *St. Louis Globe-Democrat* relatou: "O Brasil galhardamente sobressaiu na recepção à distinta comitiva presidencial. Roosevelt se recordará do Brasil e da exposição por toda a vida" (apud WESTIN, 2015). O Palácio Monroe passaria a abrigar o Senado Federal a partir de 1925, e perderia essa função em 1960, devido à mudança da capital para Brasília. Terminaria demolido em 1976, porque o edifício estaria conturbando o trânsito carioca. Os materiais da demolição foram comercializados pela empresa que o destruiu. Cf. RICUPERO, 2021, no prelo; WESTIN, 2015.

debate entre os delegados. Os EUA, apoiados por países como o Brasil e o Chile se opuseram de forma resoluta à inclusão da arbitragem compulsória no documento de resolução da Conferência (DULCI, 2008; REINSCH, 1907).

A delegação estadunidense desejava que o tema da arbitragem não fosse discutido na Terceira Conferência, mas na Segunda Conferência Internacional da Paz de Haia, que ocorreria em 1907, pois, seguindo as instruções recebidas de Washington, esse era um tema controverso e que poderia prejudicar a promoção do monroísmo no continente. Os representantes do governo Roosevelt consideravam a arbitragem compulsória como uma espécie de "ultimato" para todo o continente americano e defenderam uma resolução muito mais moderada acerca do tema: um acordo universal que seria debatido no encontro na cidade holandesa, a fim de ser aprovado e posto em prática por cada nação (QUESADA, 1906; WILGUS, 1932; MORGENFELD, 2009).

No caso do Brasil, não agradava a Rio Branco a ideia de que os árbitros encarregados fossem países hispânicos, principalmente "com relação aos países com quem temos fronteiras"[18]. Além disso, o Barão considerava que a arbitragem compulsória colocava "em causa os interesses vitais, a honra, a independência ou a integridade territorial do país"[19] e que aceitá-la seria uma abdicação da soberania, afirmando que "é evidente que um árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois, queremos deixar aos governos futuros inteira liberdade de ação e escolha."[20] Já o Chile adotou um posicionamento próximo ao dos EUA, rejeitando o debate do tema na Terceira Conferência, afirmando que é uma questão que causa discórdia entre as nações do continente, além de perceber a arbitragem compulsória como uma cessão de soberania[21] (DULCI, 2008; MARTÍNEZ, 2012; QUESADA, 1906).

Por outro lado, a Argentina liderou o bloco a favor da arbitragem compulsória, sendo apoiada por países como a Bolívia e o Peru[22]. Buenos Aires já possuía uma longa tradição de

---

[18] Códice: 273/3/15. 3ª Conferência Panamericana (1923). Histórico da 3ª Conferência Panamericana.

[19] Códice: 962.III/L230/3783. 3ª Conferência Panamericana (1906). Telegrama enviado para a Embaixada em Washington em 02.1906.

[20] Códice: 962.III/L230/3783. 3ª Conferência Panamericana (1906). Telegrama enviado para a Embaixada em Washington em 03.1906.

[21] Sobre a questão, Nabuco afirma a Rio Branco: "Nós e o Chile não fizemos proposição alguma pela qual o mais interesse argentino pudesse ser afetado; foi o sr. ministro argentino que preferiu trabalhar em outro campo que não o nosso" (2011, p. 174). Cf. NABUCO, 2011.

[22] Segundo Nabuco, o representante de Buenos Aires, Epifanio Portela, "doeu-se" com ele, devido à sua oposição à proposta argentina. Cf. NABUCO, 2011.

defesa dessa forma de arbitragem, que remontava às Conferências Internacionais Americanas de Washington (1889/1890) e da Cidade do México (1901), desejando que esta se tornasse "a suprema regra do Direito Público Americano" (apud QUESADA, 1906, p. 3). Também não considerava concebível "que se deixe a toda sorte, as disputas que podem se originar da inteligência e da aplicação [das regras e normas comuns] e, em geral, a múltipla rede de suas relações jurídico-políticas" (apud QUESADA, 1906, p. 4). A Bolívia e o Peru acompanharam a posição argentina, pois consideravam que haviam sido lesados por vizinhos mais fortes, especialmente na Guerra do Pacífico quando perderam território para o Chile (REINSCH, 1907).

Na questão da arbitragem compulsória, a posição estadunidense prevaleceu, e os 19 países-membros acordaram uma resolução geral sobre a questão:

> A Conferência, ratificando a sua adesão ao princípio do arbitramento e, para tornar prático esse desiderato que vai se impondo no convívio das nações e constituirá o recurso mais nobre para a solução dos seus conflitos, recomendou que os governos nela representados habilitem com as necessárias instruções os seus delegados para que promovam na Segunda Conferência da Paz, na Haia, a aprovação de uma Convenção Geral de Arbitramento, de tal modo eficaz e precisa que, merecendo o apoio do mundo civilizado, seja aceita e posta em vigor por todas as nações[23].

Por fim, a Argentina cedeu, afirmando que a questão da arbitragem seria tratada em um âmbito internacional que estava acima do pan-americano, que coadunava com a sua orientação "universalista", que na realidade não era outra coisa senão uma forma de minar o sistema interamericano defendido pela Casa Branca. Esta solução "cordial", que evitava discutir um tratado geral de arbitragem, serviu para que não houvesse um confronto como os que haviam ocorrido nas Conferências de Washington (1889/1890) e da Cidade do México (1901) (MORGENFELD, 2009).

A discussão em torno do tema da cobrança de dívidas públicas por outras nações transcorreu de forma similar. Apesar de Buenos Aires ter instruído seus diplomatas a não levantarem questões controversas na Conferência, ansiava que a Doutrina Drago fosse pelo menos considerada como tese da política interamericana na Terceira Conferência e, se não fosse possível, deveria ser debatida na Segunda Conferência de Paz de Haia. A Doutrina desenvolvida pelo ex-Chanceler argentino Luis Maria Drago (1902-1903), que afirmava que a cobrança de dívidas por meios coercitivos violava o direito internacional e, portanto, precisaria ser banida

---

[23] Códice: 309/2/2. Relatório 1906-1907. Terceira Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro. Regulamento.

da prática das nações civilizadas. Assim, a delegação argentina procurou relacionar a Doutrina Drago a essa questão, declarando: “A falta de pagamento dos serviços acordados que supõem a falência, a insolvência momentânea do Estado, deu lugar, [...] à interferência, de forma pacífica ou violenta, dos governos dos países de origem dos portadores de títulos e lucros de dívida pública, e ao estabelecimento de tutelas financeiras incompatíveis com o exercício da plena soberania” (apud MORGENFELD, 2009, p. 204) (ALSINA JÚNIOR, 2015; MORGENFELD, 2009).

Os EUA, por outro lado, elaboraram uma estratégia para evitar que a Doutrina Drago fosse aprovada como fórmula continental. Seguindo as orientações de Root, os delegados estadunidenses declararam que a Doutrina Drago era “excelente” e que fazia muito tempo que Washington havia renunciado ao uso da força para a cobrança compulsória das dívidas contratuais de outros governos para com os cidadãos de seu país. Também considerava que, como a maioria dos países latino-americanos estava endividada, qualquer declaração da Conferência a favor da Doutrina Drago poderia ser interpretada como uma conspiração dos devedores contra seus credores, que eram na sua maioria europeus[24]. Assim, defenderam novamente que a questão fosse discutida apenas na Segunda Conferência de Paz de Haia (MORGENFELD, 2009).

O Brasil acompanhou o posicionamento de Washington, pois Rio Branco considerava que as potências mais fortes funcionavam como elemento disciplinador do comportamento caótico de certos países da região, o que explica o fato de o Rio de Janeiro não ter condenado a “diplomacia das canhoneiras” usada contra Caracas, em 1903 (ALSINA JÚNIOR, 2015). Em carta de Nabuco a Rio Branco, afirmara que “o Brasil [...] foi pedir aos Estados Unidos que incluíssem o uso da força para a cobrança das dívidas das nações americanas no *ultimatum* ou no *casus belli* que a doutrina Monroe estabelece quanto à independência e integridade territorial delas relativamente à Europa” (NABUCO, 2011, p. 172). O representante brasileiro também indicou que não queria que a Doutrina Drago caracterizasse a Conferência do Rio de Janeiro (NABUCO, 2011).

Em relação a esse tema, os países-membros passaram uma resolução bastante limitada e extremamente próxima do posicionamento dos EUA, que declarava: “Recomendar que a Segunda Conferência de Haia seja convidada a considerar se é admissível o emprego da força

[24] Segundo Nabuco, Root lhe dissera que “seria um objeto de irrisão reunirem-se os devedores em massa para declararem aos credores que suas dívidas não podem ser cobradas à força” (2011, p. 172).
Cf. NABUCO, 2011.

para a cobrança das dívidas públicas e, no caso afirmativo, até que ponto é ele admissível[25]". Isso representou mais uma vitória estadunidense na Conferência do Rio, pois também permitia que cada república americana levasse ou não a questão à Conferência de Haia (MORGENFELD, 2009).

No encerramento, no dia 27 de agosto de 1906, Rio Branco reassegurou suas ideias de confraternização continental, ao destacar que "o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo" (PARANHOS JÚNIOR, 2012a, p. 149), declarando que "trabalharemos sempre para estreitar as boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas" (Idem, ibidem).

Joaquim Nabuco, durante o fechamento da Conferência, também afirmou:

> Não terá sido estéril a vossa reunião aqui [disse ele bastante otimista, dirigindo-se aos delegados]. [...] A principal função destas conferências será por muito tempo ainda, durante toda a fase de aclimação, a de reunirem-se periodicamente, e o mais favorável sintoma dessa aclimação será a boa vontade e a harmonia que eu assinalei. Nesse sentido, a Terceira Conferência já indica um crescimento muito mais saudável; é, porém, preciso dar tempo para crescer à árvore que tem que viver séculos; não se deve esperar que ela dê sombra antes de criar raízes. Por ora, ela ainda depende de cada um; o tempo virá em que todos dependerão dela (apud ANDRADE, 1978, p. 64-5).

Desse modo, Nabuco formula um discurso oficial de que a Conferência viera com o objetivo claro de irmanar, de consolidar posições pouco firmes do pan-americanismo, de criar entusiasmos de que a América necessita para levar adiante a sua maior obra: a da união num mundo dividido e divisor (ANDRADE, 1978; NABUCO, 1949a).

A Terceira Conferência, sem grandes resultados práticos, foi capaz de "promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles" (LINS, 1965, p. 353)[26]. Também pode-se afirmar que dois eixos foram centrais para o "êxito" do evento: a importância dada à Segunda Conferência Internacional de Paz de Haia, que se seria realizada em 1907 e a autorrestrição por parte dos principais países de modo a evitar os conflitos que ocorreram nas Conferências de Washington

---

[25] Códice: 309/2/3. Relatório 1906-1907. Terceira Conferência Internacional Americana.

[26] Roosevelt escreveria ao industrial Andrew Carnegie (1835-1919): "Sem dúvida você viu o quão bem foi a Conferência Pan-Americana. A ida de Root ao evento foi uma grande ideia. Gradualmente, nós estamos chegando a uma condição que vai garantir a paz permanente no Hemisfério Ocidental" (apud BRANDS, 2001, p. 424, *tradução nossa*). Cf. BRANDS, 2001.

e da Cidade do México. Os EUA realizaram seus objetivos principais no evento, pois, evitou-se uma reação continental ao monroísmo e manteve o funcionamento do sistema interamericano nascente[27]. Por sua vez, o sucesso estadunidense resvalava no Brasil, que conseguiu, por meio da atuação de seus diplomatas no evento, especialmente Rio Branco e Nabuco, selar a "aliança não-escrita" que existia entre ambas as nações. Os dois diplomatas também atingiram sua meta de aumentar a recepção de Washington entre os países latino-americanos e consolidar o movimento pan-americano na região[28] (BURNS, 1966; MORGENFELD, 2009).

Porém, de forma paralela à Conferência, desenvolvia-se um debate em torno da aceitação pelo Brasil do pan-americanismo propalado por Washington, pois não havia consenso entre os intelectuais e nem entre os diplomatas, acerca dos benefícios da adesão do país ao projeto estadunidense. Os três principais representantes desse debate foram justamente o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima por serem pensadores e servidores do Ministério das Relações Exteriores, o que os torna "autores-atores", pelo fato de fazerem parte do processo de formulação e implementação da política externa brasileira da época (HENRICH, 2017; RICUPERO, 2018).

Oliveira Lima acompanhou com interesse os preparativos da Terceira Conferência a partir de Caracas. No entanto, ele partiu da Venezuela antes do início dos trabalhos da Conferência, em 16 de junho de 1906, para gozar uma licença de seis meses e seguiu acompanhando o assunto da Europa, para onde foi reestabelecer a saúde (HENRICH, 2019).

Suas visões em relação ao pan-americanismo monroísta entrariam em choque com as do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco durante o evento internacional. Na série de artigos escritos ainda na Venezuela, sua preocupação era com as pretensões de tutela sobre o continente aventadas de forma contumaz por Theodore Roosevelt, as quais estava certo de que

---

[27] No início de seu mandato, o presidente Theodore Roosevelt chegou a aventar a possibilidade de criar "um tipo de protetorado nas Américas Central e do Sul" para lidar com "repúblicas falidas". Contudo, abandonou essa ideia e preferiu limitar a extensão do policiamento internacional dos EUA, delegando ao Brasil, à Argentina e ao Chile o papel de parceiros no policiamento da América do Sul, pelo fato de considerá-los como "Repúblicas avançadas". Prova disso foi o fato de os EUA terem atuado para que esses países estivessem presentes na Segunda Conferência de Paz de Haia, de 1907, da qual participaram todos os países que eram considerados, à época, como "civilizados". Cf. HOLMES, 2007; ROOSEVELT, 1913.

[28] Por exemplo, o escritor e diplomata Rubén Darío (1867-1916), delegado da Nicarágua na Terceira Conferência, era refratário à aplicação da Doutrina Monroe na América Latina, mas passa aceitá-la durante o evento internacional, de forma que confessa em um poema que "havia se 'pan-americanizado' na terra dos diamantes e da alegria tropical com um vago temor e muito pouca confiança" (PREUSS, 2013, p. 157, *tradução nossa*). Na ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro, escreve o poema *Salutación al águila*, no qual convoca a águia mágica do Norte para espalhar sua grande sombra continental sobre o Sul. Cf. PREUSS, 2013; RICUPERO, 2021, no prelo.

surgiriam também na Conferência. Outro ponto defendido pelo diplomata brasileiro era o de que a Doutrina Monroe é um princípio de polícia exterior dos Estados Unidos e não um princípio continental. Em sua opinião, para que adquirisse caráter continental a Doutrina teria que ser fruto do consenso e ser aprovada na Terceira Conferência (HENRICH, 2019).

Além disso, criticava a escolha do Rio de Janeiro como sede da Conferência, que ele via como um exagero e fruto do desconhecimento do funcionamento da diplomacia. Os que estavam dando tanta importância ao fato ou eram ingênuos ou mal-intencionados, querendo fazer crer que o Brasil gozava de uma posição especial na região aos olhos dos Estados Unidos. Tais opiniões aborreceram Joaquim Nabuco, que se empenhou pessoalmente para que se realizasse a visita de Root. Outro comentário de Oliveira Lima que desagradou a Rio Branco e, particularmente, a Nabuco, foi o de que estava confiante que a delegação argentina traria para a Conferência a oposição necessária ao monroísmo. Afinal, considerava que a diplomacia da Argentina estava à frente das demais nações latino-americanas (HENRICH, 2019).

Lima também atacou a posição oficial do Ministério em artigos na mídia impressa, principalmente no *Jornal do Recife*. Neste último, em 26 de agosto de 1906, indica que considerava insensato que a associação entre os dois países se desse em prejuízo do Brasil:

> O que não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições europeias de interesses comerciais e econômicos de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica (apud ALMEIDA, 2004, p. 133).

Porém, quando acusado de ser “anti-pan-americanista”, como ocorreu na edição do dia 31 de agosto de 1906 de *O Estado de São Paulo*, defendia-se: “Tampouco detesto o pan-americanismo. Tive ensejo de escrever um livro do qual não renego uma linha e que foi considerado nos Estados Unidos pelos que o puderam ler e o criticaram no *Washington Post*, *New York Times*, *Evening Post* e outros jornais, um dos mais sinceramente simpáticos à nação americana” (apud HENRICH, 2019, p. 211). Lima estava se referindo ao livro *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais* (1899), no qual, tecia elogios às instituições norte-americanas, mas, distinguia o sistema político estadunidense das pretensões imperialistas nas suas relações com a América Latina (HENRICH, 2019).

À medida em que as manifestações públicas de desaprovação de Oliveira Lima se acumulam, Nabuco acaba expressando diretamente a Oliveira Lima seu desapontamento: “O sr. parece interessado em que a Conferência naufrague, toma o partido da Venezuela, condena

os que me auxiliam aqui, tudo isso é seu direito, mas eu não compreendo por que o exercita dirigindo-se a mim mesmo, que nunca lhe falei nem lhe escrevi senão para lhe ser agradável" (apud HENRICH, 2019, p. 208). Oliveira Lima responde, avaliando que a Conferência se encontrava em um plano secundário na política externa americana e não possuía a importância que o Brasil estava conferindo a ela: "Não desejo que a Conferência naufrague, apenas preferindo que assim aconteça se ela tivesse que marcar uma vassalagem do Brasil à prática do atual presidente dos Estados Unidos. De resto a Conferência já está despedida da importância que deveria ter, basta ver a lista dos delegados dos Estados Unidos (apud SOUSA, 2013, p. 112)."

As diferenças de Oliveira Lima e Nabuco quanto à questão do pan-americanismo se mostraram inconciliáveis a ponto de decidirem romper a amizade que cultivavam há mais de uma década. Encerradas as relações, cada um prosseguiu com sua carreira diplomática: Oliveira Lima na legação brasileira em Bruxelas e Joaquim Nabuco na embaixada em Washington. Sua contrariedade quanto à questão ficou atrelada à sua memória enquanto agente diplomático, a ponto de o sociólogo Gilberto Freyre nomeá-lo como "o diplomata dissidente" (BORGES, 2007; RICUPERO, 2018).

Por outro lado, as relações entre Oliveira Lima e Rio Branco sobreviveram às críticas do diplomata pernambucano, pois em 7 de dezembro de 1906, o *Jornal do Recife* relatava: "Parece que as relações entre o Barão do Rio Branco e Oliveira Lima são atualmente mais cordiais" (apud HENRICH, 2019, p. 212-3). O estudo dos *estilos de pensamento* destes diplomatas vai nos ajudar a compreender melhor as diferenças e semelhanças que existiam entre eles.

3 O GUARDIÃO DA HERANÇA SAQUAREMA: AS RAÍZES CONSERVADORAS DO PAN-AMERICANISMO DO BARÃO DO RIO BRANCO

Nesta seção, realizaremos uma caracterização do Partido Conservador no Segundo Reinado, identificando os principais elementos do *estilo de pensamento saquarema*, além do estudo da trajetória e das obras do Barão do Rio Branco enquanto intelectual e diplomata, para diagnosticar quais elementos deste estilo de pensamento se encontram na sua abordagem do pan-americanismo e da política externa brasileira.

O Conservadorismo que se desenvolve no Segundo Reinado (1840-1889) é fortemente identificado com o Partido Conservador (1836-1889). O Senador mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) é uma figura de destaque do período, sendo o principal responsável pelo *Regresso Conservador*, realizado em reação ao Ato Adicional[29] de 1834, e pela criação do Partido Conservador (LYNCH, 2011).

A partir de uma análise dos dados relativos aos ministros conservadores, observa-se que aproximadamente metade deles eram proprietários rurais (47,5%), em especial, aqueles cuja produção era voltada para o mercado externo. Na sua maior parte, eram do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, províncias de colonização mais antiga. Essas províncias também eram dotadas de um número maior de pessoas com ensino superior e treinamento em administração pública desde o período colonial, o que explica a alta taxa de funcionários públicos (55%) nos quadros do Partido. Os profissionais liberais também estavam representados, porém em menor número (45%). Em torno de 13,1% dos filiados eram comerciantes, pois eram prejudicados pela agitação urbana. Assim, esses grupos, de modo geral, possuíam mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema (CARVALHO, 2008). À época, os conservadores foram chamados de *saquaremas*, por ser o nome do município do Rio de Janeiro onde Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802-1872) possuía uma fazenda, que servia de local para as reuniões do grupo (LYNCH, 2011; MATTOS, 1987).

Nomeado Ministro da Justiça em 1837, Vasconcelos começou a promover as mudanças políticas inscritas no programa político do *Regresso*, destinadas a desfazer ou corrigir o que eram vistos como os excessos do reformismo liberal. Eram elas: frear o avanço das províncias

[29] O Ato Adicional de 1834 foi uma vitória dos setores liberais e pode ser considerado como ponto máximo das reformas descentralizadoras da Regência. Os Conselhos Gerais de Província foram abolidos e substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais, com amplas atribuições, porém, preservou a nomeação dos presidentes de província pelo governo central. Aprovaram-se a discriminação de rendas e a divisão dos poderes tributários, mas rejeitou-se a autonomia municipal, mantendo os municípios submetidos a determinações do Legislativo provincial (COSTA, 2010; SANTOS, 2012).

sobre as competências da União; retirar das províncias o controle da polícia e do judiciário de primeira instância, devolvendo-o à União; e, por fim, unificar a cadeia de comando no plano da União, subordinando o Judiciário e o Legislativo ao Executivo (LYNCH, 2015).

Os conservadores desenvolvem o que ficou conhecido como o *modelo político saquarema*, no qual, o Poder Moderador estava no alto da hierarquia política, entendido como um poder excepcional de dissolução da Câmara dos Deputados e de livre nomeação e demissão de ministros pelo monarca; seguido do Poder Executivo, compreendido como governo do gabinete supervisionado pelo Imperador; e por fim o Poder Legislativo, concebido como uma arena de aprendizado e esclarecimento. O resultado era o modelo de um governo parlamentar, mas tutelado pela Coroa. Este modelo se institucionalizou e garantiu a ordem imperial pelas três décadas seguintes, quando começou a ser desmontado (LYNCH, 2007, 2015).

Os saquaremas desenvolveram um paradigma de política interna baseado na ideia de que o Brasil era uma massa territorial infindável, permeada por povoamentos irregulares com elites provincianas compostas sobretudo por latifundiários incapazes de forjar a emergência do Estado nacional. Defendiam que o Estado brasileiro deveria ser formado de cima para baixo, em um processo seguro que garantisse prioritariamente a ordem, requisito indispensável à promoção das liberdades individuais. Os saquaremas advogavam por um modelo de Estado baseado na herança ibérica do Brasil, de caráter unitário, centralista e interventor (LYNCH, 2017; SOUSA, 2014).

O equivalente externo de tal paradigma passava pela consolidação do espaço político nacional por meio do *uti possidetis*, pela livre navegação dos rios limítrofes pelos ribeirinhos e pelo equilíbrio de poder na região do Prata. Embora assentada em diretrizes preferencialmente pacíficas, a política saquarema aceitava o recurso à intervenção militar para defender o território. A ideia de intangibilidade territorial era a pedra de toque de tal paradigma de política externa, pois ele garantia a identidade imperial brasileira e sua diferenciação continental, constituindo a mais segura garantia da glória futura de um país reconhecidamente pobre, ignorante e atrasado. Ambos os paradigmas se orientavam por um objetivo: a consolidação do Estado nacional contra a anarquia interna e externa (LYNCH, 2014).

Deve-se frisar que para os saquaremas a política externa brasileira para a América Latina referia-se essencialmente à política no Prata. Por volta de 1850, países como a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e as Guianas encontravam-se alijados do Brasil por grandes desertos populacionais cobertos por densas florestas, formando o sistema do Pacífico, com escassa interação transfronteiriça ou ainda parte de territórios europeus. Assim, na segunda metade do

século XIX, a iniciativa diplomática brasileira voltava-se para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai (RICUPERO, 2017).

O quartel entre 1851 e 1876 pode ser considerado como um longo período de presença brasileira ativa no Prata, marcado por intervenções nos países da região, com destaque para a Guerra do Prata (1851-1852), a Guerra do Uruguai (1864-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870)[30]. Neste período, o Brasil objetivou substituir as potências anteriormente dominantes na região e sua ação gerou uma hegemonia periférica, de modo que: a) comandou, pela via diplomática, um sistema de acordos e alianças favoráveis aos desígnios da vontade nacional; b) usou da força para dobrar a vontade dos países platinos, quando o requeriam as circunstâncias; c) submeteu os mesmos países à dependência financeira, por meio de empréstimos e dívidas públicas; d) abriu-os à penetração econômica privada e garantiu o fornecimento de matérias-primas indispensáveis à manutenção de seu sistema produtivo; e) obstou ao aparecimento de uma hegemonia concorrente no período (CERVO; BUENO, 2015).

Porém, a atuação do Império na região teve seus paradoxos. A cartilha saquarema que defendia o fortalecimento dos estados pequenos, acabou não resolvendo as contradições internas do Uruguai, perturbando o seu sistema produtivo e arrasando a potência paraguaia, o aliado natural. Também acabou por contribuir para o fortalecimento da Confederação e, depois, para o advento da República Argentina, única potência rival em seus cálculos estratégicos, e

---

[30] A Guerra do Prata (1851-1852) foi deflagrada pela aliança entre o Império Brasileiro e o governador da província argentina de Entre Ríos, Justo José Urquiza (1801-1870), que tinha o objetivo de derrotar o militar *blanco* Manuel Oribe (1792-1857) e seus aliados, como forma de pacificar o Uruguai. Oribe rendeu-se a Urquiza e seu aliado, o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas (1797-1877), declarou guerra ao Brasil. O Império, com apoio das províncias de Entre Ríos, Corrientes, e do Uruguai, derrotou as forças de Rosas na Batalha de Monte Caseros, e o caudilho derrotado exilou-se na Inglaterra. Já a Guerra do Uruguai (1864-1865) iniciou por causa do caudilho *colorado* Venancio Flores (1808-1868) que incitou uma rebelião para derrubar o governo *blanco* do presidente uruguaio Bernardo Berro (1803-1868). Neste conflito, o caudilho paraguaio Francisco Solano López (1827-1870) e Urquiza apoiavam Berro, enquanto os governos argentino e brasileiro, ambos chefiados por liberais, estavam interessados na vitória de Flores. Atendendo a demandas de fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência argentina junto aos *colorados*, o Império intervém no conflito. Neste ínterim, Berro é substituído na presidência por Atanasio Aguirre (1801-1875), que não se submete aos interesses brasileiros. Diante da negativa, as forças brasileiro-coloradas avançam no Uruguai até isolar os *blancos* em Montevidéu, levando à capitulação do governo Aguirre. Já a Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito na História da América do Sul, teve seu estopim na crise uruguaia, pois o governo uruguaio informou Solano López que se houvesse vitória dos rebeldes *colorados*, estes se voltariam contra o Paraguai. Era um argumento que não correspondia à realidade, mas, por crer nele, Solano López acreditou que, com o apoio dos *blancos* uruguaios, poderia derrotar militarmente o Brasil e anular o governo argentino. Em 1864, as tropas paraguaias atacam o Mato Grosso, e em 1865, Corrientes. Como consequência, o Tratado da Tríplice Aliança é celebrado entre o Império, a Argentina e o Uruguai, agora governado por Flores. O conflito se desenvolveu até 1869, quando ocorre a ocupação de Assunção pelas tropas brasileiras. Os Aliados instalam um governo provisório no Paraguai que os ajudaria a continuar a combater López, cujas forças haviam se retirado para o interior. O caudilho paraguaio é morto em combate com as tropas brasileiras em 1870, seguido pela assinatura de um protocolo de paz entre os Aliados e o governo provisório do Paraguai. Cf. DORATIOTO, 2014.

ainda hipotecou o tratado definitivo de paz relativo à convenção de 1828 sobre o Uruguai e a questão dos limites (CERVO; BUENO, 2015).

Outro ponto de destaque à política externa saquarema era a forma como se tratava a questão da navegação em nossas fronteiras fluviais. Enquanto no Amazonas o Império proibia a navegação por ribeirinhos situados águas acima, como peruanos e colombianos, no Prata, exigia aos argentinos e paraguaios o direito de navegar pelas águas inferiores dos rios formadores. Isso ocorria pelo fato de o Brasil controlar o Amazonas, ao passo que na região platina, o escoadouro estava sob controle de Buenos Aires, enquanto Assunção controlava o curso médio do Rio Paraguai e o acesso ao Mato Grosso. Na região amazônica, o Rio de Janeiro usava a navegação como moeda para definir as fronteiras, de modo que a negociava com os países ribeirinhos em troca da celebração de tratados de limites. A questão da navegação do Amazonas também constituiu uma das principais contendas com os EUA durante o Segundo Reinado, pois este possuía crescentes interesses comerciais na região e pressionava pela abertura do rio, sendo apoiado pelo Reino Unido e pela França. Alarmado pela ameaça potencial a um gigantesco território parcamente guarnecido e caracterizado pelo vazio populacional, o governo imperial protelou a abertura incondicional a todas as nações até 1866, momento crítico da Guerra do Paraguai. Quanto ao Prata, o Brasil garantiu a liberdade de navegação neste rio em 1852, após a queda do governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas (1793-1877), e, em 1856, celebra um tratado com o governo paraguaio assegurando a livre navegação nos rios Paraguai e Paraná (DORATIOTO, 2014; RICUPERO, 2017).

Consideramos que a visão de mundo cultivada por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), é expressão do estilo de pensamento *saquarema*. Pois, toda a educação doméstica de Paranhos Júnior se desenvolvera no convívio do pai e de amigos, todos membros da elite saquarema, formada por latifundiários e burocratas importantes do regime monárquico: o Marquês do Paraná, o Visconde de Uruguai, o Duque de Caxias, o Barão de Cotegipe, o Marquês de São Vicente, o Visconde de Itaboraí e Eusébio de Queirós (LYNCH, 2014).

Nascido no Rio de Janeiro, o Barão formou-se na Faculdade de Direito de Olinda, em Pernambuco, incentivado pelo pai. Após a graduação, sua carreira jurídica foi efêmera, por sentir que lhe faltava vocação para o ofício. Sentia que seus interesses eram voltados para a política, a historiografia e o jornalismo (FUNDAÇÃO..., 2009).

Entre 1870 e 1871, acompanha o pai à Argentina nas negociações de paz realizadas pelos aliados na Guerra do Paraguai. Nesta viagem, Paranhos Júnior teve sua participação como secretário da missão oficializada pelo governo imperial, sinal do grande prestígio do Visconde. Como obrigação inerente ao cargo, cabia ao filho cuidar da correspondência oficial da missão enquanto aprendia o ofício diplomático. Contudo, o Visconde do Rio Branco é convocado pelo governo imperial a retornar ao Rio de Janeiro para organizar um novo gabinete em substituição ao do Marquês de São Vicente, assumindo a função de primeiro-ministro em 1871 (LINS, 1965; SANTOS, 2018).

O gabinete do Visconde do Rio Branco (1871-1875), um saquarema moderado, realiza transformações importantes na política externa do Império, de modo que esta passa a se aproximar daquela defendida por luzias moderados em diversos pontos. Reconheceu a ascensão dos EUA no continente pela anexação do Texas, da Califórnia, e do Novo México, clamando que "os dois ramos da raça latina, o ibérico [sic] e o lusitano, [...] defendam as suas nacionalidades do embrutecimento e fraqueza, que as fariam desaparecer ante a atividade incessante da raça mais adiantada, a anglo-saxônica" (PARANHOS, 2008, p. 151). Também fortaleceu as relações com Washington por meio da permissão da exploração do Amazonas pelo navio de guerra estadunidense *Enterprise*, e não protestou quando este excedeu os limites de licença (BANDEIRA, 1978).

Atualizou o paradigma saquarema que dava ênfase ao controle territorial do Império por meio da construção de 1.500 quilômetros de estradas de ferro, 5.151 quilômetros de linhas telegráficas que ligavam o Brasil à Europa, aos EUA, ao Uruguai, à Argentina e ao Chile) e pela melhoria dos principais portos do país (PARANHOS JÚNIOR, 2012b). Para o Visconde, a construção de vias de comércio e comunicação também eram bases importantes para o desenvolvimento econômico do Império, referindo-se a esta como "a verdadeira e também a maior questão" (PARANHOS, 2008, p. 151). Soma-se a esta questão a pacificação do Prata durante seu governo, marcada pela assinatura do Tratado de Paz com o Paraguai, em 1872, resguardando a soberania paraguaia sobre o Chaco, evitando as pretensões argentinas na região (DORATIOTO, 2013). Por fim, reforçou a defesa nacional por meio da reorganização dos arsenais, aprimorou o material do Exército e da Marinha, elaborou novas regras à promoção nesta última e aumentou os vencimentos de ambas (PARANHOS JÚNIOR, 2012b).

No plano doméstico, destaca-se a promulgação a Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871. O instituto legal concedia liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir desta data, embora, na prática, ainda poderiam permanecer sob a tutela dos senhores até os 21 anos.

Contudo, a aprovação da Lei não foi bem recebida pelos setores mais reacionários do Partido Conservador e o que levou o Visconde a apoiar a criação do diário *A Nação: Jornal Político, Comercial e Literário* (1872), no qual, Paranhos Júnior seria o redator (SANTOS, 2018).

Com argumentos sólidos, Paranhos Júnior rebatia os ataques da oposição republicana nas páginas de *A Nação*, como na edição de 25 de julho de 1872, quando chegou a insinuar que os críticos do governo incorriam em crime de traição:

> Continuam *A Reforma* e *A República* a advogar a causa do estrangeiro, com satisfação da República Argentina e pesar dos brasileiros. Que sejam felizes. […] Prossigam os adversários do governo imperial a sua ingrata tarefa, frua o estrangeiro a satisfação dessa defesa; curaremos nós dos reais interesses da pátria (1872, p. 83).

A forte oposição de Paranhos Júnior contra o *A República* derivava especialmente do fato deste advogar o fim da monarquia, instituição que tanto prezava. O jornal dos liberais exaltados Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva, apoiava as pretensões argentinas em nome de um americanismo que o jovem Barão não partilhava. Os republicanos acusavam a monarquia de desenvolver uma política intervencionista e belicista que estava na raiz dos conflitos no Prata; essa orientação iria na contramão do "espírito americano" que deveria reger as relações continentais. O impasse com Buenos Aires após a Guerra do Paraguai e o risco de um conflito com a Argentina, que acabou por não acontecer, eram apontados pelos republicanos como resultado de um intervencionismo e de um belicismo que eram atributos do regime monárquico. O Barão afirmava que *A República* falava "a linguagem de uma paixão política que se enfurece contra a repulsa que suas loucas aspirações encontram todos os dias no bom senso e no amor dos brasileiros às suas instituições juradas" (apud SANTOS, 2018, p. 84).

Pela imprensa, Paranhos Júnior advogava as causas que lhe tocava defender, exibindo acurado tino político e utilizando sua já grande bagagem de informações históricas, produto de muitas leituras e de pesquisas sistemáticas. Se no plenário da Câmara ele se revelara tímido e se de sua eventual participação nas articulações políticas pouco se conhece, no jornalismo sentia-se à vontade. Pelas páginas dos jornais, polemizava com gosto e desenvoltura (SANTOS, 2018).

Ao mesmo tempo, o Barão foi um grande entusiasta da história nacional, estudando-a desde a época em que era um bacharelando em São Paulo e em Olinda, porém, devido aos deveres da vida pública, nunca teve tempo de escrever um livro. Assim, sua obra escrita é composta por artigos, discursos e nas memórias em defesa dos direitos territoriais do Brasil

(CARDIM, 2012). Deste conjunto, destacam-se os verbetes produzidos para a *Grande Enciclopédia* (1889), de Émile Levasseur (1828-1911), notório geógrafo francês e reitor do *Collège de France*. As contribuições de Paranhos Júnior versam sobre antropologia, expedições científicas, governo e administração, instrução, imprensa, belas-artes, indústria, comunicações, assistência pública e finanças (CARDIM, 2012; LYNCH, 2014; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2020).

A separata *O Brasil* da *Grande Enciclopédia* (1889) de Levasseur foi editada pelo *Sindicato Franco-Brasileiro* para a Exposição Universal de Paris de 1889. Além de Levasseur e Rio Branco, o próprio D. Pedro II (1831-1889) contribuiu com notas e documentos para a escrita dos verbetes relativos à geografia física e econômica. Em uma passagem, o Barão comenta sobre o Ato Adicional de 1834:

> Para satisfazer os monarquistas liberais, partidários da autonomia provincial, reformas constitucionais (Ato Adicional) foram aprovadas em 1834. Os federalistas então exigiram que os presidentes de província, ou governadores, fossem nomeados por cada província ou escolhidos pelo governo central em listas de três nomes apresentadas pelas assembleias provinciais; mas a maioria, liderada por Evaristo da Veiga, teve a sabedoria de rejeitar essas propostas (12 de julho) que teriam quebrado a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas semelhantes àquelas que dificultaram o progresso de vários estados hispano-americanos (RIO BRANCO, 1889, p. 33, *tradução nossa*).

Podemos perceber na avaliação de Rio Branco diversos elementos do pensamento saquarema: rejeição ao federalismo, interpretado como ameaça à unidade nacional e desprezo pelas repúblicas hispânicas, consideradas “atrasadas”, sujeitas ao torvelinho político e, portanto, “inferiores” ao modelo centralista monárquico do Império, que seria responsável pela sua estabilidade e progresso. A intenção do Barão era divulgar para os leitores europeus a singularidade do modelo político do Império, que se diferenciaria pela sua “estabilidade” em relação aos seus vizinhos sul-americanos.

Porém, foi a passagem do Barão do Rio Branco pelo Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). que consagrou seu nome na história do país. Em 1873, devido ao nascimento de seu primeiro filho, Raul, começam a aumentar as preocupações com a família que iniciava. Assim, procurou obter um posto diplomático no exterior que lhe garantisse rendimentos mais seguros que os advindos da carreira política. Posteriormente, também exerceu a função de Ministro Plenipotenciário em Washington (Estados Unidos), Berna (Suíça) e Berlim (Alemanha), bem como a função de Chanceler dos governos republicanos de Rodrigues Alves

(1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914) (ALSINA JÚNIOR, 2015; FUNDAÇÃO..., 2009; HENRICH, 2010).

A partir da Proclamação da República, em 1889, especialmente após a primeira década, quando alcançada a estabilização político-institucional e econômica interna, o país se inseriu de forma efetiva no quadro do pan-americanismo. As origens da atração do novo regime pela ideia de pan-americanismo remontam ao Manifesto Republicano, de 1870. O documento criticava severamente o Poder Moderador e afirmava como a Monarquia brasileira era uma "excepcionalidade americana", pois esta forma de governo contrastava com a orientação política do continente, trazendo a fórmula: "somos da América e queremos ser americanos" (apud RICUPERO, 2018, p. 214). O Manifesto expressava a visão dos republicanos do período, na qual, o poder pessoal do imperador estaria usurpando a soberania popular e, ao mesmo tempo, o regime monárquico era motivo de hostilidade com nossos vizinhos. Dessa forma, para os políticos republicanos, aproximar-se dos países americanos era romper com um longo ciclo de isolamento que o país vivera até então em relação aos seus vizinhos (BORGES, 2007).

A formação saquarema gerou efeitos profundos nos anos de atuação diplomática do Barão, especialmente naqueles em que esteve à frente do Itamaraty (1902-1912). Monarquista convicto, Rio Branco acreditava que lhe incumbia contribuir para salvar a integridade territorial e o prestígio internacional do Brasil, interrompendo a rota decadencial descrita pela pátria desde a proclamação da República, evento que considerava como fruto do conluio de militares indisciplinados com políticos oportunistas e provincianos. Encarou com naturalidade a representação do Brasil na resolução de suas questões fronteiriças, como as de Palmas (1895), do Amapá (1900) e do Acre (1903)[31], pois questões diplomáticas dessa natureza já haviam sido vivenciadas por ele, durante os anos de convivência com o pai, então Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Barão tornou-se notório por consolidar 900 mil quilômetros de fronteira para o Brasil. Esgotado o paradigma de política externa que havia sido estabelecido pelos saquaremas

[31] A Questão de Palmas (1895) desenvolveu-se entre o Brasil e a Argentina, em torno da região localizada no atual estado de Santa Catarina e foi arbitrada pelo presidente dos EUA, Grover Cleveland. A fronteira foi demarcada pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, conforme Rio Branco defendia. Já a Questão do Amapá (1900), com a França, foi arbitrada pelo Conselho Federal Suíço, que reconheceu o fundamento das alegações do Brasil e demarcou a fronteira pelo rio Oiapoque. No caso da Questão do Acre (1903), com a Bolívia e pela companhia de colonização *Bolivian Syndicate*, com sede nos EUA, decorreu da indeterminação das nascentes do rio Javari, dificultando a demarcação da fronteira, e o problema foi agravado pela infiltração de seringueiros brasileiros na região. O litígio foi solucionado pelo pagamento de indenizações de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia e de 114 mil libras esterlinas para os investidores do *Bolivian Syndicate*, culminando na assinatura do Tratado de Petrópolis. Esta foi considerada a demarcação de fronteira mais importante na carreira de Rio Branco, pois a região anexada posteriormente se tornaria o estado do Acre, em 1962. Cf. FRANCO, 2009; RICUPERO, 2013.

na década de 1850, Paranhos Júnior procurou adaptá-lo aos novos e perigosos tempos de expansão da sociedade internacional e a solução encontrada foi justamente na exploração pragmática do pan-americanismo estadunidense (FRANCO, 2009; LYNCH, 2014).

À época, Washington começava a intervir no Caribe e na América Central e, valendo-se do pan-americanismo enquanto discurso de solidariedade continental, buscava no restante do continente reconhecimento de seu papel de liderança. O Barão via as intervenções estadunidenses com alguma naturalidade, já que compartilhava de boa parte do ideário que diferenciava os países "civilizados" daqueles que ainda estariam em fases mais "rudimentares" de desenvolvimento, uma visão não muito distante da propalada pelos saquaremas do Império que consideravam que a sociedade brasileira ainda se encontrava em "um estágio semibárbaro" (LYNCH, 2011, 2014; PONTES, 2019). Conforme relembra Santos (2018), Rio Branco possuía uma "visão intrinsecamente oligárquica sobre o real funcionamento das relações internacionais (p. 389)", que envolvia inclusive a relativização do princípio da igualdade entre as nações[32].

Para Rio Branco, o Brasil nada teria a temer no que diz respeito ao Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe pelo simples fato de não ser mau pagador, sendo vedado à Doutrina "instituir em favor dos povos americanos o privilégio de faltar impunemente a compromissos de honra e ainda zombando dos credores" (CERVO; BUENO, 2015, p. 193-4).

Na passagem do século XIX para o XX, a participação em conferências internacionais era uma forma de indicar que o Brasil estava buscando seu lugar entre as grandes nações do mundo. Em dezembro de 1905, foi escolhido o Rio de Janeiro para sediar a Terceira Conferência Internacional dos Estados Americanos. Era um sinal de que Washington estava respaldando a política de Rio Branco para a América, que passava diretamente pela adoção da Doutrina Monroe (HENRICH, 2010).

A perspectiva da ocorrência da Conferência no Brasil suscita manifestações do Barão em prol da Doutrina Monroe, geralmente expressas em artigos anônimos ou escritos sob pseudônimos, como forma de manter a discrição que seu cargo exigia. Entre esses artigos destaca-se aquele intitulado "O Congresso Pan-Americano", publicado no *Jornal do Commércio*, em 11 de dezembro de 1905. O artigo não fora assinado, mas recebeu grande

[32] Não há consenso entre os historiadores se Rio Branco também teria sido influenciado pela leitura de obras de geopolíticos da época, como Friedrich Ratzel (1844-1904), Alfred Thayer Mahan (1840-1914), Halford John Mackinder (1861-1947) e Johan Rudolf Kjellén (1864-1922). Cf. BACKHEUSER, 1945; BUENO, 2012; MIYAMOTO, 1995.

atenção de Joaquim Nabuco, que o remeteu a Elihu Root, afirmando "ter o artigo escrito de acordo com os pontos de vista de nosso Ministro do Exterior" (apud BURNS, 1964, p. 369).

No texto, Rio Branco reafirma sua aceitação do monroísmo e menciona as diversas vantagens que o hemisfério poderia obter de uma relação mais próxima dos Estados Unidos. Também procura dissipar os temores que existiam entre as nações do continente acerca dos objetivos dos EUA, pois o pan-americanismo seria uma doutrina protetora contra potências extracontinentais. Pode-se considerar esse como um importante elemento de pragmatismo do pensamento do Barão ao defender a aproximação do país com uma potência mais forte para fins protetivos, o que coaduna com o estilo de pensamento *saquarema* que cultivava uma percepção do sistema internacional baseada na desigualdade do poder bélico entre as nações, condenando o imperialismo europeu na África:

> Em relação à América, o grande serviço prestado pela doutrina de Monroe é o da liberdade assegurada ao desenvolvimento das forças *de* cada nação americana. Sem temor de violências externas e injustificáveis, nem provocadas pela selvageria e pela corrupção, cada povo americano pode atingir o máximo da cultura à sombra dessa doutrina, que teve na história das ideias políticas um destino tão singular e surpreendente. Raras vezes se viu um simples princípio doutrinário transmudar o curso de outras correntes reputadas mais naturais; e à expansão dos povos fortes, à *eliminação dos fracos*, à ocupação das regiões desabitadas — teoria dominante depois das descobertas do século XVI — sucedeu na América, pelo menos, o princípio do respeito à independência e soberania de todas as nações, princípio que a Inglaterra adotou desde Canning e só veio a repudiar na guerra ao Transvaal. Mas a América do Sul nada pode recear com a transformação da política inglesa, porque a doutrina de Monroe não é uma abstração; tem a sua base principal na prodigiosa ascendência dos Estados Unidos (apud BURNS, 1964, p. 370-1).

Outro artigo revelador do Barão acerca de sua visão do pan-americanismo é aquele que assina sob o pseudônimo J. Penn, intitulado *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, publicado em 12 de maio de 1906, no *Jornal do Commércio*, do Rio de Janeiro, no qual, se destaca a passagem:

> Qual governo em nosso continente foi o primeiro a aceitar a chamada Doutrina Monroe? Sem hesitar, podemos responder: O Governo do Império do Brasil. [...] O Brasil, após os primeiros dias da revolução que separou-o de sua pátria mãe, empenhou-se em particular esforço para garantir aproximação política com os Estados Unidos da América, aderiu à doutrina Monroe e se esforçou para concluir, com base nessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a *Grande Nação do Norte*, como até então era chamada pelos grandes estadistas da Independência do Brasil (PARANHOS JÚNIOR, p. 8-9, [1906], *tradução nossa*).

No artigo, Rio Branco traça uma suposta genealogia do apoio brasileiro à Doutrina Monroe, sustentando o argumento de que, desde o alvorecer do Brasil independente, as duas

nações usufruíram de singular amizade. Nessa chave interpretativa, o Rio de Janeiro foi a primeira capital da América Latina a explicitar seu apoio à Doutrina. Assim, procura sustentar o argumento da continuidade entre a política externa do Império e da República, defendendo a aproximação entre Brasil e Estados Unidos como algo assente em sólidos fundamentos históricos. Contudo, esse *argumento da continuidade*, defendido pelo Barão tratava-se de uma operação ideológica desenvolvida por ele para insular a política externa das querelas político-partidárias domésticas, o que contribuía para a sua autonomia na definição das linhas mestras do relacionamento internacional brasileiro (ALSINA JÚNIOR, 2015).

Saudar o pan-americanismo como fórmula de solidariedade continental de modo equilibrado, sem reservas ou excessivo entusiasmo, permitiria aproximar o país da nação que mais adquiria o seu principal produto de exportação, o café, e, sobretudo, resgatar para o Brasil a referida imagem nacional que havia sido veiculada sob a monarquia pelos saquaremas: a de um gigante benevolente, cuja maturidade, estabilidade e civilização contrastavam com os vizinhos da região, sempre envolvidos em guerras civis e em crises econômicas. Além disso, o monroísmo pragmático de Rio Branco protegeria o Brasil das ameaças internacionais em duas frentes: a regional e a global (ALSINA JÚNIOR, 2015; LYNCH, 2014).

No âmbito regional, o apoio ao Corolário Roosevelt resguardava o país das aspirações à hegemonia sul-americana por parte da Argentina, levando-o ainda a diferenciar-se positivamente dela, na medida em que essa adotava um discurso de enfrentamento face às grandes potências, e de defensora das repúblicas hispânicas. Rubens Ricupero (1996) observa que houve o desenvolvimento de uma “relação triangular” entre o Brasil, seus vizinhos imediatos e os EUA, na qual, o encaminhamento de muitas questões entre os dois vértices do triângulo passaria quase sempre pelo terceiro. Assim, tinha o intuito de tornar o Brasil indispensável para a harmonia do continente, colaborando com os EUA ao mesmo tempo que buscava proteger os interesses de nossos vizinhos sul-americanos. A intensificação das relações do Brasil com as nações do subcontinente ocorreu devido à sua habilidade de solucionar pacificamente as questões lindeiras. Rio Branco também sempre estipulara uma aproximação natural entre as maiores repúblicas da América do Sul - Brasil, Argentina e Chile - para formar o que designaria de “ABC”, uma *entente* que elevaria o prestígio das grandes nações sul-americanas (CERVO; BUENO, 2015; FORSTER, 2011; LYNCH, 2014).

No âmbito global, a impressão de uma “aliança não-escrita” com os Estados Unidos resguardava a fronteira norte do potencial expansionismo neocolonial dos franceses, holandeses e britânicos instalados nas Guianas. Também preservaria a Região Sul das eventuais pretensões

alemãs sobre as comunidades daquela nacionalidade, que colonizavam Santa Catarina e o Rio Grande do Sul[33] (BURNS, 1966; COSTA, 1968; LYNCH, 2014; RICUPERO, 2017). O ponto culminante da aproximação entre o Brasil e os EUA, ocorre com a decisão de elevar as representações diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas, em 1905, assinalando a importância que os países conferiam ao seu relacionamento bilateral. Rio Branco foi cuidadoso ao indicar Joaquim Nabuco como nosso embaixador em Washington, visto ele partilhar de suas posições em prol das relações com os EUA (FORSTER, 2011).

Assim, o Barão consolida o deslocamento da política externa brasileira do polo britânico para o estadunidense, revertendo o quadro proveniente da Monarquia, que durante quase toda a sua vigência se pautou essencialmente pelo estabelecimento de relações com as nações europeias, principalmente com o Reino Unido, então visto como o grande representante da civilização europeia e como o modelo político e econômico a ser seguido (BORGES, 2007).

A partir da análise da atuação de Rio Branco na Terceira Conferência Internacional Americana e nos artigos escritos durante o período do debate sobre o "pan-americanismo", podemos perceber como seu pensamento é expressão do estilo de pensamento *saquarema*, sendo dois de seus paradigmas centrais na sua atuação: a intangibilidade territorial e o equilíbrio de forças no plano regional e global. Eles estão presentes na promoção por parte de Rio Branco do fortalecimento de uma aliança não-escrita entre o Brasil e os EUA, país que despontava como grande potência do continente, defendendo o argumento da benevolência da Doutrina Monroe frente às ameaças oriundas de uma Argentina em ascensão, no plano regional e do imperialismo europeu, no plano global. Mais uma expressão disso, é o acompanhamento que o Brasil faz do posicionamento estadunidense sobre arbitragem, oriundo do risco de que nações lindeiras pudessem agir como árbitros em questões internacionais, o que também colocava em xeque a incolumidade do território. Essa questão também aparece de forma mais explícita na rejeição de Rio Branco à Doutrina Drago durante a Conferência, principalmente como forma de demonstrar seu apoio a Washington.

Além disso, a própria divulgação da realização da Conferência e da visita de Root ao Rio, possuíam o intuito de aumentar a percepção do poder brasileiro por parte de seus vizinhos e promover a solidariedade entre os povos do continente. Sempre que Rio Branco se refere à

[33] A preocupação de Rio Branco com a ameaça do expansionismo de grandes potências sobre o Brasil também foi influenciada pela breve ocupação britânica das Ilhas de Trindade e Martim Vaz (1895/1896), que terminou por meio do arbitramento de Portugal. A presença da empresa colonial americana *Bolivian Syndicate* no território em litígio com a Bolívia, antes da solução da questão de limites, foi outra fonte de receio em relação à preservação da integridade territorial brasileira. Cf. MANZUR, 1999.

união das nações latino-americanas, fala em uma lógica de segurança, como uma forma de garantir a segurança entre as nações do continente e contra ameaças extrarregionais e, mais uma vez, a percepção saquarema da importância da *Realpolitik* se faz presente. Assim, é possível afirmar que a preservação dos paradigmas dos conservadores do Império durante seus anos de atuação à frente do Itamaraty, terminaria por manter a tradição saquarema em nossa política externa nas primeiras décadas republicanas.

4 UM LUZIA NUANÇADO: AS ORIGENS LIBERAIS DO PAN-AMERICANISMO DE JOAQUIM NABUCO

Nesta seção, realizaremos uma caracterização do Partido Liberal no Segundo Reinado, identificando os principais elementos do *estilo de pensamento luzia*, além do estudo da trajetória e das obras de Joaquim Nabuco enquanto intelectual e diplomata, para diagnosticar quais elementos desse estilo de pensamento se encontram na sua abordagem do pan-americanismo e da política externa brasileira. Também serão identificados os elementos *saquaremas* presentes no seu pensamento.

O liberalismo no Brasil surge fortemente associado ao Partido Liberal (1837-1864), que atua durante o Segundo Reinado (1840-1889). A partir de uma leitura dos dados relativos aos ministros liberais, observa-se que aproximadamente metade deles eram proprietários rurais (47,8%), especialmente aqueles cuja produção era voltada para o mercado interno. Na sua maioria, eram de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, províncias onde havia menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional, principalmente devido ao enriquecimento das oligarquias pelo café, nas duas primeiras, e pelo charque, na última. Outro importante grupo na composição interna do Partido era o dos profissionais liberais (66%), que viria a formar sua ala ideológica. Os funcionários públicos também estavam representados, porém em menor importância (34%). Os liberais receberam a alcunha de *luzia*, que aludia à cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde ocorreu a maior derrota liberal nas revoltas de 1842 (CARVALHO, 2008; LYNCH, 2011; MATTOS, 1987).

Os liberais da década de 1830 nutriam simpatia pelo modelo estadunidense, embora negassem a validade do regime democrático para o Brasil, de modo que as reformas liberais da Regência (1831-1840) não tinham a finalidade de estender às outras classes a participação política. Além disso, os liberais falavam em nome das oligarquias dominantes, de modo que exploravam as instituições norte-americanas como pretexto para ampliarem a sua própria participação política nas suas respectivas localidades e na Corte (DOLHNIKOFF, 2005).

Ao mesmo tempo, entre 1831 a 1848, a retórica liberal radical era usada pelos líderes revolucionários para justificar a rebelião. Federalismo, sufrágio universal, liberdade de expressão, garantia de direitos individuais, abolição do Poder Moderador, separação dos poderes, extinção do recrutamento militar, nacionalização do comércio e reforma agrária eram temas que apareciam constantemente na imprensa radical. Uma onda revolucionária varreu o Norte e o Nordeste entre 1837 e 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira), e entre 1835

e 1845, o Rio Grande do Sul mergulhou em uma devastadora revolta provincial (Farrapos) (COSTA, 1999).

Assim, o temor aos radicais aproximou liberais e conservadores, tornando suas diferenças cada vez menos significativas. Com a supressão dos movimentos revolucionários e o fortalecimento do aparelho de Estado, luzias e saquaremas passam a servir juntos nos mesmos ministérios. Essa cooperação interpartidária, conhecida como Conciliação, começou em 1852 e durou aproximadamente uma década[34]. Durante esse período, liberais e conservadores se revezariam no poder, mas, a despeito das diferenças programáticas que os separavam e não obstante o jogo político que os dividia em grupos antagônicos, mantiveram concordância de pontos de vista a respeito de questões fundamentais tais como a manutenção da economia agrária e da escravidão (COSTA, 1999; RODRIGUES, 1982). Por isso, se torna corrente a frase do Visconde de Itaboraí: "Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder" (apud RODRIGUES, 1982, p. 12).

Contudo, o desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 1850 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse, tornando impossível manter a aliança entre os dois partidos. Na década seguinte, um número crescente de políticos abandonou o Partido Conservador para aderir ao Partido Liberal, como Pedro de Araújo Lima (1793-1870), o Marquês de Olinda, José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878), e Zacarias de Góes e Vasconcelos (1821-1912), o Marquês de Paranaguá. Nabuco de Araújo e outros políticos conservadores que se haviam unido ao Partido Liberal fundaram a Liga Progressista em 1864, comprometendo-se com um programa de reformas. A Liga empenha-se em fixar a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, adota a bandeira das franquias provinciais e locais, e quer a pureza do sistema representativo e eleitoral (COSTA, 1999; FAORO, 2012).

A Liga teria fim em 1868, com a queda do gabinete liberal do Marquês de Paranaguá e sua substituição pelo conservador Visconde de Itaboraí. Nesse ano, surge o "novo" Partido Liberal (1868-1889), defendendo a eleição direta nas cidades maiores (mas não o sufrágio universal), Conselho de Estado apenas administrativo, Senado temporário, a extensão do direito de voto aos não-católicos, a autonomia do judiciário, a criação de um sistema de educação independente do Estado, a secularização dos cemitérios, a liberdade religiosa e a emancipação

[34] Não há consenso entre os historiadores acerca do ano do término da Conciliação, situando-o entre 1857 e 1860. Cf. COSTA, 1999; HOLANDA *et al.*, 2005.

gradual dos escravos. Apesar do tom reformista, o manifesto não satisfez os grupos mais radicais do partido e estes lançaram outro manifesto exigindo a abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão (CARVALHO, 2008; COSTA, 1999).

A nova legenda emerge no período 1867-1875, quando ocorre o Segundo Ato de Reforma (1867)[35], no Reino Unido, e a consolidação da Terceira República francesa (a partir de 1870), que apontavam inequivocamente para a democratização dos direitos políticos na Europa Ocidental. As teorias do *governo misto* e do *governo parlamentar*, definidas pelos teóricos da "Monarquia de Julho" (1830-1848), foram substituídas pelas da *democracia* e do *parlamentarismo*. Agora vigiava na Grã-Bretanha o parlamentarismo democrático, que fizera da câmara eletiva o único órgão legitimado para formar e demitir governos, devendo a Coroa apenas *reinar e não governar* (CARVALHO, 2008; LYNCH, 2008).

O jornalista e defensor do parlamentarismo inglês, Walter Bagehot (1826-1877) explicava, em sua obra, *A Constituição Britânica* (1867), que dali em diante a Coroa e a Câmara dos Lordes deveriam ser vistas apenas como as *partes dignificadas* da Constituição inglesa, fachada solene do governo monárquico, por detrás da qual se escondiam suas *partes eficientes*: a Câmara dos Comuns eletiva, o gabinete responsável, o Primeiro-Ministro executivo. Eram estes órgãos modernos e democráticos que cuidavam de governar o país por trás da decorativa fachada histórica (LYNCH, 2008).

Outra influência importante do liberalismo no Segundo Reinado, foi Tavares Bastos, o grande ideólogo do Partido Liberal nas décadas de 1860 e 1870 e o pensador da política brasileira oitocentista que mais admirou os Estados Unidos. Bastos considerava a potência do Norte como o grande modelo para o Brasil e defendia de forma contumaz a aproximação entre o Rio de Janeiro e Washington. Muito de sua admiração devia-se à obra *A Democracia na América* (1835), do pensador liberal francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), na qual, argumenta que o modelo de federalismo norte-americano oferece um exemplo de ensaio político adequado à democracia, ressaltando a necessidade fundamental de preservar a autonomia local diante da pressão do poder central. Inspirando-se em Tocqueville, Bastos

[35] O Segundo Ato de Reforma (1867) aumentou o número de homens que podiam votar nas eleições, expandindo o voto para todos os proprietários e inquilinos que moravam em bairros que pagavam aluguéis de 10 libras esterlinas por ano ou mais. Também diminuiu o tamanho da propriedade que os proprietários rurais precisavam ter para poder votar. Essa legislação foi influenciada pela campanha do Movimento Cartista. O Segundo Ato elevou o número de eleitores na Inglaterra e no País de Gales de um para dois milhões de homens Cf. UK PARLIAMENT, 2020.

entendia que havia uma conexão entre descentralização administrativa, espírito cívico e manutenção da liberdade. Na sua concepção, o *self-government* propiciaria a convergência do interesse individual e do interesse comum, evitando o despotismo. Tavares Bastos, sobretudo, contestava a tese saquarema de que a descentralização levaria o país à "anarquia" das repúblicas hispânicas, mas, a algo mais próximo dos EUA, conduzindo ao desenvolvimento da sociedade (CASSIMIRO, 2017; FERREIRA, 1999; LYNCH, 2008; RÊGO, 1993; ROSI, 2016).

O projeto que o Partido Liberal possuía para o Brasil partia do diagnóstico de um país onde as liberdades individuais não eram valorizadas; a excessiva centralização impedia o progresso; e, a sociedade civil era restringida por um arcabouço burocrático fortemente interventor, de herança ibérica. Os luzias eram orientados pelo ideal americano, de caráter federalista, descentralizador e sociocêntrico, que era o do progresso baseado no crescimento econômico e no primado da sociedade sobre o Estado, da economia sobre o político. Contudo, os luzias possuíam uma visão de sociedade civil limitada à elite educada, de valores liberais, e seria essa camada que erigiria o Estado brasileiro, que por sua vez, seria o seu leal servidor (LYNCH, 2011; ROSI, 2016; SOUSA, 2013, 2014).

O pensamento internacional luzia era a face externa de sua visão de política doméstica. Os luzias eram dotados de uma visão de mundo americanista, tendente à valorização do comércio enquanto principal ferramenta de política externa. Defendiam a adoção de políticas de neutralidade, de modo que a generosidade e esforços de concessão do lado brasileiro poderiam representar políticas mais frutíferas e mais indicadas do que o "militarismo" defendido pelos saquaremas (SOUSA, 2013, 2014; ROSI, 2016).

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) cresceu em um ambiente doméstico marcado pela figura de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo Filho, personalidade do Partido Liberal do Segundo Reinado e Ministro da Justiça, e pelo contato com outros famosos membros da legenda: Tavares Bastos, Teófilo Otoni, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva (NABUCO, 1998). Desse modo, Nabuco estava imerso na cultura política luzia de caráter americanista, mas seu *luzianismo* deve ser abordado de forma nuançada, pois conviveu com seu pai, Nabuco de Araújo Filho, que fez parte de sua carreira política no Partido Conservador, antes de seguir para a Liga Progressista, e, posteriormente, para o "novo" Partido Liberal (SOUSA, 2013).

A produção intelectual de Nabuco é extensa, abrangendo livros, artigos de jornal, cartas e palestras proferidas no Brasil e no exterior. Além disso, o pensamento nabuqueano pode ser

dividido, esquematicamente, em três “momentos”: o abolicionista (década de 1880), o monarquista (década de 1890) e o pan-americanista (década de 1900). Sua reeleição como deputado, em 1889, é abruptamente interrompida pela proclamação da República, levando-o a se ausentar da vida pública. Nessa fase, Nabuco apresenta-se nostálgico da estabilidade do Império, que se traduz em uma de suas grandes obras, *Um Estadista do Império* (1897-1899), biografia de seu pai, Nabuco de Araújo (1895) (LYNCH, 2012; NOGUEIRA, 2010; SOUSA, 2013).

A obra de sua segunda fase, *Resposta às mensagens do Recife e Nazareth* (1890), constitui seu primeiro comentário elaborado sobre a mudança de regime. Nesse momento, aponta que, no seu entendimento, a questão da monarquia era mais importante do que a do pan-americanismo, pois acreditava que “uma vez que não fôssemos mais monarquia, a América deixaria de interessar-se por nós. Tendo entrado na regra comum, não sairíamos mais dela” (NABUCO, 2010, p. 249). Também lamenta os tipos de regime dos países latino-americanos: “Os governos centro e sul-americanos, apesar dos elementos liberais e progressistas de cada comunhão, aproximam-se quase todos de algum destes tipos: do caudilhismo, da teocracia ou da oligarquia territorial, a última variedade, o sindicato administrativo, não sendo um progresso [...]” (Idem, ibidem). Assim, indica que a tumultuosa vida política das Repúblicas hispânicas não seria mais uma característica apenas destas, mas de todas as nações latinas do continente, incluindo o Brasil: “Quem podia alimentar, em um espírito isento da superstição republicana, a crença de que não atravessaríamos como república a *via dolorosa* em que a América Latina se arrasta desfalecida?” (Idem, p. 250) (PREUSS, 2013).

Já em *Balmaceda* (1895), outra obra da mesma fase, Nabuco deseja mostrar as virtudes do Império e as vicissitudes da República. O diplomata pernambucano escreve a obra logo após a vitória de Floriano Peixoto (1891-1894) na Revolta da Armada (1894), período marcado pela censura às obras literárias e perseguições a monarquistas, o que se manteve até a posse de Prudente de Morais, em 1894. Por isso, em *Balmaceda*, as opiniões de Nabuco sobre a República ganham forma oblíqua, sob a túnica de “historiador”. Na obra, analisa o livro do político chileno Julio Bañados Espinosa (1858-1899), *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891* (1894), que escreve sobre o suicídio de seu antigo chefe político José Manuel Balmaceda, presidente do Chile. Durante o governo de Balmaceda, quase todos os setores políticos chilenos se voltam contra o mandatário, que tenta substituir o governo parlamentar pelo presidencialismo, nesse contexto, o Executivo entra em conflito com o Legislativo e o Exército acaba por apoiar o presidente e a Marinha, o Congresso. O país mergulha em uma

guerra civil que deixa seis mil mortos e Balmaceda se suicida ao fim de seu mandato. Para Nabuco, a proximidade do evento chileno e da Revolta da Armada era óbvia, então quis usá-la como analogia para comentar sobre o evento brasileiro (ALONSO, 2012; CERVO; BUENO, 2015; RICUPERO, 2018).

Vejamos a seguinte passagem:

> Socialmente, a "oligarquia" que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta da formação histórica de um país e conserva a sua influência sob um código liberal, e em virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Politicamente, o que se chama a "oligarquia" chilena, é apenas a tradição de governo transmitida de uma a outra geração [...]. Entre nós, a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna [...] (NABUCO, 1949b, p. 125-6).

Nabuco, agora em sua fase "monarquista", elogiava o sistema político imperial, liberal, com sua base social aristocrática, selecionada pela "forma da propriedade", que, mesmo portadora do "defeito do patronado", possibilitaria a promoção individual do *self-made man*. Daí depreende sua admiração pelo modelo político chileno, no qual, a oligarquia andina também lhe parecia comparável, em alguma medida, à aristocracia inglesa. A partir dessa comparação compreende que o Chile possuía a mesma estabilidade e liberdade do Império brasileiro e chega inverter os termos, falando em "Império do Chile e a República do Brasil" (NABUCO, 1949b, p. 8). Utiliza isso para criticar a República brasileira recém-proclamada, que era marcada por ditaduras e tumultos por substituir o parlamentarismo pelo presidencialismo (como no Chile) e por ter permitido a ascensão de um "pessoal inteiramente diverso" (NABUCO, 1949b, p. 126), desqualificado para comandar o Estado e, neste ponto, Nabuco revela seu aristocratismo, aproximando-se dos saquaremas (ALONSO, 2012; RICUPERO, 2018).

Minha Formação (1900) é outra obra dessa fase. Nabuco a escreve sob a nostalgia do Império, cuja restauração já se mostrava impossível a partir do fim do caudilhismo florianista e da consolidação do governo civil republicano. Assim, tomou o Segundo Reinado como uma "época clássica", que fornecia normas de conduta para a ação política no presente. O intelectual pernambucano reflete sobre o seu papel naquele momento e no futuro do país, ao mesmo tempo que enfrentava pressões para deixar o exílio autoimposto desde 1889 e a colaborar com o novo regime, a exemplo de Rio Branco (LYNCH, 2012; SALLES, 2012).

Nesta passagem, o autor fala sobre a formação de seu pensamento político:

> As ideias que devo a Bagehot são poucas, mas são todas elas, por assim dizer, chaves de sistemas e concepções políticas, de verdadeiros estados do espírito moderno. Foi ele, por exemplo, quem me deu a ideia do que ele chamou *governo de gabinete,* como sendo a alma da moderna Constituição inglesa. "No governo de gabinete, diz ele, o poder Legislativo escolhe o executivo, espécie de comissão, que ele encarrega do que respeita à parte prática dos negócios e assim os dois poderes se harmonizam, porque o Poder Legislativo pode mudar a sua comissão, se não está satisfeito com ela ou se lhe prefere outra. E, no entanto -- tal é a delicadeza do mecanismo --, o poder executivo não fica absorvido a ponto de obedecer servilmente, porquanto tem o direito de fazer a legislatura comparecer perante os eleitores, para que estes lhe componham uma Câmara mais favorável às suas ideias"(NABUCO, 1998, p. 40).

Aqui, Nabuco explicita que sua admiração pela monarquia constitucional se deve, em importante medida, a Bagehot, como ocorria com outros membros da elite luzia, considerado modelo de democracia e estabilidade, que limita os poderes do monarca e equilibra o Executivo e o Legislativo. Ao jornalista britânico, Nabuco também tributa o seu monarquismo “inalterável”, o que também explica o fato de se diferenciar dos liberais “radicais” de seu Partido. Enquanto Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Lúcio de Mendonça preferiam a república federativa para o Brasil, Nabuco continuou a insistir na opção da monarquia federativa. Este modelo que permitiria acomodar as divergências de interesses provinciais e possibilitaria seu desenvolvimento contra o extrativismo de recursos pelo governo central, além de ser capaz de manter a unidade nacional possibilitada pela monarquia, como ocorria com as colônias federais como a Austrália e o Canadá em relação à Coroa britânica (LYNCH, 2008; NABUCO, 1998; 2010; ROSI, 2016).

A terceira fase é a do reencontro de Nabuco com a política. Este Nabuco já é um liberal maduro, mais conservador, afinado com a natureza complacente da diplomacia, distante das multidões e do embate parlamentar. Mas, para Nabuco, o pan-americanismo era uma causa do mesmo porte do abolicionismo, considerando-o como sua batalha derradeira, defendendo-o de forma intransigente em seus escritos (LYNCH, 2012; NOGUEIRA, 2012; SOUSA, 2013).

Embora Nabuco tenha iniciado sua carreira diplomática como adido de legação na década de 1870, quando serviu nos Estados Unidos e no Reino Unido, acabou por perder o cargo, em 1879, devido à sua aliança com abolicionistas e por criticar lideranças políticas estabelecidas. Apenas regressaria à diplomacia vinte anos depois, requisitado pelo Ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães (1898-1902), devido à sua erudição histórica, política e literária. O Ministro dar-lhe-ia a tarefa de fundamentar a posição brasileira no litígio com o governo britânico, que clamava soberania sobre a região do Rio Pirara, localizado entre a Guiana Inglesa e o Brasil. Apesar de Nabuco ter compilado farta documentação histórica que

demonstrava a anterioridade brasileira no território em disputa, em 1904, o Rei Victor Emanuel, da Itália, decidiu legar três quintos do território aos britânicos (ALONSO, 2013)[36].

O resultado do arbitramento em favor do Reino Unido exerceu uma forte influência sobre a concepção internacional de Nabuco. Em carta a Maria Ana Soares Brandão[37] de 21 de julho de 1904, afirma: "[...] Senti duramente a perda de território incontestavelmente nosso e a invocação de princípios que nos fariam perder dois terços ou metade de nosso país, se ambições estrangeiras se levantassem de repente no Amazonas, no Paraguai e em todos os nossos sertões desconhecidos, ou desocupados" (NABUCO, 1949d, p. 173). Já em carta escrita ao presidente Rodrigues Alves de 7 de outubro de 1904, critica a decisão do monarca italiano, mencionando que este "julgou a questão [...] com os últimos princípios do Congresso de Berlim, ou dos novos escritores de direito internacional sobre territórios não efetivamente ocupados" (Idem, p. 178).

Para o diplomata pernambucano, os "princípios do Congresso de Berlim" referiam-se ao evento internacional de 1885 que partilhou a África entre as potências europeias. Dessa forma, a decisão indicava que essa construção normativa poderia ser utilizada em outras situações parecidas, acarretando uma ameaça imperialista muito palpável aos países latino-americanos, em especial ao Brasil, o único da região que possuía fronteira terrestre com três potências europeias (PEREIRA, 2012; RICUPERO, 2017). Neste sentido, Nabuco procura conscientizar Rodrigues Alves sobre o perigo representado pela decisão da Questão do Pirara:

> Não é só o crédito financeiro das Repúblicas sul-americanas que depende da ordem, é a sua existência independente e a sua integridade territorial. A existência de nações sem lei é cada vez mais considerada uma anomalia, e por isso tudo que respeita à manutenção da ordem, ao espírito e instinto natural de ordem, é para os nossos países questão vital, por ora de crédito somente e de solvabilidade, em breve tempo, porém, de intervenção e de tutela (NABUCO, 1949d, p. 179).

Aqui se configura como o momento de consolidação da mudança do pensamento de Nabuco em torno da questão do pan-americanismo. Essa transformação foi motivada tanto por fatores provenientes da política doméstica quanto internacional. Conforme supracitado, na

---

[36] Em suas *Memórias*, Oliveira Lima relata que Rio Branco se alegrou com o fracasso de Nabuco na Questão do Pirara, "para aparecer aos olhos do Brasil como o único campeão invicto dos seus direitos" (1937, p. 188). Cf. LIMA, 1937.

[37] Esposa do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco de Carvalho Soares Brandão (1883-1884). Cf. BRANDÃO, 1922.

década de 1890, Nabuco ainda era um monarquista e um europeísta. Seu europeísmo não era apenas cultural, mas também um princípio político, reflexo da afinidade eletiva das monarquias com a Europa e das repúblicas com os Estados Unidos e as Américas, de modo geral. Os monarquistas inclinavam-se à manutenção da aliança com o capital inglês e, consequentemente, à crítica radical não apenas ao monroísmo, mas também à aproximação com os Estados Unidos (MALATIAN, 2008; SANTOS, 2017).

Em *Balmaceda* (1895), descarta a possibilidade de uma ameaça europeia à integridade territorial americana, chegando a afirmar: "Pode se ter como certo, [...] que a Europa deixará o Novo Mundo fazer bancarrota com os capitais e interesses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender, através do Atlântico, a sua área de influência" (NABUCO, 1949b, p. 141). Em mesma proporção, externava seu antiamericanismo, como a sua crítica à intervenção da Marinha estadunidense na Revolta da Armada (1893-1894), que levou ao rompimento do bloqueio decretado pelos insurgentes. Em *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893* (1896), alertou que "a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que o primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado" (NABUCO, 1949b, p. 258) (BETHELL, 2010; SANTOS, 2017).

Entre os fatores domésticos que conduzem à sua aceitação do pan-americanismo monroísta estão o fim da ditadura militar de Floriano Peixoto (1891-1894) e a eleição de presidentes civis e politicamente moderados, que lhe tornavam o regime republicano mais palatável (BONAFÉ, 2008; NOGUEIRA, 2010). Em relação a Prudente de Morais (1894-1898), classifica-o como "o melhor presidente na história desta República" (NABUCO, 1949c, p. 296). Também considerou positivamente o fato de Campos Sales (1898-1902), ainda no início de seu mandato, ter sido bem recebido na Europa, inclusive pelo rei da Itália e o Papa, e elogiou-o, asseverando: "Teremos assim um Presidente homem do mundo em vez do jacobino que, há algum tempo, ele nos teria dado" (Idem, p. 284). Além disso, admirou o fato de Campos Sales tê-lo nomeado, um notório monarquista, para representar os direitos do Brasil na Questão da Guiana (1899-1904), o que considerava como sinal de que colocava o patriotismo acima de dissidências políticas[38] (BONAFÉ, 2008; NABUCO, 1949d).

[38] Devido ao falecimento de Souza Correia, em 1901, Nabuco passou a acumular a chefia da Legação em Londres com seu papel de advogado brasileiro na questão de limites. Passou a viver, então, entre Londres e Roma até a decisão do árbitro. Cf. SANTOS, 2017.

Seu apoio à República viria apenas a se fortalecer durante esse governo, por ter sido capaz de estabilizar o Brasil política e economicamente após uma década de despotismo e tumultos. À medida que a República começava a representar a ordem, Nabuco ia igualmente perdendo seu entusiasmo pela restauração da monarquia (SALLES, 2002; VIANA FILHO, 1981). A atividade diplomática, para Nabuco, também era uma oportunidade singular para empreender uma política supostamente neutra que, durante o Império, teria assumido um caráter suprapartidário, e começa a propalar uma certa identidade americana identificada com a República[39] (NOGUEIRA, 2010; RICUPERO, 2021, no prelo; SANTOS, 2017).

No plano internacional, durante a passagem do século, Nabuco começa a perceber "uma época de crise e mutação" (NABUCO, 1949d, p. 10), destacando que havia um "sentimento de incerteza, de mal-estar, nas relações europeias" (Idem, p. 92), fazendo menção que agora a atenção britânica havia sido absorvida "pela guerra de África e depois pela China[40]" (Idem, ibidem). Em junho de 1901, de Londres, pediu ao seu amigo, o jornalista Tobias Monteiro, à época secretário do presidente Campos Sales, para informar ao presidente que ninguém era "mais monroísta do que eu […] se não fosse o espantalho norte-americano […] a Europa já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África" (apud BETHELL, 2010, p. 79). Em dezembro de 1902, chamou de *disgusting* ("nojentas", em inglês) as últimas edições de duas revistas publicadas em Londres, o *Spectator* e a *Saturday Review*: "Discute-se a partilha da América do Sul como se fosse a África. Parecem supor que o Brasil já pertence à esfera alemã" (NABUCO, 1949d, p. 140) (BETHELL, 2010). A partir de 1902, declara-se defensor do pan-americanismo estadunidense ao Barão, afirmando que "era um forte Monroísta... [sic] e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos" (apud COSTA, 1968, p. 107).

Assim, com a decisão da Questão da Guiana pelo rei da Itália em desfavor do Brasil, em 1904, Nabuco abraçou definitivamente a ideia de que o Rio de Janeiro deveria aderir ao monroísmo. O objetivo era consolidar uma aliança tácita com os Estados Unidos, como medida protetiva, principalmente devido à realidade singular do Brasil na América do Sul, que

---

[39] Nabuco também indica em carta ao desembargador Domingos Alves Ribeiro (1834-1909), escrita em 1899, que sua motivação para defender os direitos do Brasil na Questão da Guiana (1899-1904) foi sobretudo "o sentimento de que dora [sic] em diante nos devemos inteiramente ao país, cuja própria existência eu acredito em jogo" (NABUCO, 1949d, p. 18). Constitui uma das primeiras menções negativas às intenções das potências europeias em suas cartas. Cf. BONAFÉ, 2008; NABUCO, 1949c, 1949d.

[40] O diplomata pernambucano está se referindo à Guerra Anglo-Boer (1899-1902), que aconteceu no território da atual África do Sul, e ao Levante dos *Boxers* (1899-1900), na China. Cf. RICUPERO, 2009.

compartilhava fronteiras com três potências europeias[41] (COSTA, 1968; RICUPERO, 2017). Além disso, como Nabuco enxergava o sistema internacional de forma imutavelmente hierarquizada, a associação a Washington seria a única forma de o Brasil obter destaque entre os demais países (HENRICH, 2010; PEREIRA, 2012). Para Nabuco, o monroísmo também possuía papel na criativa elaboração do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu, reservado para ser espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema da Europa de então (COSTA, 1968; RICUPERO, 2009). Em carta enviada ao Barão do Rio Branco, em 1905, Nabuco deixa claro o seu apoio ao programa pan-americano: "Eram dois caminhos, o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário. Eu, pela minha parte, sou francamente monroísta" (NABUCO, 1949d, p. 238).

Apesar de seu posicionamento em relação ao monroísmo coadunar-se com o do Barão do Rio Branco, Nabuco o fazia de forma infensa, ideológica[42]. Para Nabuco (2010), o monroísmo era "a promessa feita à América pela União Americana de que a Europa não adquiriria mais uma palma de terra no Novo Mundo" (p. 409-410). O intelectual pernambucano defendia um alinhamento brasileiro integral aos Estados Unidos e desapontava-se com a abordagem de Rio Branco na adoção do pan-americanismo, chegando a comentar: "O Rio Branco arrefeceu, e sinto que ele às vezes esquece este posto [Washington]" (NABUCO, 1949d, p. 321)[43] (SOUSA, 2013; LYNCH, 2014).

Joaquim Nabuco não hesita em demonstrar para o público estadunidense a defesa que o Brasil fazia do monroísmo e a importância para o continente das Conferências Internacionais Americanas como a que estava para ocorrer no Rio de Janeiro. Em uma sessão especial da Academia Americana de Ciência Política e Social, ocorrida em 24 de fevereiro de 1906, Nabuco proferiu uma palestra na presença de embaixadores que estariam presentes no evento no Rio de Janeiro: Joaquin D. Casasús, do México, Joaquin Bernardo Calvo, da Costa Rica e Ignacio Calderón, da Bolívia, o que constituiu como uma oportunidade de tentar influenciar a opinião desses representantes pela aceitação do pan-americanismo estadunidense, afirmando que este

---

[41] Nabuco escreveria em seu diário em 12 de dezembro de 1905: "Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização europeia. […] Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem e a única proteção da América é o *sea-power* [o poder naval] que só os Estados Unidos têm nela. Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir" (apud RICUPERO, 2009, p. 102).

[42] José Veríssimo, em carta para Oliveira Lima, chega a comentar que "Nabuco era mais *yankee* do que os próprios *yankees*" (apud PREUSS, 2013, p. 157).

[43] Nabuco assumiu o posto de embaixador em Washington em 24 de maio de 1905. Cf. SANTOS, 2017.

possuía um caráter "desinteressado" e que era necessário para a formação de uma "consciência americana":

> [...] O passo preliminar para a formação da consciência americana é que as repúblicas latinas olhem para o papel que os Estados Unidos tiveram e devem desempenhar na guarda da Doutrina Monroe como de forma alguma ofensiva ao orgulho e à dignidade de qualquer uma delas, mas, pelo contrário, como um privilégio que devem apoiar, pelo menos com a simpatia e o leal reconhecimento do serviço prestado a todos. Esse será sem dúvida o resultado final das Conferências Pan-Americanas. Trabalhando com vocês, elas compreenderão melhor o seu desinteresse em estabelecer esse princípio como a base de toda a sua política externa e, do seu lado, você descobrirá que, desde sua independência, todos olharam para você, o que quer que tenha vindo aqui e lá à superfície, com admiração sustentada e com profundo orgulho (NABUCO, 1906, p. 15).

O afã ideológico de Nabuco em relação aos Estados Unidos e sua visão estratégica para a segurança brasileira o motivaram a lutar pela vinda da Terceira Conferência Internacional Americana para o Rio de Janeiro, em 1906, bem como a de Elihu Root (1845-1937) ao evento, nas quais ele teve êxito. À época, Nabuco era Embaixador do Brasil em Washington, posto que assumira em 1905. Além disso, para Nabuco, as Conferências Internacionais americanas possuíam a função de criar uma "opinião pública americana", que teria a função de criar uma "imunidade" para cada nação do continente "não só de conquistas estrangeiras, mas também de governo arbitrário e suspensão da liberdade pública e individual" (1949a, p. 563), o que promoveria a pacificação dos países e do continente como um todo (ALONSO, 2013; NABUCO, 2010).

O monroísmo de Nabuco também informava suas visões acerca da Terceira Conferência. Para ele, o maior fator de entendimento no evento seria a colaboração entre as duas maiores Repúblicas do continente e informou a Root que essa era a base de entendimento entre o Rio de Janeiro e Washington[44]. Nabuco também pretendia utilizar-se do apoio ao monroísmo para diferenciar o Brasil positivamente diante dos EUA, em contraste com os países hispânicos, não desejando que estes participassem em pé de igualdade na política continental. O que realmente importava para o diplomata pernambucano, durante o evento, era evitar uma oposição entre os EUA e a América Latina. Na sessão de 6 de dezembro de 1905 da comissão preparatória, declara: "O Brasil espera que grandes resultados serão obtidos no Terceiro Congresso pela aproximação da América do Norte e a do Sul. Nós, de nossa parte, não contribuiremos para a criação ou acentuação de qualquer dualidade política na América, tal

[44] Em fins de 1905, Nabuco escreve uma nota pessoal: "Quero tornar o Congresso um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande acontecimento" (apud RICUPERO, 2009, p. 102).

como a da América Latina contra a Anglo-Saxônica" (apud COSTA, 1968, p. 296). Em realidade, o papel essencial do Brasil seria o de um elemento de concórdia entre os povos do Novo Mundo em uma época de viva desconfiança (COSTA, 1968).

Durante a Conferência, Nabuco e Root foram personagens de primeiro plano. O objetivo do diplomata pernambucano no evento foi o de manter o antiamericanismo dos delegados hispânicos firmemente sob controle, justamente por meio do programa que havia ajudado a elaborar, de forma que evitava temas que pudessem gerar antagonismos entre os EUA e as nações latinas, como Doutrina Drago, arbitramento obrigatório, e liberdade de navegação dos rios (BETHELL, 2010; COSTA, 1968). A pouca substância do conclave tornou-se um exitoso exercício de relações públicas dos EUA, com importante coadjuvação brasileira (SANTOS, 2017). O sucesso foi tamanho que até o antimonroísta Rubén Darío (1867-1916), delegado da Nicarágua, elogiou a figura de Nabuco, referindo-se a ele como "um grande senhor de outros tempos" (apud FRANCO, 2005, p. 392, *tradução nossa*). Assim, além de fomentar relações mais próximas entre Brasil e EUA, Nabuco procurou complementar esse feito com o "projeto espiritual" de construir "uma civilização comum [americana]", conforme expressara na abertura do evento, que uniria as duas Américas, a Anglo-Saxônica e a Latina (PREUSS, 2013).

Assim, a partir da análise das diferentes fases do pensamento de Nabuco e de sua atuação de Nabuco na Terceira Conferência Internacional Americana, bem como de seus escritos do período, percebemos que era um pensador liberal com elementos conservadores.

Nos anos 1880, o intelectual pernambucano foi abolicionista, período em que abraçou o radicalismo, procurando ir às raízes do problema da escravidão para abordá-la de maneira abrangente e enfrentá-la mediante um ousado plano de reformas concatenadas, como trabalho livre, educação universal, reforma agrária, previdência social, e federalismo. Na década seguinte, foi monarquista, marcado pela discrição, pela nostalgia do passado, e pela redescoberta da fé católica, colmatando-se como um liberal conservador. Nabuco acreditava que a República era inferior à Monarquia, além disso, pensava que esse novo regime não vicejaria no Brasil devido à falta de tradições republicanas, experiência acumulada, povo ou nação constituída. Sem essas condições, traduzir-se-ia como despotismo, da mesma forma que ocorrera nas repúblicas hispânicas (NOGUEIRA, 2010).

Com o fim dos excessos republicanos a partir da posse de Prudente de Morais, Nabuco deslizaria para uma gradual aproximação com a República, cujo importante marco seria o seu reingresso na diplomacia, já durante o mandato de Campos Sales. A partir de 1900, até o fim

de sua vida, será pan-americanista, procurando contribuir para a consolidação de um Estado soberano, independente, senhor de seus interesses e atento às circunstâncias e aos humores do tempo histórico. Assim, se, nos anos abolicionistas, o liberalismo foi convocado para honrar seus compromissos reformadores humanistas, no final da vida ele apareceria, sob roupagem mais conservadora, como alicerce moral de um Estado capaz de defender o território e a soberania de um povo-nação já num momento mais avançado de constituição (NOGUEIRA, 2010). Como o próprio Nabuco declarou: "São essas três grandes correntes morais — Deus, Pátria, Humanidade, que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi" (1949d, p. 25). Assim, é possível perceber que, ao longo de sua vida, Nabuco transitou pelas diversas possibilidades presentes no liberalismo, nunca deixando de identificar-se com essa doutrina, mesmo que passasse de liberal radical para liberal-conservador. E isso permite considerar que, apesar de todas as mudanças, há uma unidade básica na sua trajetória intelectual (RICUPERO, 2010).

Do mesmo modo, o *luzianismo* de Nabuco influiria na sua visão de política internacional por militar em prol do monroísmo de forma ideológica, defendendo o alinhamento total do Rio de Janeiro a Washington, o que, neste ponto, se diferenciava do pragmatismo de Rio Branco. Isso também se percebe no seu esforço em trazer Root ao Brasil e por não perdoar Oliveira Lima pelas suas críticas à Terceira Conferência, visto considerar a vinda do Secretário de Estado como obra sua (HENRICH, 2019). Também, quando fala da solidariedade entre as nações americanas sempre o faz de forma a mostrar que ela seria possível *por causa* da Doutrina Monroe, devido aos "efeitos benéficos" do pan-americanismo dos EUA no continente, o que coadunava com o pacifismo liberal. Esse foi o prisma pelo qual entendia a Conferência, durante a qual procurou fortalecer as relações entre as grandes repúblicas do Sul e do Norte e fomentar a construção de uma civilização comum americana. Quanto aos elementos *saquaremas* de seu pensamento, destaca-se a visão oligárquica que tinha da política internacional quando fazia uma leitura opondo a América à Europa, no qual a primeira seria uma zona de paz que estaria ameaçada pelo imperialismo europeu, que já avançava na África e na Ásia, e que apenas poderia ser refreado pela aproximação das nações do continente com a potência hegemônica da região, os EUA.

5 UM INTELECTUAL MULTIFACETADO: O PAN-AMERICANISMO LATINIZADO DE OLIVEIRA LIMA

Nesta seção, realizaremos um estudo da trajetória e das obras de Manuel de Oliveira Lima enquanto intelectual e diplomata, para diagnosticar quais elementos no seu pensamento multifacetado ajudam a compreender as suas mudanças de posição em relação aos EUA, bem como sua defesa por um *pan-americanismo latinizado*.

Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) nasceu no Recife, filho de um comerciante português e de mãe brasileira. Aos seis anos de idade, acompanha o retorno de seu pai ao torrão natal e recebe sua educação em Lisboa, graduando-se no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa. Em Portugal, teve amplo contato com diplomatas brasileiros, para os quais prestou serviços de cópias de ofícios e notas. Entrou no serviço diplomático brasileiro em 1890, como adido de legação em Lisboa e, no ano seguinte, foi promovido a Secretário. Mais tarde foi transferido para Berlim e dali, em 1896, para Washington, na qualidade de secretário de legação, às ordens de Salvador de Mendonça. Em 1900, de Washington passou para Londres onde conviveu durante algum tempo com Joaquim Nabuco, época em que estabeleceram amizade. De Londres, foi transferido para Tóquio e, em 1905, para Caracas. Em todo o tempo, exerceu uma prolífica carreira como historiador e figurou entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras (MALATIAN, 2008; ROSI, 2016).

Autor de importantes obras, aqui analisamos a obra *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais* (1899). O livro reúne os artigos publicados na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Commércio*, entre 1896 e 1898. Apesar de ser obra baseada na sua experiência nos Estados Unidos, havia um cuidado em dar explicações detalhadas, dados precisos, fornecendo uma narrativa sobre o país que vai um pouco além das meras impressões de viagem. Entendia que o viajante era uma voz autorizada e às vezes até superior à dos nativos pela sua imparcialidade, já que suas simpatias pelo país e seu povo não eram “ditadas por uma ambição exagerada de mando nem pela característica cobiça atual da nossa época, e sim pelo nobre interesse intelectual e pelo generoso instinto da solidariedade humana” (apud HENRICH, 2016, p. 102) (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

O país encontrado por Oliveira Lima estava vivendo os efeitos do chamado Pânico de 1893, a maior depressão econômica já vivida pelos EUA até a época. A crise se iniciou quando a empresa ferroviária *Philadelphia and Reading Railroad* não conseguiu pagar os empréstimos contraídos em bancos ingleses e declarou falência, no que foi seguida pela companhia de

fabricação de cordas de cânhamo *National Cordage Company*. A bancarrota dessas duas empresas deflagrou o colapso do mercado nacional de ações, acompanhado pela contração do crédito e gerando um efeito cascata de fechamento de outras companhias ferroviárias e empresas de diversos ramos, quebra de bancos, queda nos preços da agricultura e demissões massivas. Os efeitos devastadores da crise econômica geraram níveis de desemprego que podem ser comparados aos que o país enfrentaria no pós-*Crash* de 1929. Um dos principais efeitos da crise foi o papel crescente das grandes corporações não apenas na economia, mas também na política estadunidense (BRINKLEY, 1993; HENRICH, 2016).

Há duas intenções evidentes no livro: descrever os Estados Unidos para os brasileiros, e por meio da comparação, mostrar como o Brasil podia beneficiar-se do seu exemplo. Ao escrever sobre os EUA, Oliveira Lima estava, na verdade, pensando no Brasil. Ele mesmo afirmava estar olhando o país "com olhos de brasileiro, a saber, constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia, a meu ver, resultar do exame e da confrontação" (LIMA, 1899, p.16-17). Confessava, porém, a "impressão de melancolia" resultante desse expediente ao constatar o "muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito" (LIMA, 1899, p.16-17). Para Lima, essa impressão do "atraso" brasileiro era reforçada pelo fato de que os EUA eram uma jovem nação americana como a sua terra natal (HENRICH, 2016).

A obra é sintomática de uma fase em que expressava admiração profunda pela república do Norte, decorrente de sua aceitação da teoria do excepcionalismo dos Estados Unidos e de sua concordância com a ideia do Destino Manifesto, principalmente devido às suas análises baseadas no Darwinismo social. Lima afirmava que as duas grandes forças por trás da grandeza dos Estados Unidos eram a "considerável imigração europeia, além do gênio ativo e inventivo da própria raça colonizadora". (LIMA, 1899, p. 53-54). Considerava que o estadunidense branco, cujas raízes remontavam à Inglaterra, "pátria da energia e da perseverança" (LIMA, 1899, p. 63), havia aperfeiçoado os traços de seus ancestrais europeus em um meio favorável como o da região da Nova Inglaterra. Desse modo, para ele, o norte-americano era psicologicamente superior ao inglês porque possuía uma "faculdade mais disseminada de colher impressões, um poder de ternura e afeto mais expansivo" (LIMA, 1899, p. 72). Esses indivíduos também possuíam o caráter, que, na sua concepção, vale mais que a inteligência para a fundação das grandes e duradouras nacionalidades[45]. Em última instância, para o intelectual

[45] Mais precisamente, esta concepção derivava da obra do médico e sociólogo francês Gustave Le Bon (1841-1931), *Applications de la Psychologie à la Classification of Races: Les Races de l'Inde* (1886).
Cf. HENRICH, 2016; LE BON, 1886.

pernambucano, a raça era o fator explicativo fundamental para o sucesso ou o fracasso de um país (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

Também considerava que o dinamismo dos EUA, de sua marcha ascendente em termos de riqueza material, que confirmava o país como potência emergente, não eram decorrentes do acaso ou da sorte, mas do que reputava como qualidades intrínsecas do povo norte-americano, oriundo de uma raça forte, que teria sido potencializada pela imigração europeia ao país. A "sua infatigável energia e ardor pelo progresso" forneciam as condições e a força que modificam mesmo os defeitos do povo e o protegem dos perigos da degeneração. Segundo Lima (1899), "trabalho, liberdade e tolerância eram os fundamentos sobre os quais repousava a nacionalidade americana' (p. 100) e "para o Americano não existe trabalho desonroso: desonrosa é apenas a preguiça" (LIMA, 1899, p. 60). "Por tudo isso é que, se não pretende ser o único, o povo americano orgulha-se entretanto de ser o primeiro no seu continente, mais ainda, o primeiro no mundo, e não pode negar-se que semelhante pretensão firma-se em argumentos producentes" (LIMA, 1899, p. 95) (HENRICH, 2016; MALATIAN, 2008).

Assim, compara Brasil e Estados Unidos, indicando que o primeiro estava em desvantagem nos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais em relação ao segundo (MALATIAN, 2008; RICUPERO, 2018). Por exemplo, ao comentar a declaração do romancista francês Paul Bourget (1852-1935), segundo a qual são os Estados Unidos uma sociedade que está sendo modelada pela democracia e pela Ciência, Oliveira Lima é taxativo: "outro tanto infelizmente não pode dizer-se do Brasil" (LIMA, 1899, p. 2). Também faz a observação sobre a democracia no Brasil de que é "injusto assim denominar o falso sentimento de igualdade que prevalece entre nós, que é mais o desrespeito proposital por todas as superioridades na virtude, no talento ou no caráter, encarnando-se umas vezes na chacota, outras vezes no jacobinismo" (LIMA, 1899, p. 2). Para explicar esse estado de coisas enumerava algumas razões, entre elas a de que "seis sétimos do nosso povo são ainda analfabetos, e são de pasmar a ignorância e o atraso de ideias frequentes nas classes consideradas educadas" (LIMA, 1899, p. 2) (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

Lima também realizava comparações entre as duas repúblicas com o intuito de promover os EUA como modelo para o desenvolvimento político e social do Brasil. Neste sentido, observa que a República lusófona recém-instaurada se inspirava na fórmula estadunidense:

> Os Estados Unidos são o nosso atual figurino político, como o foi a Inglaterra durante o período do constitucionalismo monárquico. Os nossos legisladores recorrem· hoje a Hamilton e Marshall, Story e Cooley, como os de então invocavam Blackstone e Bagehot, Freeman e Macaulay. A nossa Constituição, salvo ligeiras diferenças, foi moldada na americana, e até há quem queira imitar os burlescos e as

> desonestidades da grande República, onde a percepção do ridículo não medra, tão vasta é a sombra projetada pelo orgulho nacional, e onde a imoralidade política, posto que corrosiva, deixou de ser uma enfermidade fatal para o organismo social, desde que a gestão dos negócios públicos não é genuinamente representativa, e anda de ordinário atribuída a bandos que sistematizam a seu jeito e talante a votação popular (LIMA, 1899, p. 214).

Porém, entendia que a mera adoção desse novo figurino político não era suficiente, de modo que convinha ao Brasil estudar os precedentes, a teoria do sistema e a explicação dos usos e costumes políticos que o transformaram. Lima observava as diferenças flagrantes nas condições de modelo e cópia, sendo a principal que o Brasil ainda estaria na fase política, isto é, no período de adaptação das instituições ao povo entre o qual elas foram implantadas. Os EUA, por outro lado, já estavam há muito na fase social, quando se discute a divisão e governo do edifício levantado sobre a base de instituições que já foram aceitas sem discrepância e funcionam sem atritos. Para chegar à fase social, faltavam ao Brasil os dois termos da equação: capital e trabalho. Faltava capital porque o das empresas industriais brasileiras era quase todo estrangeiro, assim como o das instituições bancárias e até o comércio varejista. E o trabalho era ainda deficiente em quantidade e em qualidade já que se constituía de ex-escravos e seus descendentes e pelos povos menos aptos da Europa que emigraram (LIMA, 1899). A mesma lógica se aplicaria ao presidencialismo, que carecia ser convertido de uma transplantação estrangeira a uma produção nacional própria (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

No plano internacional, apoia abertamente a política externa monroísta de Washington, diferentemente do que viria a fazer alguns anos mais tarde. Sua interpretação da Doutrina Monroe estava fortemente influenciada por sua visão evolucionista da história e, neste sentido, vê a posição de preponderância que o país vai adquirindo como decorrência natural do seu progresso material e moral. Sua concepção de história baseada em pressupostos evolucionistas também fica evidente na sua aceitação da ideia da superioridade do mundo anglo-saxão em relação ao mundo ibérico, tomando como uma verdade absoluta e natural a divisão do mundo entre potências dominantes e regiões dominadas. A dominação era, portanto, necessária para que os países atrasados pudessem alcançar algum progresso a partir do contato com o outro mais avançado. Além disso, sua defesa do monroísmo encontra respaldo na interpretação daquele que lhe parece o propósito mais fiel ao anunciado em 1823, ou seja, a defesa da América contra possíveis tentativas de ingerência europeia (HENRICH, 2016; LIMA, 1899). Isso está expresso na sua afirmação: "Uma nação de tão poderosos recursos e cujo papel tem sido tão conspícuo no progresso moral da sociedade humana, certamente há de predominar, senão

materialmente, pelo menos espiritualmente, em todo caso politicamente, sobre nações cujo papel é menos de secundário" (LIMA, 1899, p. 375-376).

Apesar de ter sido um crítico do militarismo, especialmente nos países latino-americanos, Lima era mais complacente no caso dos Estados Unidos. Entendia que o aumento do poder militar sempre geraria suscetibilidades e provocaria temores de esquecimento dos sãos princípios democráticos. Mas defende que o aumento da Marinha era absolutamente indispensável à expansão colonial dos Estados Unidos, à proteção do seu comércio, e para fazer frente a suas necessidades de defesa, todas exigências inerentes a sua situação de potência de primeira ordem (HENRICH, 2016).

O imperialismo estadunidense era, portanto, nada mais que a última consequência da sua constante expansão territorial, da sua magnífica civilização industrial e da necessidade em que se encontrava de escoar o excesso da sua produção agrícola e fabril. (LIMA, 1899, p. 403-404). Basicamente, a retórica do pan-americanismo oficial esposado por Oliveira Lima unia o interesse comercial com o discurso da identidade, o Destino Manifesto dos Estados Unidos em "civilizar" o resto do mundo. Lima interpretava que, com o seu chamado à expansão comercial dos Estados Unidos, o pan-americanismo enfatizava a superioridade do país, os benefícios da modernidade, o atraso dos outros e a certeza da sua elevação sob o domínio norte-americano. De qualquer forma, todas as conquistas de Washington eram perfeitamente justificáveis seja por razões econômicas, geopolíticas ou até humanitárias, incluindo as nações espoliadas da Espanha após a Guerra Hispano-Americana (1898) (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

No que tange às nossas relações hemisféricas, Oliveira Lima passa a advogar pelo estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA. Era um momento em que possuía uma visão positiva do país logo após o resultado favorável obtido pelo Brasil na Questão de Palmas (1895), que teve como árbitro o presidente Grover Cleveland (1893-1897). Além disso, somente a Inglaterra e a Alemanha vendiam mais do que o Brasil aos Estados Unidos naquele momento. Ele estava, portanto, confiante na sinceridade da parceria dos EUA com o Brasil e na justiça do seu proceder internacional. Havia ainda a certeza de que não existia nada que dividisse os dois países e mesmo que seus interesses não fossem sempre os mesmos, pelo menos não eram opostos ou hostis (HENRICH, 2016).

Outro elemento que lhe dava confiança nas relações bilaterais é que sob o seu ponto de vista o Brasil não corria riscos de sofrer alguma intervenção. As anexações espreitam sempre os "países fracos, gastos e corrompidos" (LIMA, 1899, p. 453) como era o caso da Polônia, da Turquia e da China, enquanto seria a condição perene das nações fortes fazerem-se

conquistadoras. Mas, os países “ordeiros, laboriosos e progressivos” (Idem, ibidem) só atingiam os “organismos sociais decrépitos ou incapazes de prosperar sozinhos” (Idem, ibidem), nunca os “organismos sadios e florescentes” (LIMA, 1899, p. 453). A ideia era que os esforços brasileiros por manter uma boa relação com os EUAseriam recompensados, pois em um cenário internacional em que a luta por terras férteis e mercados era feroz, o isolamento significava a extinção (HENRICH, 2016; LIMA, 1899).

Contudo, suas visões em relação aos Estados Unidos mudam radicalmente ao tomar conhecimento de outras realidades políticas e culturais durante seu serviço no exterior. Na sua passagem pelo Japão, toma ciência das assimetrias de poder que existiam nas relações comerciais com o Ocidente (HENRICH, 2016; SOUSA, 2013). Posteriormente, a partir do Rio de Janeiro, acompanha os acontecimentos de 1902-1903, momento em que o Reino Unido, a Alemanha e a Itália impõem um bloqueio naval à Venezuela e bombardeiam seus portos visto que o presidente Cipriano Castro declarara moratória das dívidas de Caracas com essas potências europeias, em decorrência da guerra civil que engolfava sua nação. Na ocasião, os EUA se recusam a intervir ao lado do governo venezuelano em nome da Doutrina Monroe, contrariando as expectativas de Castro (ITURRIETA, 2018; OLIVEIRA, 2020). Para o governo estadunidense, a aplicação da Doutrina Monroe como medida protetiva se restringia a casos que envolviam conquista de território no continente americano por potências extrarregionais, o que não era o caso do bloqueio aos portos venezuelanos. Desse modo, a pedido de Castro, os EUA limitam-se a servir como árbitro da disputa com as potências europeias, que terminou com a celebração de um acordo em 1903, prevendo o fim do bloqueio naval e obrigando a Venezuela a pagar aproximadamente 370 mil dólares para as nações credoras (MITCHELL, 1996). Em 1904, Theodore Roosevelt lançaria o Corolário da Doutrina Monroe, no qual manifestava a intenção de defender as Américas de intervenções europeias e de salvaguardar as Repúblicas da América Central e do norte da América do Sul de sua própria impotência e mau governo (HOLMES, 2007; SCARFI, 2016).

Em 1905[46], Oliveira Lima parte para Caracas, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para reestabelecer a legação brasileira naquela capital e finalizar uma questão de fronteiras pendente desde 1859. Era a primeira vez que pisava em um país hispano-americano e teria a chance de confrontar várias das ideias que nutria, muitas baseadas em

[46] Oliveira Lima foi nomeado para o posto em Caracas por Decreto em 11 de agosto de 1904, mas parte para o país hispânico apenas em 5 de fevereiro de 1905, quando embarca no Recife para Southampton, no Reino Unido, a única rota existente para a Venezuela naquela época. Chega ao destino final em 12 de maio de 1905.
Cf. CARDOZO, 1953; HENRICH, 2016.

estereótipos e ideias preconcebidas. Além disso, pela primeira vez estava do outro lado da relação entre Estados Unidos e América Latina e poderia observar em primeira mão os efeitos da Doutrina Monroe (FORSTER, 2011; HENRICH, 2016).

O período nessa cidade seria como uma espécie de despertar latino-americano para o diplomata brasileiro. Ali trava contato com eminentes intelectuais venezuelanos, como o escritor César Zumeta (1860-1955), o médico Lisandro Alvarado (1858-1929), e o político José Gil Fortoul (1861-1943), que estavam entre os principais mentores do positivismo na Venezuela e promotores da nova geração de modernistas latino-americanos. Esses intelectuais eram figuras constantes nas páginas da revista literária *El Cojo Ilustrado* (1892-1915), que a partir da Guerra Hispano-Americana (1898), reforça o trabalho de difusão de ideias entre os diversos países latino-americanos e propõe uma reflexão sobre os laços que unem esses países entre si, a Espanha e aos Estados Unidos, dando espaço para textos de afirmação da identidade hispano-americana e à discussão de ideias e posições anti-imperialistas[47] (HENRICH, 2016). Também desenvolve relações cordiais com o presidente Cipriano Castro, e resolve a questão lindeira em 1905, ao firmar com o governo venezuelano um protocolo que aprovou a demarcação feita da Pedra de Cucuí ao Cerro Cupi, ficando dessa forma finalmente acordada a linha de limites entre o Brasil e a Venezuela. O presidente Castro ainda condecorou Lima com a medalha *Busto do Libertador* pouco antes de sua partida do país (FRANCO, 2009; SILVEIRA, 2013).

Assim, não deixava de se surpreender com a sofisticação intelectual daquele país. Lamenta que não fossem esses os homens que ditavam os destinos da nação, dominada "pelas espadas dos caudilhos, pelas apóstrofes dos revolucionários de profissão, pelos hinos ao vencedor" (LIMA, 1906a, p. 1). Considerava que, em outras condições políticas o país teria tudo para prosperar e ser uma "das mais florescentes porções da América Meridional" pelas suas boas condições climáticas, sua variedade de produção, pelo potencial da pecuária, pelas riquezas minerais e pela condição geográfica privilegiada, em uma distância razoável entre Europa, Estados Unidos e o Caribe (Idem, ibidem) (HENRICH, 2016; LIMA, 1906a).

Pode-se afirmar que Caracas mudara a visão política internacional de Oliveira Lima, na medida em que transformou suas opiniões sobre o pan-americanismo. Um deles é que historicamente o país foi palco de acontecimentos relevantes para as relações entre a América Latina e os EUA, de forma que sentaram precedentes na política do continente. Exemplo disso

[47] Há diversos exemplares dessa revista no acervo da *Oliveira Lima Library*, em Washington, o que indica que o próprio Lima a lia com frequência. Cf. HENRICH, 2016.

foi a disputa de fronteiras com a Inglaterra por causa da Guiana Inglesa. A questão se arrastou por décadas e só foi resolvida depois que os Washington, invocando a Doutrina Monroe, pressionaram para que o caso fosse submetido à análise de uma comissão de fronteiras apontada pelo seu governo e que as suas conclusões fossem obrigatoriamente aceitas pelos países em conflito. Em 1899, foi finalmente assinado o tratado que definiu as fronteiras e que representou um marco na política externa norte-americana no hemisfério. A disputa anglo-venezuelana serviu para mostrar ao mundo que com a Doutrina Monroe como princípio, os Estados Unidos estavam dispostos a exercer um papel de liderança no continente e tomar o seu lugar como uma potência internacional (CHACON, 1982; HENRICH, 2016).

Porém, conforme supracitado, no bloqueio de 1903, Washington não agiu em favor da Venezuela. Quando Oliveira Lima chegou a Caracas, o evento estava ainda bem fresco na memória dos venezuelanos. Além disso, a recente declaração do Presidente Roosevelt, enunciando o seu Corolário à Doutrina Monroe suscitava desconfianças por toda a América Latina e na Venezuela não foi diferente. Assim, por meio do contato com a elite intelectual daquele país, Lima passa a considerar a Doutrina Monroe demasiadamente flexível, a ponto de se moldar aos interesses de Washington em cada situação, além do fato de que proclamava aos Estados Unidos a função de polícia continental. Assim, Oliveira Lima se torna ávido crítico das relações assimétricas entre os EUA e a América Latina (HENRICH, 2016; OLIVEIRA, 2020; SOUSA, 2013).

Isso também ocorre porque não concordava com a ampliação do poder presidencial capitaneada por Roosevelt a partir de 1905, o que considerava como a maior centralização executiva que viram os EUA na sua história. Ele compara Roosevelt a um imperador e aponta o perigo daquela grande democracia transformar-se em uma plutocracia caso os poderes presidenciais não sofressem uma remodelação. Considera Roosevelt “napoleônico” nos seus modos e na forma como afirmava a sua “notável individualidade” e ironiza o fato de ele ser o centro de atração do país, o objeto de todas as atenções, “a mola principal do governo nacional, o eixo de todos os poderes públicos” (LIMA, 1906b, p. 1) (HENRICH, 2016; LIMA, 1906b).

A obra *Pan-americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)* é paradigmática em relação ao pensamento de Oliveira Lima sobre o projeto continental estadunidense. Reúne colaborações dispersas em vários periódicos entre 1903 e 1907. O fio condutor da obra é a convicção de Oliveira Lima de que os recentes desenvolvimentos da Doutrina Monroe comportavam perigos e eram um reflexo do processo de centralização política e de fortalecimento do poder presidencial nos Estados Unidos. Também traz artigos escritos no momento do debate sobre o

pan-americanismo e acompanha de perto acontecimentos cruciais, como a enunciação do Corolário Roosevelt e os preparativos para a realização da III Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, bem como o seu desenvolvimento e resultados alcançados. (HENRICH, 2016).

Em uma passagem, Lima transcreve a definição de pan-americanismo conferida por Artur Orlando como "[...] a articulação das três Américas em uma vasta Federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento. Levar a expansão simultânea da economia e da Justiça ao coração do mundo inteiro" (apud LIMA, 1907, p. 155). Lima critica essa visão de Orlando, por ver nela a justificativa do expansionismo estadunidense no continente:

> Bela e levantada concepção esta. Mas que só poderá aspirar a ser uma expressão dotada de realidade, e vir a perder toda a acepção ameaçadora e perigosa que atualmente ainda conserva, quando deixar de ter uma base egoísta, quando a famosa Doutrina Monroe passar como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger. Quando, portanto, pertencer o monroísmo ao patrimônio de todas as nações americanas e não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que [sic] uma fortaleza erigida contra a intervenção europeia que, sob o pretexto de manter o equilíbrio de poderes no Novo Mundo, poderia querer limitar a marcha uivante da Grande República, cujo prestígio se estende sobre todo ele (LIMA, 1907, p. 155-156).

Contudo, o diplomata pernambucano não propõe o abandono da Doutrina Monroe, mas, inspirado no projeto continental de Simón Bolívar (1783-1830), sugere um *"pan-americanismo latino-americanista"*, que incorporaria os demais países do continente nas tomadas de decisão e não deixasse o poder de intervenção à mercê do arbítrio de Washington. Diagnosticava que o Brasil corria o risco de ficar relegado a uma posição subalterna na sua relação com os Estados Unidos e poderia inclusive ser presa de seu expansionismo no continente (HENRICH, 2016; SOUSA, 2013).

Esta passagem exemplifica seu pensamento:

> Elevando-nos, a associação de todas as nações do continente n'este louvável propósito despojará correlativamente a doutrina de Monroe do seu exclusivismo perigoso, porquanto uma nação nunca se arma por mera generosidade de paladina de uma causa que não é rigorosamente sua e de povos que nem seus irmãos de raça são. [...] O conflito está aberto entre o nacionalismo e o internacionalismo. Este é, com efeito, a causa da civilização, uma vez contudo que se não exerça em proveito de um só, mas de todos igualmente, sem o que seria o nacionalismo na sua pior forma (LIMA, 1907, p. 111-2).

Desde 1902, o ex-Chanceler argentino Luis Maria Drago (1859-1921) defendia uma importante redefinição da Doutrina Monroe para a América Latina, que ficaria conhecida como Doutrina Drago. O diplomata argentino enfatizava um princípio político que afirmava que aqueles que viviam ou investiam em um país estrangeiro deveriam fazer suas reclamações e

defender seus interesses em tribunais locais, proscrevendo o recurso a intervenções militares ou diplomáticas por parte de estados ou governos. A Doutrina Drago fazia parte de uma tradição latino-americana baseada no princípio de não-intervenção, que possuía como marco a Doutrina Calvo (1868)[48], formulada pelo jurista uruguaio Carlos Calvo (1824-1906) (SCARFI, 2016).

Assim, reconhece na Doutrina Drago a capacidade de tornar o monroísmo aceitável às repúblicas latino-americanas, pois esta removeria o seu caráter imperialista, por defender a proscrição do uso da coerção na cobrança de dívidas, e ao mesmo tempo, a sua aceitação daria voz às nações latinas nas questões relativas ao sistema interamericano:

> O Sr. Drago visou com seu ato, incontestavelmente de estadista que vê mais longe do que as agruras das questões do momento, *latinizar o Monroísmo*, desmanchando-lhe o exclusivismo norte-americano, que o tem caracterizado e dado foros de antipática doutrina protetora; alargando-lhe a significação e o alcance, que apenas vedam as anexações e não cogitam das ocupações temporárias e privação de rendas aduaneiras, que constituem toda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul; dando-lhe, numa palavra, o apoio e a consagração da América Latina e sobretudo da nação, entre as de origem espanhola, que aspira ser o fanal das demais; ao mesmo tempo mostrando que nem só a grande República tem voz no capítulo, havendo mais quem cante deste lado do Atlântico (LIMA, 1907, p. 9-10, *grifos nossos*).

Oliveira Lima acompanhou com interesse os preparativos da Terceira Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro a partir de Caracas, embora logo partisse para a Europa a fim de reestabelecer a saúde durante uma licença de seis meses. Sobre o conclave internacional, não tinha objeção a que os países participantes quisessem alargar seus mercados, mas desaprovava que quisessem ser os compradores da autonomia política de outros países. Neste sentido, critica duramente o projeto de arbitragem do Secretário de Estado Elihu Root e especula sobre as consequências da sua presença no Rio de Janeiro para o evento, amplamente festejada pela imprensa brasileira como uma vitória da diplomacia nacional. Sobre o projeto de arbitragem obrigatória opinava que seria "deprimente em certo sentido da nossa soberania e injuriosa à nossa civilização" (LIMA, 1907, p. 54) (HENRICH, 2016; LIMA, 1907).

Lima procura influenciar a opinião pública brasileira sobre as reais intenções dos EUA com sua política pan-americana, colocando em xeque a sua suposta "benevolência" para com os países menos poderosos do continente. Cita o caso do projeto de libertação de Porto Rico e de Cuba por forças do México e da Grã-Colômbia, em 1825, que encontrou oposição formal da

---

[48] A Doutrina Calvo era baseada em dois pilares: 1) O princípio de indenização e de intervenção diplomática em nome de estrangeiros por danos causados em casos de guerra civil não foi admitida por nenhuma nação da Europa e das Américas; e 2) Os governos de nações poderosas que exercem ou impõem este suposto direito contra estados relativamente fracos cometem um abuso de poder e de força que nada pode justificar e que é contrário à sua própria legislação bem como à prática internacional e à conveniência política.
Cf. HERSHEY, 1907.

parte de Henry Clay (1825-1829), Secretário de Estado dos Estados Unidos. O que conferia ironia ao episódio era o fato de que ele, à época, era conhecido como “defensor da independência das colônias espanholas sublevadas” (LIMA, 1907, p. 65). Lima nota que o plano do México e da Grã-Colômbia não era puramente baseado no altruísmo de oferecer auxílio aos irmãos menos felizes que nutriam idêntico desejo de independência. Trazia em si um componente egoísta, que era o desejo de consolidar as novas soberanias do continente e afastar a constante ameaça que a presença da Espanha representava. Mas, isso não diminuía seu valor, afinal, lembrava que fora justamente esse pretexto um dos invocados pelos Estados Unidos para a sua intervenção em Cuba no final do século XIX. Ainda alerta o público brasileiro sobre a presença na Terceira Conferência de dois delegados estadunidenses notórios pelo jingoísmo imperialista - o senador Henry Cabot Lodge (1893-1924) e o ex-ministro William Insco Buchanan (1853-1909) -o que seria um indicativo do “espírito” dos EUA no evento (HENRICH, 2016; LIMA, 1907).

Previa ainda que a Doutrina Drago seria definitivamente incorporada ao programa da Terceira Conferência e recomendada para deliberação na Conferência de Haia na sua forma original. A Doutrina Drago, somada à tradicional Doutrina Monroe, representaria a melhor fusão de dois mundos, o anglo-saxônico e o latino, uma fusão moral que não significaria sacrifício de suas respectivas soberanias e que bastaria para impedir ocupações e violações de territórios independentes. O único inconveniente que aponta na Doutrina Drago seria o de dificultar a imigração do muito necessário capital europeu na América. Mas mesmo isso seria um problema menor, já que a falta de segurança levaria os países europeus a acudirem apenas aos países de boa reputação e com passado de crédito confiável (HENRICH, 2016; LIMA, 1907).

Chegando ao Rio, já finda a Conferência Pan-americana, Lima fez um balanço e avaliou o seu impacto nas relações continentais. Ainda que a visita tenha sido feita com os mais sinceros propósitos conciliadores, concorda com a avaliação de que a presença do Secretário de Estado Root, o “missionário do pan-americanismo sob a égide dos Estados Unidos” na América do Sul foi antes um mal que um bem. Pelo menos no Brasil, a sua presença, mais pelas intenções que lhe foram atribuídas que pelas que declarou, fez nascer a falsa ideia de que o país tinha “as costas quentes” e seria um parceiro especial dos Estados Unidos. Faz uma insinuação sobre Nabuco, afirmando que “ditosos sonhadores” imaginaram que os Estados Unidos passariam a ajudar o Brasil, seja em defesa contra "imaginadas absorções europeias, quer mesmo em aventuras belicosas dentro do continente" (LIMA, 1907, p. 183). Pragmático, afirmou que era

cedo para falar no Brasil sequer como aspirante a exercer hegemonia no continente meridional e que naquele momento a única hegemonia incontestável na América era a dos Estados Unidos (HENRICH, 2016; LIMA, 1907).

Por fim, pondera que um dos mais graves defeitos da Conferência foi que não quis pronunciar-se categoricamente sobre a Doutrina Drago, com a escusa de que estavam presentes apenas representantes dos países americanos e a adoção desse princípio afetaria a todas as nações. Assim, a proposta é que fosse discutida na Conferência da Paz de Haia, que se reuniria em 1907. Lima chama o precedente de "funesto" e a declaração de "inconveniente", pois colocava em xeque a legitimidade das decisões tomadas em conferências regionais, que não reuniam a totalidade das nações. Também ressalta a incongruência que existe em anunciar-se a existência de um sistema pan-americano diverso do europeu e ao mesmo tempo afirmar-se que é necessária a aprovação do velho continente para decidir os destinos morais da América. Enfim, avaliava que a Doutrina de Monroe estava mais forte do que nunca e pretendia inclusive transformar-se em uma regra mais combativa a custa "dos receios anacrônicos de conquista colonial por parte da Europa" (HENRICH, 2016; LIMA, 1907).

Oliveira Lima dedicou o livro *Pan-americanismo* para Rio Branco, porque este, na abertura da Terceira Conferência,

> serenamente obstou à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao *sistema* norte-americano; a um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores da sua cultura, e reafirmando para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo, com as quais se sente em comunhão de interesses positivos e de ambições morais (LIMA, 1907, s.n., *grifo do autor*).

Esta mensagem é reveladora, pois mostra que o pan-americanismo de Rio Branco se aproximava muito mais da forma como Lima o entendia do que aquele professado por Nabuco a partir de 1900, na sua fase pan-americanista. Tanto o Barão quanto Oliveira Lima compreendiam que o pan-americanismo possuía a capacidade de lidar com questões continentais, em um plano de igualdade, atendendo ao direito do mais fraco ao do mais poderoso, de modo que esse seria investido de um sentido prático que ia além das questões de defesa, mas incluía temáticas de outros âmbitos, como as questões comerciais[49]. Além do fato

[49] No discurso de abertura, Rio Branco contrapõe dois modelos de multilateralismo: o que serve à hegemonia e o que serve à igualdade. Para o primeiro, os exemplos são os congressos de paz: "em que os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome da futura amizade, baseada no respeito ao mais forte" (apud FONSECA JÚNIOR, 2002, p. 396). Já o modelo da igualdade é o dos congressos convocados "em plena paz e sem constrangimento algum, bem entendida a providência para regulamentar a atividade pacífica das nações. E neles se atende, por igual, ao direito do mais fraco como do mais poderoso" (apud Idem, ibidem). Assim, o eixo de construção do pan-

de que ambos concordavam que o apoio ao pan-americanismo não implicava sacrificar os laços culturais e diplomáticos entre o Brasil e a Europa, de quem teria "herdado" sua civilização. Evidência disso é o fato das boas relações entre Oliveira Lima e Rio Branco terem sobrevivido à Terceira Conferência, mas o mesmo não ocorreu entre os dois diplomatas pernambucanos (FONSECA JÚNIOR, 2002; HENRICH, 2016).

Em sua obra autobiográfica, publicada postumamente, *Memórias (Estas minhas Reminiscências...)* (1937), Oliveira Lima revisita a questão do pan-americanismo e suas desavenças com Nabuco em torno dela. Sobre Roosevelt, escreve em carta para Nabuco, que "se o meio nos Estados Unidos não fosse outro e permitisse desmandos de poder dessa natureza, Roosevelt seria tão ditador quanto [Cipriano] Castro [da Venezuela]" (LIMA, 1937, p. 222). Expõe sua visão a respeito do presidente dos EUA como alguém egoísta na persecução de seus objetivos no campo da política internacional, especialmente nos assuntos interamericanos: "Nunca tive Roosevelt por um grande homem como o mundo acreditou, [...] a maior grandeza do seu país era o objetivo da sua ação externa e espantosa, não recuando para obtê-la, se lhe deparavam favoráveis as circunstâncias, [...] ou de ameaças com o seu cacetão [...]" (Idem, ibidem).

Oliveira Lima também exalta a atitude cautelosa dos estadistas latino-americanos diante da defesa da Doutrina Monroe por parte de Washington. Sobre o Ministro de Negócios Estrangeiros, o argentino Estanislao Zeballos (1854-1923), comenta: "Em presença de Roosevelt, reivindicou a capacidade da sua pátria para garantir sua autonomia sem qualquer proteção estrangeira, consubstanciada na doutrina de Monroe, e suas conferências de Williamston – derradeiros lampejos de sua visão de estadista – foram um protesto contra toda a solidariedade que não envolvesse perfeita igualdade política" (LIMA, 1937, p. 220). Sobre o presidente venezuelano, afirma que este era um "ladino", mas elogia sua percepção acerca da *Realpolitik* da política externa de Roosevelt, que afirmava que muito estimava o presidente estadunidense "não tanto pelo que ele dizia quanto pelo que ele fazia" (Idem, p. 222).

Quanto à cizânia com Nabuco, Lima recorda, criticando o seu intenso monroísmo, que a seu ver seria muito maior que o apoio conferido por Rio Branco[50]: "Quando Nabuco entrou a

---

americanismo de Rio Branco é a cooperação sobre "atividades pacíficas", e a premissa é a da igualdade. Cf. FONSECA JÚNIOR, 2002.

[50] Oliveira Lima também critica com ironia o mito criado em torno de Nabuco e Rio Branco: "Pode ser que eu seja tão orgulhoso como qualquer [um] desses deuses [...] ou então que nunca tenha tido a fortuna de tratar com um dos autênticos" (LIMA, 1937, p. 210). Cf. LIMA, 1937.

exagerar o seu americanismo, de Venezuela lhe escrevia para Washington, externando minha discordância desse sentimento tão acentuado e que não me parecia partilhado pela opinião comum no Brasil. Sei bem que há casos análogos na história das relações diplomáticas em que o enviado se torna mais papista do que o Papa" (LIMA, 1937, p. 211).

Assim, rememora a divergência que se desenvolveu com seu antigo amigo durante a Terceira Conferência, impressionando-se com o fervor de seu monroísmo, ao passo que elogia a prudência do Barão sobre essa questão:

> Na conferência do Rio de Janeiro, que Nabuco presidiu, a sua atitude foi invariavelmente pan-americana do Norte, e valeu-nos, como reafirmação da nossa constante orientação internacional, o habilíssimo discurso de Rio Branco na sessão inaugural, em que o chanceler frisou o quanto devíamos à cultura do Velho Mundo, da qual foi a América, pelo menos até a guerra, uma projeção. Nabuco esquecera-se, porém, o quanto formosamente e ao mesmo tempo tão verdadeiramente escrevera sobre a nossa "alma europeia" e chegou a dizer-me, em carta, que julgava um bem ser o Brasil dirigido pelos Estados Unidos (LIMA, 1937, p. 212-213).

Oliveira Lima então relata o desenvolver do desacordo com Nabuco, que em carta lhe escrevera que "parecia empenhado em demolir quanto ele idealizava" (Idem, p. 213). Lima responde que não, afirmando: "[Eu] me julgava com direito de amigo e até de cidadão de externar lhe minha opinião sobre seus atos públicos; que apenas lhe seria lícito doer-se se eu me metesse a dar-lhe [sic] lições na sua vida particular [...]" (Idem, ibidem), concluindo: "[...] nossa correspondência cessou. Cessou naturalmente nossa amizade" (Idem, ibidem).

Compreendemos Oliveira Lima como um intelectual cosmopolita que, diferentemente de Rio Branco e Nabuco, não pode ser facilmente classificado, considerando a sua formação intelectual fora do Brasil, acompanhada de influências multiculturais adquiridas durante suas passagens por postos diplomáticos nos cinco continentes. O próprio diplomata pernambucano enfatiza a importância de suas experiências internacionais na formação de seu pensamento: "Se com tamanha variedade de espetáculos o horizonte mental não se alarga e o espírito não adquire vivacidade, ilustração e mesmo elevação, é porque a matéria-prima era muito ruim de qualidade [...] (OLIVEIRA LIMA, 1908, p. 44). Neste mesmo sentido, Gilberto Freyre (1970) também frisaria a pluralidade do pensamento de Lima, defendendo que este, dotado de "uma pernambucanidade romântica, foi também relativista, tradicionalista, modernista, historicamente científico" (p. 79).

Retomando suas obras, em *Nos Estados Unidos*, de 1899, Lima compara as instituições estadunidenses de forma favorável em relação às do Brasil e defende a política externa monroísta de Washington. Seu intenso americanismo derivava de sua percepção da ascensão

dos EUA como potência emergente, bem como a sua percepção positiva da "raça anglo-saxônica", que seria superior à latina. Já nos artigos produzidos às vésperas do evento internacional, após contato com intelectuais venezuelanos anti-imperialistas, o diplomata pernambucano critica o monroísmo porque o percebe como uma forma de imperialismo velado, fruto da degeneração institucional nos EUA causada pelo fortalecimento do Executivo no governo Roosevelt, além de enfatizar que esse espírito marcaria as intenções dos representantes de Washington ao longo do evento internacional.

Isso também está presente quando se defendia na imprensa e nas discussões epistolares com Nabuco e quando era acusado de ser um "anti-pan-americanista", pois afirmava que não o era, mas que propunha um "pan-americanismo latinizado", inspirado nas ideias de Bolívar, que incorporaria as nações americanas nos processos de tomada de decisão para evitar o arbítrio dos EUA. Desse modo, diferentemente de Nabuco e Rio Branco, quando Oliveira Lima fala em solidariedade continental, afirma que ela deve existir *contra* a Doutrina Monroe, como medida protetiva da América Latina em relação a Washington. Também era um defensor do Direito Internacional, considerando que a soberania das nações era respeitada quando elas se faziam respeitar (HENRICH, 2016; SOUSA, 2013).

6 A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA ACERCA DA TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA: *O PAIZ*, A *GAZETA DE NOTÍCIAS* E O *ESTADO DE S. PAULO*

Procuramos realizar uma análise da opinião pública da época acerca da Conferência por meio de levantamento dos jornais de maior circulação no período que cobriram o evento. Para tanto, selecionamos três jornais de grande tiragem e de diferentes vertentes políticas: *O Paiz* (1884-1934), a *Gazeta de Notícias* (1875-1942)[51], e *O Estado de S. Paulo* (1875) (FONSECA, 2008; LEAL; SAUL; BASTOS, 2009).

Pesquisamos nesses jornais por meio da hemeroteca digital da *Biblioteca Nacional* (BN) e do *Acervo Digital do Estado de S. Paulo*, que permite a leitura de edições passadas. Desse modo, pudemos fazer um acompanhamento da cobertura da Conferência Internacional Americana de 1906 por parte da imprensa noticiosa. O estudo desse material cumpriu três objetivos: 1) analisar o posicionamento dos jornais pesquisados frente à adesão ao pan-americanismo pelo Itamaraty e da dissidência por parte de Manuel de Oliveira Lima; 2) mapear a recepção por parte de pessoas de diferentes classes sociais e de figuras de destaque, como parlamentares, militares, e homens de letras, em relação aos três diplomatas e ao apoio brasileiro ao monroísmo; e 3) averiguar como Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima utilizavam-se dos veículos de imprensa para defender seus posicionamentos e influenciar a opinião pública.

6.1 IMPRENSA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1910)

As prensas de impressão e os jornais chegaram de forma tardia ao Brasil. Enquanto já existiam prensas nas Américas Hispânica e Inglesa desde os séculos XVI e XVII, respectivamente, a primeira prensa seria estabelecida na América Portuguesa apenas em 1808, após o traslado da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro[52]. A Impressa? Régia foi responsável

[51] A *Gazeta de Notícias* voltou a ser impressa a partir de 2009, sendo este considerado o início da segunda fase do jornal. Cf. LEAL, 2009.

[52] Existiram algumas experiências efêmeras de prelos em Pernambuco durante a ocupação holandesa, no século XVII, de um impressor no Recife, em 1706, de uma tipografia no Rio de Janeiro, na década de 1740, bem como de tipografias de jesuítas na região das Missões, no século XVIII. Porém, a regra geral era a censura prévia aos

por publicar o primeiro jornal em território nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1808 e 1822 (BASILE, 2021).

O desenvolvimento da imprensa no Brasil oitocentista levou à instauração da chamada *opinião pública*, conceito que remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio dos espaços públicos. Assim, em face ao poder absolutista, existia um público letrado que, fazendo uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política (MOREL, 2008a). Pode-se afirmar, inclusive, que ocorre o surgimento de uma *esfera pública* no Brasil Império, termo compreendido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1989) como um espaço letrado para o debate de questões políticas, de modo que esta é aberta, racional e potencialmente livre da interferência estatal. Assim, a esfera pública seria a esfera das pessoas "privadas" que se reuniriam formando um público e que agiria contra as autoridades públicas, e a opinião pública assumiria a função de colocar o Estado em sintonia com as necessidades da sociedade (HABERMAS, 1989; KRAAY; CASTILHO; CRIBELLI, 2021).

Concretizando-se, sobretudo, nos periódicos impressos, a opinião pública era entendida de duas formas diferentes à época de sua emergência. Alguns adotavam uma visão moderada do conceito, compreendendo-a como sinônimo da soberania da razão, fruto da elaboração de intelectuais ilustrados e enciclopedistas, enquanto as pessoas comuns não seriam capazes de formar uma opinião. Já outros defendiam uma visão radical desta, de inspiração jacobina, concebendo-a como o resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava por meio da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta. A primeira concepção era criticada como aristocrática e, a segunda, como matemática (a soberania da maioria) (BASILE, 2021; MOREL, 2008a).

No contexto brasileiro, o momento crucial para a emergência de uma opinião pública situa-se entre os anos 1820 e 1822, no bojo das revoluções constitucionalistas em Portugal e na Espanha, inspiradas pelo modelo liberal da Constituição de Cádiz (1812). Simultaneamente, estava se desenvolvendo na América Portuguesa uma imprensa nativa caracterizada por uma

---

impressos na América Portuguesa, realizada pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício). Cf. MOREL, 2008a.

proliferação de impressos como jornais, folhetos, manifestos, proclamações e denúncias. Esse ambiente era animado pelo debate se o centro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves deveria ser estabelecido no Rio de Janeiro ou em Lisboa. Assim, discutir publicamente, com pontos de vista divergentes, a posição que o Rei deveria adotar era uma atitude pouco compatível com o poder absoluto do monarca e indicava uma pressão em favor de uma maior responsividade do regime aos anseios do povo (MOREL, 2008a, 2008b).

Já o Segundo Reinado (1840-1889) é considerado como uma fase de expansão do espaço da opinião pública no Brasil. Entre os fatores que motivaram esse movimento de abertura estava a resistência ao *Regresso Conservador*, encampada pela imprensa liberal que buscava multiplicar as influências, abalar situações e mobilizar a opinião pública. Muitos destes novos jornais recém-criados estavam relacionados aos movimentos que capitanearam as revoltas provinciais, como o jornal rio-grandense *O Americano* (1842-1843), editado pelo governo farroupilha, e o pernambucano *O Tribuno* (1847-1848), ligado à Revolução Praieira (1848-1850) (SODRÉ, 1999). Também se destaca o fato de que D. Pedro II defendia a liberdade de imprensa, que permitia a publicação de jornais e periódicos republicanos, como *O Repúblico* (1830-1855) e *A República* (1870-1888), do Rio de Janeiro, *A Gazeta de Campinas* (1869-1875) e o *Diário Popular*[53] (1884), de São Paulo, e *O Argos* (1870-1872), do Amazonas[54] (KRAAY; CASTILHO; CRIBELLI, 2021; MOREL, 2008a; SODRÉ, 1999).

Pesquisas recentes apontam que o período testemunhou um aumento da alfabetização de membros das classes populares, incluídos escravos alforriados e filhos de escravos, promovida por escolas noturnas estabelecidas por associações filantrópicas e sociedades abolicionistas, como a Sociedade Jovial e Instrutiva, e o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, no Rio de Janeiro (SHUELER; RIZZINI, 2017; SILVA, MIGNOT, 2017; VILLA, 2017). Apesar da ausência de dados quantitativos para além do Censo de 1872, que indicava que apenas 18,6% da população sabia ler e escrever, surgem algumas evidências que permitem inferir que pessoas com diferentes graus de alfabetização também se engajavam com a cultura

[53] A partir de 2001, o *Diário Popular* passou a se chamar *Diário de S. Paulo*, e chegou a falir em 2018 devido a problemas financeiros. O jornal foi reativado em 2019, após a sua compra por um grupo de empresários. Cf. JORNAL..., 2019.

[54] Porém, o período também era dotado de formas extralegais de repressão à imprensa, como o processo de jornais que fustigavam padres, políticos, juízes e funcionários públicos relapsos; a compra do silêncio, espancamento e assassinato de jornalistas a mando de políticos locais e, em momentos de turbulência política, o empastelamento de redações. Cf. GODOI, 2021b; KRAAY; CASTILHO; CRIBELLI, 2021.

letrada (KRAAY; CASTILHO; CRIBELLI, 2021). Entre elas, estão os relatos sobre cativos e libertos que liam jornais e usavam as informações adquiridas para combater o sistema escravista, além de desempenharem papel fundamental na produção de jornais, panfletos, livros e revistas (GODOI, 2021a).

No quadro do desenvolvimento da opinião pública no Brasil, a Primeira República (1889-1930) aparece como sua fase de consolidação. A imprensa republicana atuava como agente do projeto civilizador, secularmente acalentado, de modo que estampava as ideias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem. Ao lado da política, a urbanização foi um de seus grandes temas, veiculado pela modernização do aparelhamento jornalístico, com novas oportunidades tecnológicas para a produção e reprodução do texto e da imagem, como linotipos, sistema fotomecânico e impressão a cores. Conglomerados jornalísticos consolidaram-se, tornando-se um segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas foram conduzidos pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam, a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos (ELEUTÉRIO, 2008; MARTINS, 2008).

Os avanços tecnológicos levaram a um barateamento e a um aperfeiçoamento da qualidade gráfica das publicações ao mesmo tempo que ocorria a emergência de um mercado consumidor (ELEUTÉRIO, 2008). O crescimento do público leitor foi impulsionado pela ênfase do governo republicano em reformas educacionais que inseriram disciplinas científicas no currículo escolar e promoveram a profissionalização e a sistematização do ensino (BOMENY, 2009; HERVATINI; SOUZA, 2009). Os efeitos dessas reformas se observam no aumento significativo da taxa nacional de alfabetização nos dez primeiros anos do novo regime, atingindo os 35% em 1900, e mantém-se neste patamar até o recenseamento de 1920[55] (NICOLAU, 2012).

Foi sobretudo um período de diversificação da imprensa brasileira para agradar a diferentes segmentos desse mercado em expansão. Destaca-se o surgimento de revistas ilustradas (*Fon-Fon* (1907-1958)), literárias (*A Rua do Ouvidor* (1900-1931), humorísticas (*Careta* (1908-1960)), femininas (*A Mensageira* (1897-1900)), e infantis (*O Tico-Tico* (1905-

[55] A Constituição de 1891 foi responsável por definir a capacidade de ler e escrever como um dos critérios para o exercício do direito ao voto. Assim, apesar do crescimento do número de alfabetizados no período, a parcela da população letrada no Brasil continuou muito pequena na Primeira República. Isso está expresso pelas diminutas porcentagens de eleitores no período, nunca superando 5,7% da população, até 1930.
Cf. LOVE, 1970; NICOLAU, 2012.

1962)). Também há o desenvolvimento da imprensa operária (*A Voz do Trabalhador* (1908-1915)) e da imprensa étnica, voltada às comunidades de imigrantes (*Fanfulla* (1893), *Deutsche Zeitung* (1897)) (COHEN, 2008; COSTA, 2014; ELEUTÉRIO, 2008; SODRÉ, 1999).

De forma concomitante, os órgãos de imprensa passaram a adotar a modernidade técnica para transmitir com maior celeridade as notícias do estrangeiro aos seus leitores. Pode-se citar o uso cada vez maior do telégrafo e do telefone para agilizar a transmissão de dados, o envio de correspondentes para o exterior em vapores modernos, bem como a contratação de agências internacionais de notícias. Se antes os jornais eram enviados para leitores nas áreas rurais e em outros estados por meio de carroças, agora utilizavam-se as vias férreas para fazê-los chegar ao seu destino (ELEUTÉRIO, 2008).

Uma outra inovação foi o aparecimento da figura do repórter como profissional destacado na cobertura das novas pautas, com reportagens que demandavam agilidade para a apreensão e transmissão da notícia, bem como faro apurado para matérias instigantes. A série de reportagens sobre a Guerra de Canudos (1893-1897) que Euclides da Cunha (1866-1909) fez para *O Estado de S. Paulo* é um exemplo dessa nova tendência. O jornalista passaria a fornecer relatos a partir do palco dos acontecimentos para atrair um público leitor acostumado às obras parnasianas e naturalistas, caracterizadas pela expressão clara, embora elaborada, sentimentos naturais, e conformidade à realidade concreta. Esses elementos estarão presentes no livro *Os Sertões* (1902), produzido por Cunha a partir de sua cobertura da destruição de Canudos, e que será um dos marcos da literatura regionalista (CANDIDO, 2006; ELEUTÉRIO, 2008).

Também há o fato de que em contraposição à liberdade de expressão que distinguiu o Império, a primeira década republicana foi marcada por diversos episódios de censura à imprensa. O Decreto n.85 do Governo Provisório de 23 de dezembro de 1889 determinava que "os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por *palavras, escritos ou atos*, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição" (BRASIL, 1890, p. 316, *grifos nossos*). A esse decreto, seguiram-se prisões de diversos redatores de revistas. Posteriormente, os sucessores de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, civis ou mesmo militares, fizeram uso, não raro, do estado de sítio, o que levou a novas formas de repressão à liberdade de expressão (ELEUTÉRIO, 2008).

Já o ínterim que se estende entre a presidência de Campos Sales (1898-1902) e a de Hermes da Fonseca (1910-1914) pode ser considerado como um momento de distensão do cerceamento à liberdade de imprensa, de modo que os governos desse período eram alvo tanto de apoio quanto de críticas por parte dos veículos noticiosos, que muitas vezes também se expressavam por meio de charges e caricaturas dos mandatários (CORTE REAL, 2005; ELEUTÉRIO, 2008). Porém, vigorava uma forma de autocensura por parte dos proprietários dos jornais que não permitiam que nada fosse publicado sem a sua autorização, com o intuito de não desagradar aos seus "patrocinadores" da elite política e econômica (SCHERER, 2012).

Na relação entre a opinião pública e a política externa brasileira nas décadas iniciais da Primeira República, assiste-se a uma gradativa perda de importância do Congresso Nacional na sua formulação. Exemplo disso ocorreu no governo de Floriano Peixoto, quando, finda a Revolta da Armada, alguns revoltosos, dentre eles o líder Saldanha da Gama, refugiaram-se em barcos da esquadra portuguesa e, apesar das solicitações do governo brasileiro para que fossem devolvidos, rumaram para o Uruguai, e dali adentraram no sul do Brasil, reforçando as agitações daquela região. O fato de a embarcação portuguesa não ter atendido aos apelos do governo brasileiro e devolvido os revoltosos culminou com o rompimento de relações entre Brasil e Portugal, mas o Congresso ficou praticamente alheio a tal fato, tendo havido pouca repercussão do mesmo nas duas Casas. Os parlamentares não mais decidiam sobre política externa, apenas algumas poucas vezes a questionavam, como faziam aqueles que se insurgiam quanto à sua desvinculação com o Congresso (MANZUR, 1999).

Esse enfraquecimento do Congresso em questões de política externa fortaleceu a autonomia do Itamaraty na sua formulação. O Barão do Rio Branco foi quem melhor expressou essa nova orientação, conferindo a ela um caráter pragmático e personalista, centralizando toda a administração em torno de sua pessoa. O Ministro devotou grande atenção à opinião pública no esforço de "representar na política externa da nação as aspirações da maioria dos brasileiros" (apud BURNS, 1966, p. 57), o que o tornou popular e admirado. Sentia-se responsável "apenas perante o presidente e a opinião pública" (apud BURNS, 1966, p. 54), esta última expressa na imprensa. Terminou por selar a queda de prestígio do Legislativo como espelho das aspirações nacionais na elaboração e controle da política externa (CHEIBUB, 1985; MANZUR, 1999).

Rio Branco almejava o consenso interno nas matérias internacionais e, para isso, utilizava-se de propaganda "para esclarecer a opinião pública e aumentar a autoridade da política externa brasileira" (apud LINS, 1965, p. 575). Desse modo, o Barão passa a propagar o discurso da política externa como uma política de Estado, que paira acima das paixões

políticas, lastreada apenas no "interesse nacional", resgatando para o Itamaraty a imagem de um órgão suprapartidário e de excelência. Também defendia a ideia da grandeza do Brasil pela exuberância de sua natureza, pelo tamanho de sua população e pela imensidão e integridade do território nacional, o que era reforçado pelas suas vitórias nas questões de fronteiras. Esses foram os elementos que levaram à construção gradual do que Santos (2012) chama de *Evangelho do Barão*, que é a instrumentalização por parte de seus sucessores do estilo e das linhas gerais da política externa de Rio Branco como forma de legitimar suas políticas, com referência a uma ideia de continuidade entre ambas. Trata-se, portanto, de um caso paradigmático de consolidação de uma doutrina para as relações exteriores de um país, observada por tão longo tempo.

6.2 O PAIZ (1884-1934)

O Paiz era um jornal carioca de caráter situacionista e conservador[56]. Durante os últimos anos da Monarquia, o diário destacou-se por sua participação nas campanhas abolicionista e republicana. Seu primeiro redator-chefe foi Rui Barbosa, logo substituído por Quintino Bocaiúva. Este último dirigiria o jornal até o ano de 1901, e mesmo após essa data continuaria a exercer influência sobre a linha editorial. Em 1902, Bocaiúva vende o veículo para o imigrante português João de Sousa Lage (1870-1925). O governismo do jornal faz com que seja acusado por seus adversários de ser "um balcão de negócios": elogiando governos e gestões, em troca, gerando negócios vantajosos para seus editores (LEAL, 2009; BRASIL, 2015).

Lage desenvolve *O Paiz* de forma significativa, tornando-se um dos mais importantes periódicos do Rio de Janeiro. Joaquim Nabuco contribuiu para o jornal nos primeiros anos de sua publicação até se desentender com Bocaiúva, devido ao seu monarquismo ferrenho. Por anos a fio o cabeçalho de cada edição vinha com o slogan que afirmava que *O Paiz* era "a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina". Na virada do século XIX para o XX, tinha uma circulação de 32.000 exemplares, mas algumas edições especiais atingiram a marca dos 60.000 exemplares (FERREIRA, 2007; PESSANHA, 2006).

[56] Inicialmente considerado como um jornal liberal no período monárquico, torna-se um jornal conservador após 1889, pois passa a defender diversos governos militares da Primeira República, como os de Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca. Cf. BRASIL, 2015; LEAL, 2009.

No período da Terceira Conferência Internacional Americana, o jornal realizou a cobertura principalmente em torno da visita de Root ao Brasil e dos trabalhos da Conferência, além de publicar entrevistas com Rio Branco e os delegados do evento internacional. Também publicou colunas escritas por observadores de destaque, como acadêmicos e líderes do movimento operário.

No dia 28 de julho, o jornal relatou a chegada de Root ao Rio de Janeiro com grande riqueza de detalhes, de modo que reservou uma página e meia para abordar o acontecimento. O veículo caracterizou Root como um "grande estadista, que tanto se interessa pela paz, concórdia e desenvolvimento calmo das nações do continente" (ELIHU..., 1906b, p. 1). *O Paiz* detalhou sua chegada a bordo do navio *Charleston*, que aportou no Cais Pharoux, onde foi recepcionado em um elegante pavilhão especialmente construído para a ocasião, pelo embaixador de seu país, Lloyd Griscom. Estavam na ocasião as autoridades brasileiras, como Rio Branco, Joaquim Nabuco, o Ministro da Justiça, o Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, e os membros das Forças Armadas e da Câmara dos Deputados. Também compareceram ao evento representantes de instituições acadêmicas, como a Faculdade de Direito de São Paulo, o Grêmio Politécnico de São Paulo, a Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola Livre de Odontologia, o Instituto de Música, e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (ELIHU..., 1906b, p. 1).

Durante a visita ao Brasil, Root passou pela Bahia, onde participou de um banquete em sua homenagem, presidido pelo governador do estado, e também foi recebido com festas durante sua visita a São Paulo, que foram registradas por um cinematógrafo contratado pelo governo paulista (ELIHU..., 1906a). No Rio de Janeiro, foi recepcionado por um concerto no Palácio do Catete, onde estavam presentes Rodrigues Alves[57], o corpo diplomático, as delegações da Conferência, bem como os comandantes de cruzadores dos Estados Unidos, da Alemanha e da Argentina. Participou igualmente de eventos com as comissões da Câmara e do Senado, no Itamaraty, e na embaixada americana, então localizada em Petrópolis (CONGRESSO..., 1906a).

Em relação aos trabalhos da Conferência, o *Paiz* teve a oportunidade de entrevistar os delegados estrangeiros. Tanto Gonzalo de Quesada, de Cuba, quanto Rafael Montoro, do Panamá, mostraram-se impressionados pelo fato de o Rio de Janeiro ter se modernizado em tão

[57] Atento à opinião pública acerca dos eventos em homenagem à Root, o presidente Rodrigues Alves faz uma anotação pessoal no dia 28 de julho de 1906 sobre a recepção no Catete: "A festa esteve admirável. Muita gente, muita luz, muita flor. Os jornais falaram bem da festa. A impressão de todos foi que a festa teve grande magnificência" (apud FRANCO, 2000, p. 393).

curto espaço de tempo. Também entrevistou o representante argentino Epifanio Portela, que servia como embaixador da Argentina em Washington. Portela demonstra entusiasmo em relação à Conferência, que traria à pauta a discussão acerca da construção da Ferrovia Pan-Americana[58] e cumpriria a função de ligar as três Américas, seguindo o exemplo da conexão ferroviária entre os EUA e o México (CONGRESSO..., 1906b).

O jornal não se limitou à descrição dos acontecimentos e publicou análises de atores sociais de destaque. No dia 30 de julho, o veículo publica o artigo *Uma Tese da Conferência*, assinado por Luiz Gastão d'Escragnolle Dória (1869-1948), escritor e professor de História, Francês, Inglês, Lógica e Geografia do Colégio Pedro II (GAMA; MELLO, 2017). No artigo, analisa a desigualdade de desenvolvimento dos países representados no evento, afirmando que esta decorria das diferenças culturais das duas Américas, enquanto destaca as intenções pacíficas do Brasil para o continente:

> Oxalá, o interesse geral do continente americano seja o fiel da balança, na qual se vão pesar os dois fatores da conferência: o todo neolatino, o bloco anglo-saxônico. O Brasil pertence ao primeiro todo. O seu lema na conferência resume-se no ser grande sem oprimir ninguém, o ideal do progresso histórico (DÓRIA, 1906, p. 1).

Dessa forma, para Dória, a tese da Conferência é o desenvolvimento comercial interamericano, considerada vital para as democracias latino-americanas[59]. Também atenta que a integração regional por meio de projetos de infraestrutura teria a função de fortalecer a América Latina, protegendo-a da ação de potências do continente e de fora dele.

No dia 31 de julho, o jornal publica uma carta do leitor Francisco Juvêncio Sadock de Sá, operário mecânico e membro do Partido Operário Independente[60], em relação à

---

[58] A Ferrovia Pan-Americana nunca viria a ser terminada, obstaculizada principalmente por falta de verba e suspeitas políticas por parte dos governos latino-americanos. Foram construídos trechos da Ferrovia no México, no Peru, no Equador e na Argentina, porém ainda faltavam aproximadamente 6.760 km em 1910. Devido ao desenvolvimento do automóvel, na época da Conferência de Havana, em 1928, o projeto de uma ferrovia continental havia se tornado obsoleto e as delegações passaram a favorecer a construção de rodovias. Cf. SALVATORE, 2006.

[59] A Conferência contemplou a questão do fortalecimento das relações comerciais entre as nações americanas, recomendando que os governos do continente promovessem "acordos entre si, estimulando, tanto quanto possível, o serviço de comunicações por meio de vias férreas, vapores e linhas telegráficas, bem como Convenções postais para o transporte de encomendas, afim de que as mercadorias e as notícias comerciais circulem com rapidez e economia" (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1906, p. 50).

[60] Na edição de 4 de agosto de *O Paiz*, uma comissão do Partido Operário Independente apela diretamente a Joaquim Nabuco para que inclua as questões relativas ao operariado na agenda da Conferência, mas não logra sucesso. Cf. SOUZA *et al.*, 1906.

Conferência, em que afirma que “os delegados das diversas repúblicas são homens de inteira confiança” (1906, p. 2) e que “as ideias mais adiantadas para a confraternização dos povos americanos vão ser aí firmadas e hão de refletir-se nas outras quatro partes do globo, onde naturalmente, serão aceitas como doutrinas ou transcendentais ensinamentos” (Idem, ibidem). Porém, entende que seria mais completa a missão da Conferência, se além dos trabalhos do programa, atuasse para firmar “a paz entre o capital e o trabalho” (Idem, ibidem). Aponta que os patrões estavam formando sindicatos contra as pretensões dos operários, não desejando nem mesmo ouvir os delegados destes quando apresentavam suas demandas.

Na edição do dia 4 de agosto, *O Paiz* cede espaço para a reprodução de uma entrevista que o Barão do Rio Branco realizou para o correspondente argentino Ignacio Orzali, do *La Nación*. Nela, Rio Branco defende o monroísmo e procura dissipar as principais inquietações que afligiam Buenos Aires em relação ao apoio brasileiro à posição de Washington.

Orzali questiona se o Brasil seria comissionado pelos EUA para tornar efetiva a Doutrina Monroe na América do Sul. Rio Branco responde contestando a ideia do Brasil enquanto representante dos interesses estadunidenses na região, ao mesmo tempo que frisa os benefícios que o pan-americanismo geraria para o continente e como a aproximação interamericana protegeria os países latino-americanos de potências extracontinentais:

> São invenções dos jornais. Nem os Estados Unidos pensaram em tal coisa nem o Brasil aceitaria semelhante missão. O que é fora de dúvida é que o Brasil procurou uma aproximação com os Estados Unidos, uma aproximação muito significativa para as demais repúblicas sul-americanas. É uma aproximação favorável a todas, desde que se trate do intercâmbio de produtos comerciais e de concorrer para que as repúblicas sul-americanas se preocupem com seu futuro, evitando que a Europa exerça qualquer pressão sobre elas (apud ORZALI, 1906, p. 2).

O jornalista argentino problematiza a afirmação do Barão, mencionando que há aqueles que julgam que o perigo mais imediato emanaria dos Estados Unidos. Rio Branco mantém seu posicionamento de forma enfática, negando a existência do perigo da expansão norte-americana e que esses apenas desejavam contribuir para a prosperidade e aumento da população das repúblicas do continente, de modo a evitar o perigo do aumento natural da população imigrante nas repúblicas menos povoadas (ORZALI, 1906).

Em seguida, o entrevistador inquire sobre a possível ameaça do expansionismo estadunidense em direção às repúblicas centro-americanas. Rio Branco responde, expondo sua

visão oligárquica das relações internacionais, que coadunava com a política do *Big Stick* de Roosevelt:

> Sobre este assunto já emiti várias vezes a opinião – e insisto nela – de que os países que não sabem governar-se, que não têm elementos suficientes para evitar as contínuas revoluções e guerras civis, as quais se sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar a outra nação mais forte, mais bem organizada, mais progressista, mais civil (apud ORZALI, 1906, p. 2).

Orzali não se mostra convencido pela resposta do ministro brasileiro e pergunta se isso constituiria um perigo. Rio Branco continua a defender as benesses da atuação de Washington na América Latina e delineia sua visão da manutenção da paz na região, centrada na aliança entre a Argentina, o Brasil, o Chile (o chamado "ABC"), que possuiria uma lógica similar à do Concerto Europeu (1815-1914)[61], de modo que elas exerceriam influência sobre as demais, evitando os conflitos frequentes que ocorriam entre alguns países. A ênfase de Rio Branco nessas três Repúblicas devia-se ao fato destas serem as mais fortes e as mais progressistas, e por não ser possível celebrar acordos com 21 países americanos. Rio Branco aponta que a aliança "ABC" não careceria da celebração de um tratado especial, mas apenas a coordenação das posições entre os três países[62] (ORZALI, 1906).

Em relação ao evento internacional, o correspondente argentino pergunta: "A delegação brasileira ao Congresso Pan-Americano está de acordo com a doutrina Drago?" (Idem, ibidem). Paranhos esclarece como o Brasil se posicionava sobre a questão e faz uma previsão acerca da possibilidade de a Doutrina ser aprovada no Congresso que ocorreria em Haia, em 1907.

O Chanceler brasileiro também procura dirimir as desconfianças da Argentina em relação às ações do Brasil. Sobre a redução de 20% dos direitos de importação sobre a farinha

---

[61] A partir da derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815, os principais estados europeus se afastaram dos estados menores, e criaram um "clube de potências". Este sistema, conhecido como "Concerto Europeu", era caracterizado por encontros regulares do clube, que tinha o objetivo de manter a balança de poder que se formou ao fim das Guerras Napoleônicas (1803-1815), além de possuir a função de chegar a decisões coletivas em diversas questões potencialmente desestabilizantes. O Concerto Europeu criou uma ordem regional marcada pela hierarquia e governança internacional, sobrevivendo até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Cf. ARMSTRONG, 2011.

[62] A aliança entre a Argentina, o Brasil e o Chile viria a tomar forma apenas em 1915, no âmbito do Tratado do ABC, quando os três países o celebraram para facilitar a solução pacífica de controvérsias internacionais, com o propósito de reafirmar a comunhão de ideais e interesses e consolidar suas relações de estreita amizade, "conjurando a possibilidade de conflitos violentos no futuro". Seriam submetidas ao exame e parecer de uma Comissão Permanente as controvérsias entre as partes originárias no futuro que não tivessem sido resolvidas por via diplomática e nem submetidas ao arbitramento. Porém, o Tratado não foi ratificado pela Argentina e não teve maiores consequências para a política regional. Cf. GARCIA, 2009; HENRICH, 2016.

estadunidense, que estaria prejudicando a exportação da farinha argentina, responde que o Brasil havia cedido este privilégio aos EUA porque consumiam mais da metade da produção total do café e não cobravam imposto de importação. Já em relação à compra de novos encouraçados por parte da Marinha brasileira, justifica que o fazia pois o país perdera vários navios durante a Revolta da Armada. Além disso, devido à imensidão da costa brasileira, considerava os navios de guerra essenciais para a vigilância dos interesses brasileiros (ORZALI, 1906).

No dia 11 de agosto, em um artigo intitulado *As Nossas Intenções*, o jornal reforça seu apoio ao pan-americanismo defendido pelo Itamaraty e celebra a realização da Terceira Conferência Internacional dos Estados Americanos no Rio de Janeiro como fruto dos esforços de Joaquim Nabuco e Rio Branco em alinhar o Brasil aos Estados Unidos. Destaca a atuação de Rio Branco na transformação da política externa brasileira: "Um dos primeiros cuidados do Sr. Barão do Rio Branco, logo após os trabalhos absorventes do litígio com a Bolívia, foi o de dar forma extensiva à aproximação dos Estados Unidos e do Brasil, elevando à categoria de embaixada a nossa legação em Washington." (AS NOSSAS..., 1906, p. 1). Também elogia a escolha de Nabuco para o cargo de embaixador nos Estados Unidos, enfatizando suas virtudes enquanto intelectual e diplomata e sua proximidade de Rio Branco, o que harmonizaria a execução de nossa política externa:

O jornal também elogia o apoio da chancelaria de Rio Branco ao monroísmo, que elevaria a projeção internacional do país no continente, ao mesmo tempo que preservava nossas relações com a Europa:

> O ilustre presidente Roosevelt compreendeu nitidamente a intenção do Sr. Rio Branco. O Brasil instituía a sua primeira embaixada na América do Norte para declarar publicamente o vivo empenho de entrar, como nação cônscia de seu valor na ativa gestão dos interesses americanos, em ordem a sufragar decididamente o lúcido ideal que os Estados Unidos preconizavam a ele, também, encarecia. (AS NOSSAS..., 1906, p. 1).

O Paiz segue apontando a habilidade da diplomacia de Nabuco em ter conduzido o apoio ao monroísmo, ao mesmo tempo que foi capaz de pôr fim às desconfianças dos outros governos da América Latina:

> Qual era o objetivo supremo dessa união, que assim se proclamava? Era indispensável dar-lhe realce, torná-lo explícito, patente, inequívoco, em ordem de provar às outras nações da América que nenhum projeto temível ocultava ele. (AS NOSSAS..., 1906, p. 1).

Para o diário, a escolha do Rio de Janeiro para sediar a Conferência seria a fruição dessa política externa ensejada por Rio Branco, que recebera o reconhecimento por parte do governo estadunidense e que fora capaz de evitar a hostilidade por parte dos países latinos:

> na América do Sul, somos uma nação de 20 milhões de americanos... A designação estava feita por si mesma, e no particular não admitiremos que outra razão de confronto seja produzida com legitimidade de conceitos. Foi nessa conferência que os Estados Unidos declararam, pela palavra do Sr. Root, que queríamos a paz, e pela palavra do Sr. Rio Branco, que desejamos o progresso (AS NOSSAS..., 1906, p. 1).

6.3 GAZETA DE NOTÍCIAS (1875-1942)

A *Gazeta de Notícias* era um jornal situacionista, mas de vertente liberal, que não impediu que entrasse em choque com o governo em diversas ocasiões, ao apoiar a Revolta da Vacina de 1904 e a oposição à obrigatoriedade do serviço militar durante a administração de Afonso Pena (1906-1909). Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Olavo Bilac (1865-1918) figuraram entre seus colaboradores de destaque. Era considerado um jornal barato e de cunho popular. Publicava aproximadamente 40.000 exemplares diários. Durante o evento internacional, o veículo conferiu destaque à recepção de Nabuco e de Root no Brasil, realizando análises sobre a importância do evento, e publicando crônicas do poeta e jornalista Olavo Bilac sobre a Terceira Conferência e a presença de Root no Brasil (BRASIL, 2015; FONSECA, 2008; LEAL, 2009; LEAL; SANDRONI, 2009).

No dia 18 de julho de 1906, o jornal conferiu grande ênfase à chegada de Joaquim Nabuco ao Brasil, reservando três páginas para a reportagem. Nabuco retornava de seu posto em Washington, após seis anos no exterior. O ilustre diplomata foi recepcionado por Rio Branco, além de representantes da Câmara dos Deputados, do Senado, dos Ministérios da Fazenda, da Guerra e da Indústria. Também estavam oficiais das Forças Armadas, da Guarda Nacional, das Forças Policiais e do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Entre as entidades civis, encontravam-se tanto membros de instituições acadêmicas, como a Academia Brasileira de Letras[63], da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito de São Paulo; quanto partícipes de organizações profissionais, como o Instituto Profissional, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café e da União dos Recebedores

[63] No evento, a Academia estava representada pelo seu presidente Joaquim Maria Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Arthur de Azevedo, José Veríssimo, Raymundo Corrêa, e Mário de Alencar. O escritor e diplomata José Pereira da Graça Aranha também estava presente. Cf. NOTAS..., 1906a.

Ferrocarris. Somava-se aos presentes um grupo de indígenas xerentes e guaranis, acompanhados pela professora Leolinda Daltro. Um desses indígenas deu vivas a Nabuco e este disse que lhe causava "bastante entusiasmo ver ali os verdadeiros brasileiros" (NOTAS..., 1906a, p. 2).

Nabuco também foi recebido por um representante da *Gazeta de Notícias*, que lhe ofereceu um exemplar da edição do dia no qual figurava um retrato seu. Nabuco agradeceu, elogiando o jornal: "A *Gazeta* é a folha da atualidade", disse (Idem, ibidem).

Entre os convivas, discursou o Major Ponciano do Rego Medeiros, em nome da União Cívica Brasileira, declarando seu apoio ao pan-americanismo defendido por Nabuco, que conduziria à união e ao progresso das Repúblicas americanas, especialmente as da América do Sul:

> Bem-vindo sejas, intemerato pernambucano, honra do Leão do Norte, glória do Brasil e da América! [...] Preparaste para a tua pátria a estrada gloriosa que conduziu da Monarquia à República! [...] Vem, agora, e é este o ardente apelo de que nós fizemos eco, assegurar o maior progresso do nosso Continente! Vem desbravar o solo fecundo da nossa América, do Atlântico ao Pacífico! Sê, neste Congresso, o grande paladino do ideal das nações latinas sul-americanas, que é essa a aspiração da artéria "Transcontinental", de Arica ao Recife! Esta é a questão capital para o sucesso do colossal empreendimento! E o seu triunfo nos abriria novos horizontes (NOTAS..., 1906a, p. 2)!

O jornal também relata a presença maciça da população carioca para celebrar a chegada de Nabuco à cidade, observando: "Todo o Rio de Janeiro abalou-se para desabalar a grande saudade. A cidade, de ponta a ponta, vibrava de entusiasmo, fremia a sua admiração" (NOTAS..., 1906a, p. 1). O êxtase da multidão que aguardava o representante brasileiro era tamanho, que essa chegou a romper o cordão de isolamento formado pelos oficiais da Guarda Civil. Nabuco desfilou pela capital em um *Landau* puxado por cavalos, acompanhado do embaixador estadunidense, Lloyd Griscom, seguido por carros com os outros dignitários, incluindo uma banda militar. A multidão acompanhou o desfile, aclamando-o e soltando rojões. Ao passar pela Avenida Central, os operários da Avenida e do Pavilhão São Luiz lhe renderam homenagem. Seguiu para o Palácio do Catete, onde foi recepcionado por Rodrigues Alves. O diplomata dirigiu-se ao público, declarando que estava convencido de que "essas manifestações visavam a ideia da aproximação das duas maiores nações americanas, os Estados Unidos e o Brasil" (Idem, ibidem).

Na edição do dia seguinte, a *Gazeta* publicou uma coluna em defesa de Nabuco e Rio Branco. O jornal indica, sem citar nomes, que havia figuras políticas que criticaram o vulto da recepção ao intelectual pernambucano, pois este havia sido um monarquista no passado, referindo-se a ele como um "trânsfuga político" (NOTAS..., 1906b, p. 1). A *Gazeta* destaca a importância dos feitos de ambos os diplomatas não só para o regime republicano, mas para o Estado brasileiro, de modo que tais críticas seriam injustificáveis:

> Não indagamos se Nabuco, como Rio Branco e como raros filiados ao antigo regime, têm como melhor forma a que desde 89 predomina e rege o Brasil. As formas de governo podem até constituir uma questão meramente doutrinária e filosófica. O que escusamos de investigar são os serviços prestados ao Brasil pelos dois eminentes cidadãos. Não os tivessem eles prestado e diverso seria o conceito que a nação faz desses ilustres brasileiros. [...]E quem reconhece esses serviços, não são nem os republicanos de todos os matizes nem os monarquistas – é o povo, a nação (NOTAS..., 1906b, p. 1).

No dia 30 de julho, o jornal descreve com pormenores a recepção do Secretário de Estado dos EUA em Petrópolis, enfatizando: "Há muito tempo não se vê uma manifestação tão espontânea, tão cheia de ardente entusiasmo, em Petrópolis, como essa que recebeu ontem o ilustre ministro americano Elihu Root" (O SR. ELIHU..., 1906, p. 2). Descreve a grande presença de pessoas que tomaram a estação da cidade para esperar o representante estadunidense, notando que "todas as classes sociais ali se faziam representar. As escolas com seus estandartes, as bandas de música, todos os populares nos seus festivos trajes domingueiros faziam um movimento alegre, jubiloso" (Idem, ibidem). A multidão aclamou, segundo a *Gazeta*, "delirantemente", a Root, a Nabuco, a Rio Branco, à América do Norte e ao Brasil, quando o dignitário chegou à estação. Root posteriormente foi recebido em uma festa no Palácio Rio Negro, decorado com a bandeira dos EUA, acompanhado de Griscom, Nabuco, Rio Branco, e Graça Aranha (O SR. ELIHU..., 1906, p. 2).

No mesmo exemplar, o jornal também publicou uma análise da Terceira Conferência, na qual considera o Caminho de Ferro Pan-Americano como um dos assuntos de maior interesse do evento, pois essa funcionaria como meio de aproximação real e efetiva das três Américas, que complementaria o papel do Canal do Panamá, já que este cumpria a função de aproximar "a Europa da Ásia Ocidental[64] [sic]" (TERCEIRA..., 1906, p. 2). A *Gazeta* destaca que o Canal do Panamá permitiu que os países asiáticos "até há pouco tempo exóticos" fossem "plenamente admitidos ao convívio da civilização" (Idem, ibidem). Na sua concepção, da mesma forma, o

[64] Na verdade, trata-se da Ásia Oriental.

Caminho de Ferro desenvolveria as nações das Américas Central e do Sul, retirando-as da periferia e as tornaria "civilizadas" pela aproximação da América do Norte, já que imprimiria "formidável impulso às suas prodigiosas riquezas naturais, esterilizadas pelas grandes distâncias" (Idem, ibidem).

Reconhece que um dos principais entraves ao projeto é a desconfiança por parte dos países latino-americanos "da influência absorvente da América do Norte" (Idem, ibidem), o que classifica como "superstição" (Idem, ibidem). Assim, a folha jornalística assume uma posição que se coaduna à do Itamaraty, reiterando que, o que existia de fato era somente a "expansão mercantil em benefício da maior, da mais poderosa das nações americanas, mas de proveito comum, no sentido do engrandecimento, de que as relações comerciais, as trocas de produtos, todos os fenômenos econômicos foram sempre os mais enérgicos e efetivos propulsores" (Idem, ibidem). Desse modo, mostra-se confiante em relação ao evento internacional para pôr fim ao receio por parte das nações do continente,

Na edição do dia 1º de agosto, o jornal confere destaque à abertura da Terceira Conferência, dizendo que a recepção de Root no evento "revestiu o caráter de uma grande cerimônia internacional, em que, porém, predominou uma nota muito acentuada de franca sinceridade, na feição geral da festa" (CONFERÊNCIA..., p. 1, 1906). Também atenta para a elevada presença do povo do Rio de Janeiro na ocasião devido ao apoio popular pela política pan-americana adotada pelo Brasil.

No dia 5 de agosto, o poeta Olavo Bilac, que também atuava como jornalista da *Gazeta de Notícias*, publica uma crônica na qual defende que a visita de Root ao Brasil era um sinal do progresso material e de internacionalização do país desde a consolidação da República, que agora estaria entre as nações desenvolvidas:

> O Império fora uma pasmaceira; e os primeiros tempos da República tiveram uma agitação estéril, tão inútil como a pasmaceira do Império; muitas palavras, muita filáucia, muita presunção tola, muita vaidade ridícula, e nada mais; vivíamos a dizer que éramos a nação mais rica da Terra, adormecíamos nessa confiança, e íamos ficando cada vez mais pobres, material e moralmente isolados do mundo, envenenados pela febre amarela, desmoralizados pela falta de trabalho, devorados pela politicagem. [...] Ah! vem, aí está, o Salvador esperado, o Salvador ambicionado! Não imaginem os malévolos e os pérfidos que me refiro ao Sr. Elihu Root... [...] É o Progresso – abstração que anda muito desmoralizada pela literatice e pela retórica dos artigos de fundo, mas que não tem outro nome, e é uma condição indispensável de vida. A visita do Secretário da América do Norte ao Brasil já foi uma consequência necessária, um resultado fatal de um trabalho corajoso em que estamos empenhados. [...] Enfim, o Salvador esperado. Temo-lo, aqui conosco, libertando-nos da apatia em que vivíamos, e dando-nos, entre todas as nações da terra, o lugar que nos compete e que nunca mais perderemos... (apud DIMAS, 2006, p. 805).

Bilac segue atacando aqueles que criticavam a presença de Root no Brasil, pois este estaria atuando de forma a velar o as pretensões imperialistas de Washington no continente. O poeta indica que a projeção internacional do Brasil era apenas benéfica para o seu desenvolvimento: "Há quem suponha que o Brasil pode, no século XX, viver, como a China viveu durante muitos séculos, dentro de uma estúpida muralha de egoísmo, vaidade e medo. Esses 'narizes torcidos' nem esperaram que o Sr. Root saísse do Rio de Janeiro, e foram logo insinuando as suas intriguinhas pérfidas" (apud DIMAS, 2006, p. 806).

Assim, conclui que a visita de Root trazia ao país, sobretudo, os valores de um governo democrático, agora típico das repúblicas americanas, que se contrastava com o caráter aristocrático da monarquia, que já não teria mais lugar no novo século.

Após o término da Conferência, no dia 2 de setembro, Bilac publica uma outra crônica na qual avalia as realizações do evento. Considera que a Conferência permitiu a projeção internacional do continente americano, que agora seria respeitado e considerado como um parceiro pelas nações centrais, em especial as da Europa:

> O convite que o "Grupo Parlamentar de Amigos da Paz" de Paris, acaba de dirigir aos Parlamentos Americanos, já é uma bela consequência do Congresso do Rio. No Rio, o Brasil recebeu a América: para o Ano, a América será recebida em Paris pela Europa, a concorrente odiada ou desprezada, sem civilização e sem ideal: é uma rival que começa a ser, não temida, mas decerto respeitada, e cujas relações não podem ser desdenhadas (apud DIMAS, 2006, p. 811).

6.4 O ESTADO DE S. PAULO (1875)

O Estado de S. Paulo possuía um cariz liberal, posição que se manteve do Império até os anos iniciais da Primeira República. Em 1905, o periódico era o porta-voz da dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), opondo-se à *política dos Estados* de Campos Sales, e apoiou a candidatura de Afonso Pena à presidência da República, sucedendo a Rodrigues Alves. Em abril de 1906, o jornal organizou a Liga Republicana, frente única de oposição cujo programa incluía a "reconquista das liberdades democráticas" e a luta pela valorização do café. Em 28 de julho do mesmo ano, entretanto, a liga foi dissolvida devido à reconciliação entre dissidentes e situacionistas. Era considerado como um jornal voltado para os membros da indústria e do comércio. Na época, publicava por volta de 35.000 exemplares diários. Oliveira

Lima foi um importante colaborador do periódico (FONSECA, 2008; LEAL; SAUL; BASTOS, 2009).

Os principais temas tratados pelo *Estado* durante o evento são a visita de Root, especialmente no Estado de São Paulo, os trabalhos da Conferência, análise de observadores nacionais e estrangeiros, bem como as intervenções de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima na imprensa e em eventos públicos como forma de mobilizar a opinião pública em relação aos seus posicionamentos acerca do Pan-americanismo.

O jornal se mostrava favorável à adesão do Brasil ao monroísmo na ocasião da Terceira Conferência já nos meses anteriores ao evento, como se observa na edição de 31 de maio de 1906, na qual, afirma: "Esquecemos que o monroísmo se ergueu ante a Santa Aliança como baluarte das nacionalidades nascentes e que nunca nelas se imiscuiu com ambições mesquinhas. No congresso pan-americano devemos cumprir um programa de patriotismo. Do contrário, seria melhor abandonarmos o nosso lugar" (BUENOS AIRES, 1906, p. 1).

Durante a Conferência, o *Estado* confere grande destaque à visita de Root ao Congresso, no Rio de Janeiro, em 3 de agosto, relato que ocupa duas páginas da edição. Na ocasião, a Câmara dos Deputados aprovou uma moção que aprovou a recepção de Root pelos onze presidentes das comissões permanentes e sob aplausos dos deputados. O presidente da Câmara, o deputado federal Francisco de Paula Guimarães (Partido Republicano - BA) (1852-1909) realiza um discurso defendendo a aproximação do Brasil aos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2009):

> E confirmando os sentimentos que vibram na alma brasileira, e proclamando a aspiração nacional de concórdia, congraçamento e união, que eu me levanto, senhores, para, em nome da Câmara dos Deputados, imediata representante da vontade popular, agradecer a presença entre nós, do sr. Elihu Root e saudar, na sua pessoa, a República dos Estados Unidos da América do Norte, grande e gloriosa, maior, pelos exemplos que nos dá de liberdade, trabalho e ordem, do que pela extraordinária pujança material. Glória ao pavilhão estrelado (apud ELIHU..., 1906b, p. 3)!

De forma contígua a esse artigo, está um texto intitulado *Nabuco e Rio Branco*, do escritor Henrique Coelho (1864-1934), que, posteriormente, lançaria uma biografia de Nabuco, em 1922, intitulada *Joaquim Nabuco: Esboço Biográfico* (ALONSO, 2008). Coelho elogia a atuação de Nabuco e Rio Branco no sucesso ao concretizar o estreitamento das relações entre Brasil e EUA, bem como a visita de Root ao país:

> Nabuco e Rio Branco refulgem nas culminâncias da nossa civilização. São vultos de soberana grandeza no atual meio político, e são preciosos exemplos oferecidos aos que entendem valer a autoridade do poder, quando não o prestigia a ascendência do verdadeiro merecimento (NABUCO..., 1906, p. 1).

O jornal acompanhou diariamente os trabalhos da Conferência, relatando a chegada das delegações estrangeiras ao Rio de Janeiro, a formação das comissões, bem como a atuação de Rio Branco e Nabuco, geralmente emprestando suas páginas para as declarações dos dois diplomatas. Em 7 de agosto, reproduz um telegrama enviado pelo Barão às legações da Europa e das Américas, refutando suas respostas à entrevista do jornal *La Nación*, que considerava inverídicas: "É falso que eu tivesse contestado a nação alguma da América o direito de existir. É também inexato que tivesse feito referência de qualquer natureza ao Uruguai ou às repúblicas da América Central ou falado em perigo europeu" (RIO..., 1906, p. 1).

O *Estado* também reproduz o telegrama de despedida de Root a Rio Branco, no qual, expressa sua satisfação com a atuação brasileira na Conferência: "Cheguei, trazendo agradáveis expectativas, que a realidade excedeu. [...] Espero sinceramente que a mútua e boa inteligência e amizade entre os nossos países aumentem sempre em benefício e prosperidade de ambos (RIO, 7, 1906, p. 1). Na ocasião de sua partida no porto de Santos, foi acompanhado pelo diplomata Domício da Gama, representando Rio Branco, bem como pelo presidente[65] do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, além de representantes da Câmara e do Senado Federal, do Exército e da Associação Comercial de Santos, que reunia os exportadores de café, então, o principal produto de exportação do Brasil (ELIHU..., 1906c).

No dia 21 de agosto, o *Estado* reafirma sua defesa do monroísmo e chega a reproduzir um artigo escrito por um ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA. O artigo, publicado originalmente na revista estadunidense *American Exporter*, traça o desenvolvimento histórico da Doutrina Monroe e a importância das relações entre os EUA e o Brasil, destacando que Washington teria agido, em diversos momentos, como protetor das repúblicas sul-americanas. Justifica suas afirmações ao fazer uma leitura da Revolta da Armada (1893) como fruto de uma conspiração monarquista e europeia que teria o intuito de derrubar o governo republicano no Brasil.[66]

---

[65] À época, os governadores dos estados eram chamados de "presidentes". Cf. ELIHU..., 1906c.

[66] Os motivos da Revolta da Armada não eram claros no seu início, apenas no transcorrer do conflito. Quando Custódio José de Melo estabelece contato com o líder revolucionário gaúcho Gaspar da Silveira, e quando ocorre a adesão do Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, o levante assume um tom monarquista. Contudo, o autor

Na mesma edição, o jornal conferiu destaque aos discursos pronunciados em homenagem a Joaquim Nabuco, em banquete no Cassino Fluminense, realizado no dia 19 de agosto. Entre os presentes, estava o deputado federal James Darcy[67] (Partido Republicano – RS), que elogia a política externa pan-americanista de Nabuco que estreitou as relações entre o Brasil e os EUA. Afirma:

> O que se celebra neste país é o mais extraordinário tratado entre as repúblicas americanas, marco definitivo da fraternidade sul-americana, que, entretanto, não faz esquecidas as garantias que a Constituição concede a todos os estrangeiros. Enaltece a aproximação com os Estados Unidos como obra de que foi importante fator o dr. Joaquim Nabuco o que mantém o seu posto como primeira semeadura da paz, paladino do arbitramento (apud JOAQUIM..., 1906, p. 2).

Durante o banquete, Nabuco[68] aproveita o evento para divulgar a causa monroísta e para responder aos seus críticos, enfatizando que qualquer temor brasileiro em relação às intenções de Washington é totalmente infundado, pois seu objetivo seria a criação de um hemisfério pacífico. Assevera:

> A obra dos Estados Unidos é criar um continente neutralizado para a paz, livre e inacessível às competências da guerra que fazem do resto do mundo, da Europa, da Ásia, da África, hoje aglomerados, um verdadeiro continente beligerado [sic]. Essa é verdadeiramente a grande obra da nação americana da civilização (apud JOAQUIM..., 1906, p. 3).

Seu discurso foi recebido por aplausos gerais do auditório, seguido por uma execução do Hino Nacional pela orquestra ali presente (JOAQUIM..., 1906).

No dia 28 agosto, o *Estado* reproduziu, na íntegra, o discurso de encerramento dos trabalhos da Conferência proferido por Joaquim Nabuco, que discorreu sobre as diversas resoluções aprovadas pelos países-membros, além de elogiar a ausência de oposição ao Pan-americanismo, de vertente monroísta, pelos participantes do evento, asseverando:

> Recebestes solenemente o secretário de Estado dos Estados Unidos da América na sessão de 31 de julho e a maneira por que aclamastes as suas palavras e aplaudistes a declaração do ministro das relações exteriores do Brasil, de que em honra

---

americano, aparentemente, considera o asilo concedido por Portugal aos revoltosos, nas corvetas *Mindelo* e *Alfonso de Albuquerque*, como uma prova da "conspiração europeia". Cf. CERVO; BUENO, 2015.

[67] Em 1928, Darcy publicaria no *Jornal do Commércio* uma série de artigos sobre Joaquim Nabuco e sua missão em Roma. Cf. LOPES; NOLL, 2009.

[68] Nabuco também relata como a defesa do Pan-americanismo monroísta adquiriu centralidade na sua vida após o seu retorno à carreira diplomática, ocupando o lugar que antes fora do abolicionismo. Declara: "O destino queria que esse resto de vida que lhe pouparam da campanha da abolição pudesse.

> daquela visita este edifício receberia o nome de Palácio Monroe, veio mostrar que em parte alguma poderá existir mais esperança de um antagonismo político entre a América Latina e a União Americana e, que a aspiração geral do continente é formar um dia uma só anfictionia em todo o domínio do direito internacional e para todos os interesses comuns da nossa civilização (apud CONGRESSO..., 1906c, p. 3).

No dia 31 de agosto, o jornal reproduz o discurso[69] do Barão do Rio Branco na ocasião do fechamento da Conferência, reafirmando as intenções pacíficas do Brasil e seu apoio à causa monroísta:

> Nem a população densa, nem a dureza da vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso continente da América. Às Repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas, só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do Norte, promotora destas úteis conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais como interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes têm dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso (apud NOTAS..., 1906c, p. 3).

Apesar de sua defesa do monroísmo, o jornal também cedia espaço para as colunas de Oliveira Lima contrárias à política externa de Rio de Branco e Nabuco. No dia 31 de agosto, o *Estado* reproduz uma carta que Oliveira Lima escrevera para o editor do *Jornal do Recife*, em que se defende, afirmando que não era o "líder" dos antimonroístas brasileiros, como era comumente retratado, mas que apenas se preocupava com o status internacional do Brasil em uma aliança com os EUA, na qual, o país assumiria uma posição subalterna em relação a Washington:

> Sempre pensei, e pensar o contrário seria insensatez, que as duas maiores repúblicas do Continente deviam entre si manter a cordialidade que desde o primeiro reinado – quero dizer desde o reinado de d. João VI – o governo do Rio de Janeiro se empenhou em cultivar e de que foi prova bem patente a viagem em 1876 do imperador d. Pedro II, o único soberano que até hoje há visitado os Estados Unidos (apud LIMA, 1906c, p. 2).

Também põe em dúvida o protagonismo de Nabuco no estreitamento das relações entre o Rio de Janeiro e Washington e coloca em causa o seu monroísmo, relembrando que este nem sempre pensou assim:

> Além disso, fui três anos secretário, e secretário que comungava nas [sic ideias do seu chefe, do dr. Salvador de Mendonça, um grande espírito e um grande diplomata, que o sr. Nabuco completamente esquece quando fala na *sua* obra de aproximação dos Estados Unidos e do Brasil, pois que ninguém se esforçou mais nem melhor nesse sentido, até quando o atual embaixador militava em campo adverso e partilhava das opiniões do falecido Eduardo Prado, julgando um aviltamento nacional

[69] Discurso proferido no dia 27 de agosto. Cf. ANDRADE, 1978.

> a intervenção americana durante a revolta, para salvar a causa republicana que então não era ainda a dele (apud LIMA, 1906c, p. 2, *grifo do autor*).

Ao mesmo tempo, Lima se declara próximo de Rio Branco no que concerne à questão do estreitamento dos laços entre as duas nações, pois este o defenderia de forma cuidadosa, observando o interesse nacional, diferentemente do monroísmo infenso de Nabuco:

> Aliás o perigo em questão se não poderia verificar com o estadista que presentemente gere as nossas relações exteriores. Para o sr. Barão do Rio Branco (tenho razões para supô-lo sem que s. exa. me tivesse jamais feito confidências a respeito), a amizade americana não deve significar a subalternação brasileira, isto é, a abdicação de nossa personalidade internacional mediante a supressão, em homenagem aos Estados Unidos, dos nossos juízos e preferências. Não desejo eu próprio coisa diversa e o que tenho escrito sobre pan-americanismo, mais do que contra pan-americanismo, somente pode ser levado à conta do receio de que alguns consigam arrastar demasiado longe, por fantasias oratórias e diplomacia imaginativa, uma *entente* que tem base sólida e pratica sobre que assentar, mas que é em extremo desigual para lograr ser absoluta em todas as suas faces (apud LIMA, 1906c, p. 2, *grifo do autor*).

Por meio da análise de jornais de grande tiragem e de diferentes vertentes políticas pudemos analisar a opinião pública brasileira acerca da Terceira Conferência Internacional Americana e o apoio do Itamaraty ao monroísmo. Tal estudo revelou que tanto um jornal conservador como *O Paiz* quanto jornais liberais como a *Gazeta de Notícias* e *O Estado de S. Paulo* apoiavam de forma aberta o pan-americanismo defendido pelo governo brasileiro e a realização da Terceira Conferência como forma de elevar o prestígio do Brasil no exterior. Isso também decorria do fato de que os jornais no início do século XX geralmente eram situacionistas. Ao mesmo tempo, os jornais configuravam como arena de debate entre os atores sociais acerca da Conferência, de modo que a maioria deles a compreendia como a oportunidade de o Brasil ser protagonista na causa pan-americana dos EUA. Esta parceria com Washington era entendida como uma possibilidade de que agora o Brasil fosse compreendido como uma nação moderna e "civilizada" pelas potências centrais.

Por sua vez, Rio Branco, Nabuco, e Oliveira Lima utilizavam-se das folhas jornalísticas e de eventos sociais para apresentar seus argumentos em prol de suas posições em torno do pan-americanismo. Rio Branco e Nabuco tinham como objetivo dissipar quaisquer temores que pudessem existir em torno das intenções dos EUA para a América Latina, sempre destacando que a Doutrina Monroe seria economicamente benéfica para o continente. Ao mesmo tempo, Oliveira Lima procurava expor seus argumentos sobre os perigos de que o monroísmo levaria à subalternização do Brasil em relação aos EUA e justificaria o expansionismo americano no

continente. Porém, considerando o clima favorável ao monroísmo e à Conferência por parte da maioria da opinião pública da época, os seus temores tiveram dificuldade de encontrar eco entre seus contemporâneos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terceira Conferência Internacional dos Estados Americanos ocorre em um momento de grandes mudanças para o Brasil: a República estava finalmente estabilizada após uma década de governos autoritários e levantes militares e o país aprofundava o seu alinhamento a Washington, respondendo a uma antiga demanda republicana. No plano internacional, o governo brasileiro agora encontrava-se diante do expansionismo estadunidense e europeu que grassavam a periferia do globo, das Américas à Ásia. A realização da Conferência era tanto produto da política externa monroísta do Rio de Janeiro quanto instrumento para a projeção internacional do Brasil, que aspirava fazer parte do pequeno clube de nações "civilizadas" localizadas no hemisfério norte. Os EUA também configuravam como os principais promotores do evento, principalmente pelo fato de desejarem cultivar relações mais estreitas com a América Latina de modo a desfazer a impressão na região que o Corolário Roosevelt possuía motivações imperialistas. Os benefícios dessa empreitada iam além de uma questão de prestígio, porque também garantiriam segurança e poder de barganha no plano internacional. Os EUA realizam seus objetivos na Conferência, já que evitam a adoção continental da Doutrina Drago, bem como uma reação interamericana contra o pan-americanismo que propalavam. O sucesso dos EUA era benéfico para o Brasil, que conseguiu, por meio da atuação de seus diplomatas no evento, selar a "aliança não-escrita" que existia entre ambas as nações, promovendo a aceitação do monroísmo pelos delegados latino-americanos.

Nesse contexto do evento internacional, o debate em torno do Pan-americanismo torna-se fulcral, pois era relativo à própria identidade brasileira e aos rumos de nossas relações com o entorno regional americano (RICUPERO, 2018, 2021, no prelo). Deve-se atentar que o próprio conceito de pan-americanismo sofre modulações na passagem do Império para a República. Antes a nossa política externa americana estava voltada sobretudo para a região do Prata, com vistas a lidar com a "fronteira viva" que margeava a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, marcada pela disputa por hegemonia ao longo do curso fluvial, porém, agora, a política da República para as Américas voltava-se para os Estados Unidos, que despontavam como grande potência continental e que, especialmente sob Theodore Roosevelt e Elihu Root, se

utilizavam da lei e da força para se expandir no hemisfério e fazer valer sua vontade frente às nações que se opunham aos seus interesses[70].

Pode-se compreender o porquê de o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, e Oliveira Lima estarem entre aqueles que tomaram a frente desse debate: eram autores-atores da diminuta elite intelectual brasileira da época, pensadores e diplomatas que estavam envolvidos com a formulação e implementação da política externa do Brasil. Contudo, apesar de sua origem comum na burocracia de Estado, eram portadores de *estilos de pensamento* diferentes, na sua acepção mannheimiana.

No caso do Barão do Rio Branco, sua formação intelectual em um ambiente doméstico marcado por latifundiários e burocratas, membros do Partido Conservador, tornou-o portador do estilo de pensamento saquarema. Essa visão de mundo também foi reforçada pelo convívio com o pai durante a juventude, que também foi Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. Assim, os elementos desse paradigma podem ser encontrados na sua visão de política internacional que se desenvolveria mais tarde na forma como enxergava a política internacional: a ênfase na consolidação do espaço político nacional, na manutenção do equilíbrio de poder, e na visão hierárquica da ordem internacional, na qual, potências mais fortes e "civilizadas" teriam prerrogativas para "disciplinar" países mais fracos, marcados pela guerra civil. Nesse ponto, o seu trabalho pela delimitação das fronteiras nacionais foi uma forma de resguardar o território brasileiro de países com interesses antagônicos na América do Sul, como as repúblicas hispânicas e as potências europeias.

É exatamente esse pensamento que informará o modo como abordará a questão do pan-americanismo propalado por Washington, fazendo-o sempre de forma cautelosa. Para Rio Branco, o monroísmo era uma fórmula de solidariedade continental que permitiria ao Brasil ter papel na balança de poder americano. A proximidade com EUA resguardava-o de uma Argentina em ascensão com pretensões hegemônicas no subcontinente sul-americano, e o saudava de forma contida, sem colocar em causa as importantes relações do Brasil com a Europa. Assim, o Brasil se tornaria indispensável para a pacificação do continente, pois poderia cumprir o papel de intermediador dos interesses das repúblicas hispânicas junto aos EUA. Além disso, de um ponto de vista global, a "aliança não-escrita" com a grande república norte-americana protegeria as fronteiras setentrionais brasileiras do Reino Unido, da Holanda, e da

[70] O historiador Frederick W. Marks (1979) chega a se referir à política externa de Roosevelt para o continente como "veludo sobre ferro", devido à linguagem legalista que usava para justificar as ações baseadas na coerção militar. Cf. MARKS, 1979.

França, instalados no planalto das Guianas, além de preservar o Sul das eventuais pretensões das comunidades alemãs estabelecidas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

No caso de Joaquim Nabuco, sua formação intelectual ocorreu em um ambiente marcado pelo pai, José Thomaz Nabuco de Araújo Filho, bem como por outros membros importantes do Partido Liberal, tornando-o portador do estilo de pensamento luzia. Assim, adota elementos caros ao pensamento internacional luzia na forma como enxergava a política internacional: uma visão de mundo americanista, tendente à valorização do comércio enquanto principal ferramenta de política externa. Outro importante elemento liberal na abordagem de Nabuco em relação às relações internacionais era a importância da formação de uma opinião pública nos países das Américas de modo que evitassem rupturas democráticas e conquistas estrangeiras. Contudo, Nabuco deve ser considerado como um *luzia nuançado*, o que pode estar relacionado à convivência com seu pai, que passara pelo Partido Conservador e pela Liga Progressista, antes de se filiar ao "novo" Partido Liberal.

O estilo de pensamento luzia está presente na defesa contumaz de Nabuco pelo monroísmo, já na terceira fase de seu pensamento, chamada de "pan-americanista". Nesse ponto, destaca-se o fato de que compreendia o desenvolvimento da solidariedade entre as nações americanas como *efeito* da Doutrina Monroe, devido às benesses do pan-americanismo dos EUA no continente, o que coadunava com o pacifismo liberal. Quanto aos elementos conservadores de seu pensamento, destaca-se a visão oligárquica que tinha da política internacional quando fazia uma leitura opondo a América à Europa. Nessa concepção, o continente americano seria uma zona de paz que estaria ameaçada pelo imperialismo europeu, que já avançava na África, e que apenas poderia ser refreado pela aproximação das nações do continente com a potência hegemônica da região, os EUA.

Por sua vez, Oliveira Lima apresenta-se como um intelectual multifacetado, pois suas posições em relação aos EUA se transformam, o que impede que seja facilmente classificado. Grande parte dessas transformações são fruto de sua passagem como diplomata por países periféricos, vilipendiados por potências estrangeiras. Na obra *Nos Estados Unidos*, de 1899, Lima compara as instituições estadunidenses de forma favorável em relação às do Brasil e não confronta a política externa monroísta de Washington. Seu intenso americanismo derivava de sua percepção da ascensão dos EUA como potência emergente. Já nos artigos produzidos durante o evento internacional, o diplomata pernambucano critica o monroísmo porque o percebe como uma forma de imperialismo velado, fruto da degeneração institucional nos EUA

causada pelo fortalecimento do Executivo no governo. Pode-se dizer que Oliveira Lima não era um “anti-estadunidense”, mas um “antirooseveltiano” (HENRICH, 2019).

Assim, Oliveira Lima era propositor de um *pan-americanismo latinizado*, inspirado nas ideias de Bolívar, que incorporaria as nações americanas nos processos de tomada de decisão para evitar o arbítrio dos EUA. Desse modo, diferentemente de Nabuco e Rio Branco, quando fala em solidariedade continental, afirma que ela deve existir *contra* a Doutrina Monroe, como medida protetiva da América Latina em relação a Washington. Porém, ao mesmo tempo, Lima acreditava na superioridade do Brasil sobre os outros países da América do Sul, devido à herança portuguesa (que seria mais pacífica que a espanhola), e continuou a estar convencido do excepcionalismo dos EUA, devido ao seu destacado desenvolvimento material. Também era um defensor do Direito Internacional, considerando que a soberania das nações era respeitada quando elas se faziam respeitar (HENRICH, 2016; SOUSA, 2013).

Desse modo, nota-se que o pensamento dos autores-atores estudados não eram estanques, mas passavam por modulações devido às transformações políticas no Brasil e nos EUA. Nabuco e Rio Branco, antigos monarquistas do Império, aceitam servir à República após sua estabilização, e percebiam que a diplomacia ofereceria uma oportunidade singular para empreender uma política supostamente neutra que, durante o Império, teria assumido um caráter suprapartidário. E ambos passam a propalar uma identidade americana para o Brasil, elemento fortemente identificado com o regime republicano (RICUPERO, 2021, no prelo). Também se destaca o fato de que a mudança de posições de Oliveira Lima em relação ao governo dos EUA levaria ao fim de sua amizade com Nabuco, devido às suas críticas públicas ao monroísmo, contrariando a posição oficial do Itamaraty sobre a questão.

O estudo dos jornais de grande tiragem e de diferentes matizes políticos permitiu que adquiríssemos evidências para analisar a opinião pública brasileira acerca da Terceira Conferência Internacional Americana e o apoio do Itamaraty ao monroísmo. Este estudo revelou que tanto um jornal conservador como *O Paiz* quanto jornais liberais como a *Gazeta de Notícias* e *O Estado de S. Paulo* apoiavam de forma aberta o pan-americanismo defendido pelo governo brasileiro e a realização da Terceira Conferência como forma de elevar o prestígio do Brasil no exterior. Isso também decorria do fato de que os jornais no início do século XX geralmente eram situacionistas.

Soma-se a questão de que havia um elevado apoio popular e de importantes atores sociais, como políticos, homens de letras, juristas e militares, à defesa de Rio Branco e Nabuco

do monroísmo. Muito desse apoio aparentava decorrer do prestígio que esses dois diplomatas já gozavam no imaginário nacional, com destaque para a defesa dos direitos do Brasil nas questões lindeiras, no caso do Barão, e para a campanha pela abolição da escravidão, no caso de Nabuco, configurando-se como o momento em que os mitos em torno desses homens públicos estavam sendo construídos. Tal apoio era fortalecido pela euforia em torno da presença de Root no Rio de Janeiro, representando um país que já era admirado pela sua pujança material, pelo seu modelo republicano e pela sua democracia vibrante, constituindo como um "modelo de desenvolvimento" para o Brasil e que agora poderia ser uma fonte de investimentos importantes. Assim, os EUA eram comumente vistos como uma "potência benigna" nas falas dos homens públicos brasileiros e o monroísmo que propalavam era interpretado como um meio de pacificação do continente americano.

Ao mesmo tempo, a Conferência era abordada pela maioria dos atores sociais como a oportunidade de o Brasil adquirir protagonismo no apoio aos EUA no processo de consolidação da paz hemisférica, abrindo a possibilidade de que agora fosse compreendido como uma nação moderna e "civilizada" pelos seus pares norte-americanos e europeus. Também se conferia grande destaque para a possibilidade aberta pelo evento para a construção de grandes obras continentais de infraestrutura, como a Ferrovia Pan-Americana, que integraria fisicamente a América Latina ao centro "civilizado" do continente, os EUA, o que contribuiria positivamente para o seu progresso econômico e percepção internacional. Além disso, o apoio dos atores sociais às posições do Brasil na Conferência não era desinteressado, mas configurava como uma forma de tentarem avançar suas próprias agendas durante o evento, como é o caso, por exemplo, dos representantes do movimento operário que advogavam que Nabuco levasse a pauta dos direitos dos trabalhadores fabris para o programa da Conferência.

Rio Branco, Nabuco, e Oliveira Lima utilizavam-se dos eventos sociais e dos jornais para apresentar seus argumentos em prol de suas posições em torno do pan-americanismo. Rio Branco e Nabuco tinham como objetivo dissipar quaisquer temores que pudessem existir em torno das intenções dos EUA para a América Latina, sempre destacando que a Doutrina Monroe seria economicamente benéfica para o continente, pois intensificaria as relações comerciais, e o protegeria de investidas de potências extrarregionais. Os dois diplomatas pan-americanistas também instrumentalizavam o amplo apoio da imprensa e da população para justificar a sua defesa do monroísmo como expressão dos "anseios" da opinião pública brasileira. Por sua vez, Oliveira Lima procurava expor seus argumentos sobre os perigos de que o monroísmo levaria à subalternização do Brasil em relação aos EUA e justificaria o expansionismo americano no

continente. Porém, dado o clima favorável ao monroísmo e à Conferência por parte da maioria da opinião pública da época, os seus temores tiveram dificuldade de encontrar eco entre seus contemporâneos.

Assim, é bastante natural que o resultado do debate em torno do pan-americanismo tenha sido a vitória dos posicionamentos de Rio Branco e Nabuco sobre os de Oliveira Lima, informando a política externa brasileira para o continente na Primeira República. Essa nova política justificaria a aproximação de duas civilizações que se julgavam, em certa medida, deslocadas em um continente de predominância hispânica (RICUPERO, 2021, no prelo), permitindo repensar o lugar do Brasil na América.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da república – um intelectual com as ideias fora do lugar ou com as propostas fora da época? **Remate de Males**, Campinas, n. 24, p. 121-137, 2004.

ALONSO, Angela. A década monarquista de Joaquim Nabuco. *In:* _____.; JACKSON, Kenneth David (org.). **Joaquim Nabuco na República**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2012.

_____. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Joaquim Nabuco: diplomata americanista. *In:* PIMENTEL, José Vicente de Sá (ed.). **Pensamento diplomático brasileiro:** formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

_____. Problemas e escolhas na reconstrução da biografia de Joaquim Nabuco. *In:* Seminário Interno do Departamento de Sociologia, 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-20.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Rio-Branco, grande estratégia e poder naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **Joaquim Nabuco e o Brasil na América**. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico:** da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ARMSTRONG, David. The evolution of international society. *In:* BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (ed.). **The globalization of world politics:** an introduction to international relations. 5.ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BACKHEUSER, Everardo. Rio Branco, geógrafo e geopolítico. **Revista da Sociedade de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 5–25, 1945.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASILE, Marcello. The “print arena”: press, politics, and the public sphere, 1822-1840. *In:* KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Celso Thomas; CRIBELLI, Teresa (ed.). **Press, power, and culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021.

BEMIS, Samuel Flagg (ed.). **American Secretaries of State and their Diplomacy**. New York: Cooper Square Publishers, 1963. Volume IX.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 88, p. 73-87, nov. 2010.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **Émile Levasseur (1828-1911).** Paris, 2020. Disponível em: https://data.bnf.fr/fr/12276641/emile_levasseur/. Acesso em: 20 set. 2020.

BOMENY, Helena. Reformas educacionais. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2009. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano:** Joaquim Nabuco e a República. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BORGES, Lívia de Carvalho. **Sociabilidade e política:** Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo (1899-1907). 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2007.

BRANDÃO, Ulysses. Conselheiro Soares Brandão. **A Província**. Recife, 28 mar. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pagfis=6130. Acesso em: 16 set. 2021.

BRANDS, Henry William (ed.). **The selected letters of Theodore Roosevelt**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.

BRASIL. Decreto-lei n. 85 de 23 de dezembro de 1889. Cria uma comissão militar para julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhes as penas militares de sedição. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 316, 1890.

BRASIL, Bruno. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: BND https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/igital. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRINKLEY, Alan. **The unfinished nation:** a concise history of the American people. v. 2. New York: McGraw-Hill, 1993.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). **Revista Brasileira da Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 170-89, 2012.

BUENOS AIRES, 30. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 mai. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060531-10038-nac-0001-999-1-not. Acesso em: 5 jun. 2021.

BURNS, E. Bradford. Rio Branco e a sua política externa. **Revista de História**, São Paulo, v. 58, p. 367–81, 1964.

_____. **The unwritten alliance:** Rio Branco and the Brazilian-American relations. New York: Columbia University Press, 1966.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDIM, Carlos Henrique. Apresentação: Quatro brasileiros por Rio Branco. *In:* FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Obras do Barão do Rio Branco VII:** Biografias. Brasília: FUNAG, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique *et al.* (ed.). **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Volume 8.

CARDOZO, Manoel da Silveira. Prefácio. *In:* LIMA, Manoel de Oliveira. **Impressões da América Espanhola (1904-1906)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Alexis de Tocqueville e o liberalismo francês: continuidades e rupturas sobre o conceito de democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-21, 2018.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHACON, Vamireh. Oliveira Lima, a Venezuela e o Panamericanismo. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 336, p. 37–58, 1982.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. *In:* MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (ed.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CONFERÊNCIA Internacional. **Gazeta de Notícias**, 1º de ago. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Conferencia%20Internacional%20Americana%22&pagfis=12731. Acesso em: 17 jul. 2021.

CONGRESSO Pan-Americano. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 26 jul. 1906a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22&pagfis=12072. Acesso em: 9 jul. 2021.

CONGRESSO Pan-Americano. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 28 jul. 1906b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22&pagfis=12079. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONGRESSO Pan-Americano. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 ago. 1906c. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060828-10127-nac-0003-999-3-not. Acesso em: 8 jun. 2021.

CORTE REAL, Victor Kraide. **Campos Salles e o positivismo:** um estudo sobre a comunicação política do segundo presidente civil brasileiro. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2005.

COSTA, Carlos. Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos. **Communicare**, São Paulo, p. 24-35, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, João Frank da. **Joaquim Nabuco e a política externa do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

DEPARTMENT OF STATE. **Instructions to the Delegates of the United States to the Third International Conference of American States**. Washington, 1906. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.e0001046994&view=1up&seq=1. Acesso em: 1 nov. 2020.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista:** crônicas: Volume 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial:** origens do federalismo no Brasil no Século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2014.

_____. O Visconde do Rio Branco: Soberania, Diplomacia e Força. *In:* PIMENTEL, José Vicente de Sá (ed.). **Pensamento diplomático brasileiro:** formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

DÓRIA, Luís Gastão d'Escragnolle. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22&pagfis=12096. Acesso em: 12 jul. 2021.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas:** identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928). 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ECOS Americanos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 ago. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060821-10120-nac-0001-999-1-not. Acesso em: 9 jun. 2021.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In:* MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (ed.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ELIHU Root. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 26 jul. 1906a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=12072&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22. Acesso em: 9 jul. 2021.

ELIHU Root. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 4 ago. 1906b. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060804-10103-nac-0003-999-3-not. Acesso em: 7 jun. 2021.

ELIHU Root. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 8 ago. 1906c. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060808-10107-nac-0002-999-2-not. Acesso em: 8 jun. 2021.

FALCON, Francisco. História das ideias. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, Marie-jo. **Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

FONSECA, Letícia Pedruce. **A construção visual do jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. 2008. 214 f. Dissertação (Mestrado em Design), Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. Rio Branco e o Panamericanismo: anotações sobre a III Conferência Internacional Americana. *In:* CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (org.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

FORSTER, Maria Theresa Diniz. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil:** o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves:** Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

FRANCO, Álvaro da Costa. Tratados de fixação de limites territoriais. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADOS%20DE%20FIXA%C3%87%C3%83O%20DE%20LIMITES.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima:** Don Quixote gordo. 6.ed. Recife: UFPE, 1970.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Biografias**. Brasília: FUNAG, 2009.

GAMA, Zadig Mariano Figueira; MELLO, Celina Maria Moreira de. Luiz Gastão d'Escragnolle Dória: um polígrafo das letras brasileiras. **SOLETRAS**, São Gonçalo, p. 329-353, v. 17, n. 34, jul./dez. 2017.

GARCIA, Eugênio Vargas. Projeto de Pacto do ABC de 1909. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PROJETO%20DE%20PACTO%20DO%20ABC%20(1909).pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. **Trajetória internacional do Brasil:** Artigos Selecionados. Brasília: FUNAG, 2018.

GERMANS in Brazil. **The Straits Times**, Singapore, 29 jun. 1906. Disponível em: https://eresources.nlb.gov.sg/newspapers/Digitised/Article/straitstimes19060629-1.2.74. Acesso em: 9 jun. 2021.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Crimes de imprensa nos tribunais paulistas (1859-1935). **Varia Historia**, Belo Horizonte, p. 155-184, v. 37, n. 73, jan./abr. 2021.

_____. Printers, Typographers, and Readers: Slavery and Print Culture. *In:* KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Celso Thomas; CRIBELLI, Teresa (ed.). **Press, power, and culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere:** an inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge: MIT Press, 1989.

HENRICH, Nathalia. **As relações Brasil-Estados Unidos no pensamento político do Barão do Rio Branco.** 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima em diálogo: Separados pelos Estados Unidos. **Revista de História de América**, Ciudad de México, v. 81, n. 156, p. 181-215, 2019.

_____. La III Conferencia Panamericana en Río de Janeiro (1906) y las relaciones entre Brasil y Estados Unidos. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, p. 92-103, v. 4, n. 8, 2017.

_____. **Ser ou não ser antiamericano?:** Os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima. 2016. 394 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HERSHEY, Amos Shartle. The Calvo and Drago Doctrines. **The American Journal of International Law**, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 26-45, jan./abr. 1907.

HERVATINI, Luciana; SOUZA, Fátima Cristina Lucas de. Educador da República e professor da modernidade: a formação de professores expressa no currículo da Escola Normal Caetano de Campos (1890-1892). *In:* IX Congresso Nacional de Educação, 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: EDUCERE, 2008. p. 3267-3278.

HOLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* (ed.). **O Brasil monárquico**: do Império à República. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Volume 7.

HOLMES, James R. Theodore Roosevelt and Elihu Root: international lawmen. **World Affairs**, Washington, v. 169, n. 4, p. 189-198, 2007.

ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela**. Ciudad de México: El Colegio de México; Turner, 2018.

JOAQUIM Nabuco. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 jul. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060721-10089-nac-0002-999-2-not. Acesso em: 8 jun. 2021.

JORNAL Diário de S. Paulo anuncia retorno de sua versão impressa. **Poder 360**. São Paulo, 7 out. 2019. Disponível em: https://www.poder360.com.br/midia/jornal-diario-de-s-paulo-voltara-a-ter-versao-impressa/. Acesso em: 17 set. 2021.

KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Celso Thomas; CRIBELLI, Teresa. Introduction: from colonial gazettes to the "largest circulation in South America". *In:* KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Celso Thomas; CRIBELLI, Teresa (ed.). **Press, power, and culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021.

LE BON, Gustave. Applications de la psychologie à la classification of races: les races de l'Inde. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 22, p. 593-619, jul./dez. 1886.

LEAL, Carlos Eduardo. Gazeta de Notícias. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias. Acesso em: 22 out. 2020.

_____. O Paiz. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____.; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. O Estado de S. Paulo. *In:* PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o. Acesso em: 22 out. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA, Renato. **A invenção republicana:** Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Cousas diplomáticas**. Lisboa: "A Editora", 1908.

_____. **História da civilização**. 16.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

_____. **Memórias (estas minhas reminiscências...)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. **Nos Estados Unidos:** impressões políticas e sociais. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1899.

_____. **Pan-americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

_____. A situação de Venezuela. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-1, 25 dez. 1906a. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19061225-10246-nac-0001-999-1-not/busca/Venezuela. Acesso em: 3 out. 2021.

_____. O Presidente, o Congresso e os partidos nos Estados Unidos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-1, 13 mar. 1906b. Disponível em: < https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060313-9960-nac-0001-999-1-not/busca/Estados+Unidos+Congresso. Acesso em: 3 out. 2021.

_____. Notas e informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 ago. 1906c. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060831-10130-nac-0002-999-2-not. Acesso em: 8 ago. 2021.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (o Barão do Rio Branco):** Biografia pessoal e história política. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

LOBO, Hélio. **O Pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

LOPES, Raimundo Hélio; NOLL, Izabel. James Darcy. *In:* ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DARCY,%20James.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

LOVE, Joseph LeRoy. Political participation in Brazil, 1889-1969. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 7, n. 2, p. 3-24, dez.1970.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, p. 113-25, ago. 2008.

_____. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil Oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 313-62, 2017.

_____. O Império é que era a República: A monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Lua Nova**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 277-311, 2012.

_____. **O momento monarquiano:** o Poder Moderador e o pensamento político imperial. 424 f. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, Guarulhos, n.10, p. 314-34, ago./2015.

_____. Por que *pensamento* e não *teoria*? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-67, 2013.

_____. Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 55, p. 21-37, 2011.

_____. Um saquarema no Itamarati: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, n.15, p. 279-314, 2014.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção diplomática, missão arquitetônica:** Os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MALATIAN, Teresa Maria. Oliveira Lima nos Estados Unidos. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 497-507, jul./dez. 2008.

MANNHEIM, Karl. **Essays on sociology and social psychology**. London: Routledge & Kegan, 1953.

_____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 30-61, 1999.

MARKS, Frederick W. **Velvet on iron:** the diplomacy of Theodore Roosevelt. Lincoln: University of Nebraska Press, 1979.

MARTÍNEZ, Jorge Alfaro. Del arbitraje y las influencias. Chile y la defensa del factor territorial en el concierto panamericano: de la reticencia a la inserción. 1902-1923. **Historia 396**, Valparaíso, v. 2, n. 2, p. 197-222, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. *In:* MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (ed.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, Brasília, INL, 1987.

MIMAKI, Seiko. Law Against empire, or law for empire?: American imagination and the international legal order in the twentieth century. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, London, v. 49, n. 3, p. 553-575, 2021.

MITCHELL, Nancy. The height of the German Challenge: The Venezuela Blockade, 1902-3. **Diplomatic History**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 185-209, abr. 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In:* MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (ed.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008a.

_____. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). *In:* GUERRA, François-Xavier (ed.). **Los espacios públicos en Iberoamérica:** ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Ciudad de México: Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 2008b.

MORGENFELD, Leandro Ariel. **Argentina frente a Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas (1880-1955)**. 2009. 707 f. Tese (Doutorado em História), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

NABUCO e Rio Branco. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 4 ago. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060804-10103-nac-0001-999-1-not. Acesso em: 7 jun. 2021.

NABUCO, Joaquim. A aproximação das duas Américas. *In:* MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **Nabuco, Essencial**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. **Balmaceda; A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949b.

_____. **Cartas a Amigos**. v. 1. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949c.

_____. **Cartas a Amigos**. v. 2. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949d.

_____. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Obras completas. v. x. Pensamentos soltos; Camões e assuntos americanos**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949a.

_____. Ofício, 31 mar. 1906. *In:* COSTA, Maurício Eduardo Cortes (ed.). **Joaquim Nabuco, embaixador**. Rio de Janeiro: FUNAG, 2011.

_____. Projeto de monarquia federativa. *In:* MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **Nabuco, Essencial**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. The American conscience and American public opinion. *In:* ROWE, Leo Stanton (org). **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, v. 27, n. 17, p. 1-22, mai. 1906.

NASCIMENTO, Jaime Oliveira do. Francisco de Paula Guimarães. *In:* ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUIMAR%C3%83ES,%20Francisco%20de%20Paula.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico:** da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Nabuco, um diálogo em aberto. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 88, p. 39-52, nov. 2010.

_____. O périplo centenário de Joaquim Nabuco: A reforma social, os liberais e a República democrática do Brasil. *In:* ALONSO, Angela; JACKSON, Kenneth David (org.). **Joaquim Nabuco na República**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2012.

AS NOSSAS intenções. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060831-10130-nac-0003-999-3-not. Acesso em: 9 jul. 2021.

NOTAS avulsas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 ago. 1906c. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=12176. Acesso em: 8 ago. 2021.

NOTAS e informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 ago. 1906d. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060831-10130-nac-0002-999-2-not. Acesso em: 8 ago. 2021.

NOTAS e notícias. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 18 jul. 1906a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Conferencia%20Internacional%20Americana%22&pagfis=12613b (bn.br). Acesso em: 16 jul. 2021.

NOTAS e notícias. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 19 jul. 1906b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Conferencia%20Internacional%20Americana%22&pagfis=12613. Acesso em: 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, Maurício. **Toma lá, dá cá:** como a troca de favores mudou a sociedade e o jornalismo no Brasil. São Paulo: Ornitorrinco, 2020.

ORZALI, Ignacio. Uma entrevista. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 4 ago. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=Nabuco&pagfis=12127. Acesso em: 15 jul. 2021.

PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva. **Brazil, the United States and the Monroe Doctrine**. Los Angeles: University of California, Los Angeles, [1908].

_____. José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. *In:* FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Obras do Barão do Rio Branco VII:** biografias. Brasília: FUNAG, 2012b.

_____. III Conferência Internacional Americana. II. *In:* ARAÚJO, Roberto Luiz de Assumpção (org.). **Obras do Barão do Rio Branco IX:** discursos. Brasília: FUNAG, 2012a.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A Diplomacia da Americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

PEREIRA, Paulo Reis. Joaquim Nabuco e a concepção do sistema mundial e continental. *In:* ALONSO, Angela; JACKSON, Kenneth David (org.). **Joaquim Nabuco na República**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2012.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional:** imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. 212 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

POLÍTICA Constitucional. **A Nação: Jornal Político, Comercial e Literário**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1872. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=586404&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=38. Acesso em: 12 ago. 2020.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. Fracasso relativo? A política de Rio Branco para os Estados Unidos. **Meridiano 47**, Brasília, v. 20, p. 1-10, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREUSS, Ori. Discovering "os ianques do sul": towards an entangled Luso-Hispanic history of Latin America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, p. 157-176, 2013.

QUESADA, Gonzalo de. **Extracto de las ideas de los distintos países de América con relación al programa de la Tercera Conferencia Pan Americana de Río de Janeiro, 1906**. Washington: Secretaría de Comisión de Programa, 1906. Disponível em: https://catalog.hathitrust.org/Record/006922484. Acesso em: 2 nov. 2020.

RÊGO, Walquiria Domingues Leão. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 74-85, mai. 1993.

REINSCH, Paul Samuel The Third International Conference of American States. **The American Political Science Review**, Washington, v. 1, n. 2, p. 187-99, fev. 1907.

REZA, Germán Adolfo de la. **A invenção da paz:** da República Cristã do duque de Sully à Federação das Nações de Simón Bolívar. São Paulo: Humanitas, 2015.

RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: nova forma de governo e mudança identitária no Brasil da década de 1890. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 213-253, mar. 2018.

_____. **Entre Ariel, Caliban e Próspero:** dilemas da identidade (latino) americana pensados a partir do Brasil. Tese (Livre-Docência em Ciência Política). 2021. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. No prelo.

_____. Nabuco e o liberalismo: As aventuras de um livro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 177-179, out. 2010.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

_____. O Brasil, a América Latina, os EUA desde 1930: 60 anos de uma Relação Triangular. *In:* GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990**, vol. 1. São Paulo: NPRI/USP, 1996.

_____. Um doce crepúsculo: a diplomacia de Joaquim Nabuco. **Revista USP**, São Paulo, n. 83, p. 86-103, set./nov. 2009.

RIO, 6. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 7 ago. 1906. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060807-10106-nac-0001-999-1-not. Acesso em: 9 jun. 2021

RIO BRANCO, Barão do [José Maria da Silva Paranhos Júnior]. Règne de l'empereur D. Pedro II, cap. I. *In:* LEVASSEUR, Émile (org.) *et al.* **Grande Encyclopédie**. Paris: H. Lamirault et Cie., 1889, v. 8, p. 37-47.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil:** um desafio histórico-cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROOSEVELT, Theodore. **Annual message to Congress for 1904**. Washington: Records of the U.S. House of Representatives, 1904.

_____. **An autobiography**. New York: The Macmillan Company, 1913.

ROOT, Elihu. **Address by the Secretary of State of the United States of America as Honorary Vice-President of the Third Conference of American Republics at Rio de Janeiro, July 31, 1906**. Washington, 1906. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=loc.ark:/13960/t05x3490g&view=1up&seq=11&q1=victories. Acesso em: 2 nov. 2020.

ROSI, Bruno Gonçalves. **Saquaremas, luzias, o Brasil e os Estados Unidos**. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SÁ, Francisco Juvêncio Sadock de. O operariado. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 31 jul. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22&pagfis=12103. Acesso em: 14 jul. 2021

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco:** um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

_____. Nabuco e a "grande era brasileira". *In:* ALONSO, Angela; JACKSON, Kenneth David (org.). **Joaquim Nabuco na República**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2012.

SALVATORE, Ricardo Donato. Imperial mechanics: South America's Hemispheric Integration in the Machine Age. **American Quarterly**, Baltimore, v. 58, n. 3, p. 662-691, set. 2006.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Nos desprendemos da Europa tão completa e definitivamente como a Lua da Terra: o americanismo de Nabuco. **Revista USP**, São Paulo, n. 112, p. 75-84, jan./fev./mar. 2017.

_____. **O Evangelho do Barão:** Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

SANTOS, Priscilla Camargo. **Tavares Bastos:** a liberdade política a partir da descentralização. 2012. 119 p. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCARFI, Juan Pablo. In the name of the Americas: The Pan-American redefinition of the Monroe Doctrine and the emerging language of American international law in the Western Hemisphere, 1898 – 1933. **Diplomatic History**, Oxford, v. 40, n. 2, p. 189 – 218, abr. 2016.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. O surgimento do repórter e a prática da censura no jornalismo brasileiro através das crônicas de Olavo Bilac. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 153-162, jul./dez. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ata Geral da Conferência**. 209-2-2, 28-60. Rio de Janeiro, 1906.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine:** empire and nation in nineteenth-century America. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2011.

SHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista. *In:* VENÂNCIO, Giselle Martins; SECRETO, María Verónica; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Cartografias da cidade (in)visível:** setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

SILVA, Alexandra Lima da; MIGNOT, Ana Chrystina. Pelos caminhos da liberdade: sujeitos, espaços e práticas educativas (1880-1888). *In:* VENÂNCIO, Giselle Martins; SECRETO, María Verónica; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Cartografias da cidade (in)visível:** setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

_____. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299–335, 2010.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Manoel de Oliveira Lima: A reforma do serviço diplomático. *In:* PIMENTEL, José Vicente de Sá (ed.). **Pensamento diplomático brasileiro:** formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

SKINNER, Quentin. Analysis of political thought and action. *In:* TULLY, James. (ed.). **Meaning & context:** Quentin Skinner and his critics. Princeton: Princeton University Press, 1988.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de. A esfinge desvelada: o pensamento político do Barão do Rio Branco. *In:* IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília. **Anais**. Brasília: ABCP, 2014. p. 1-22.

_____. **Agência, estrutura, cognição:** O pensamento internacional de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. 135 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Ezequiel Farias de. *et al.* Joaquim Nabuco. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 4 ago. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=%22Congresso%20Pan-Americano%22&pagfis=12127. Acesso em: 14 jul. 2021

O SR. ELIHU Root. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Conferencia%20Internacional%20Americana%22&pagfis=12716. Acesso em: 15 jul. 2021.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente: reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, dez. 2014.

TERCEIRA Conferência Internacional Americana. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=12716&Pesq=%22Conferencia%20Internacional%20Americana%22. Acesso em: 20 jul. 2021.

TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner's analysis of politics. *In:* _____. **Meaning & Context:** Quentin Skinner and his Critics. Princeton: Princeton University Press, 1988.

UK PARLIAMENT. **Second Great Reform Act, 1867**. London: 2020. Disponível em: https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/houseofcommons/reformacts/from-the-parliamentary-collections/collections-reform-acts/great-reform-act111/#:~:text=The%20Second%20Reform%20Act%201867,10%20a%20year%20or%20more. Acesso em: 7 out. 2020.

VIANA FILHO, Luís. **Três estadistas:** Rui, Nabuco, Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VILLA, Carlos Eduardo. Escrever como curso de transação dos pequenos agentes do Rio de Janeiro na metade do século XX. *In:* VENÂNCIO, Giselle Martins; SECRETO, María Verónica; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Cartografias da cidade (in)visível:** setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

WESTIN, Ricardo. Que fim levou o Palácio Monroe? **Senado Notícias**, Brasília, 4 mai. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/04/que-fim-levou-o-palacio-monroe. Acesso em: 25 ago. 2021.

WILGUS, Alva Curtis. The Third International American Conference at Rio de Janeiro, 1906. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 12, n. 4, p. 420-56, nov. 1932.